



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Eulália Bezerra Araújo**

**TORNANDO-SE QUILOMBOLA NO MONTE SÃO SEBASTIÃO  
(Santa Luzia/PB): Etnografando as discussões sobre origem e a  
questão dos direitos no idioma do Parentesco**

Orientadora:  
**Profa. Dr<sup>a</sup>. MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA**

**Campina Grande/ Paraíba  
Novembro de 2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A663t Araújo, Eulália Bezerra.  
Tornando-se quilombola no Monte São Sebastião (Santa Luzia/PB) :  
etnografando as discussões sobre a origem e a questão dos direitos no idioma  
do parentesco / Eulália Bezerra Araújo. - Campina Grande, 2012.  
161 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de  
Campina Grande, Centro de Humanidades.  
Orientadora: Profa. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista  
Referências.

1. Parentesco. 2. Etnicidade. 3. Reivindicação. 4. Quilombolas.  
I. Título.

CDU 392(043)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Eulália Bezerra Araújo**

**TORNANDO-SE QUILOMBOLA NO MONTE SÃO SEBASTIÃO  
(Santa Luzia/PB): Etnografando as discussões sobre origem e a  
questão dos direitos no idioma do Parentesco**

Orientadora:  
**Profa. Dr<sup>a</sup>. MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais; sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Mércia Rejane Rangel Batista.

**Campina Grande/ Paraíba  
Novembro de 2011**

## **BANCA DE EXAMINADORES**

---

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup> Marilda Aparecida Menezes**  
**(examinadora interna)**  
**Universidade Federal de Campina Grande/UFCG**

---

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. Maria Patrícia Lopes Goldfarb**  
**(examinadora externa)**  
**Universidade Federal da Paraíba /UFPB**

---

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. Mércia Rejane Rangel Batista**  
**(orientadora)**  
**Universidade Federal de Campina Grande/UFCG**

## **Dedicatória**

As pessoas que mais amo nessa vida:

Josa, Expedito, Elizabeth e Elis.

E a quem devo o mérito desta dissertação:

Mércia.

## **Agradecimentos**

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida que me concedeu e pela a inspiração constante que possibilitou a conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, Josa e Expedito, pelo amor, carinho e auxílio que sempre me concederam durante toda a minha vida e especialmente durante o tempo em que fomos obrigados a conviver com a ausência uns dos outros, como condição para que eu pudesse concluir meus estudos. A vocês serei eternamente grata.

As minhas irmãs Elizabeth e Elis que de um modo todo especial sempre souberam me dar o incentivo necessário para continuar, demonstrando o amor e o respeito que existe entre nós.

Agradeço aos moradores da Serra do Talhado, do bairro São José e do bairro São Sebastião na cidade de Santa Luzia; especificamente, agradeço aos que se auto-reconhecem enquanto pertencentes ao Talhado que tão prontamente se disponibilizaram a me ajudar durante todos os momentos de realização da pesquisa e pelos quais possuo um profundo apreço e admiração.

Um agradecimento especial ao amigo Aderivaldo, Seu Edmar, Dona Maria, Jaqueline e Jackson, bem como Seu Francisco e Dona Luzia, que fizeram de suas casas mais do que um abrigo, ali encontrei um lar em Santa Luzia; seu apoio e acolhimento foram fundamentais para a paz de espírito que tive em campo.

Agradeço ao CNPQ pela disponibilidade de uma bolsa de estudo que foi de extrema importância na realização da pesquisa de campo; aqui agradeço também ao projeto Casadinho que em parceria com a Unicamp possibilitou o compartilhamento de estudos entre pesquisadores.

Quero agradecer aos amigos e colegas da turma de mestrado de 2009: Aldo Manoel Branquinho Nunes, Alexandre Santos Lima, Carolina de Moura Cordeiro Pontes, Elaine Maurício Bezerra, Emmanuel Barbosa da Silva, Eugênio Vital Pereira, Jefferson Oliveira de Vasconcelos, Jordânia de Araújo Souza, Juliana Nunes Pereira, Maciel Cover, Maria do Socorro Andrade de Sousa, Nivaldo Aureliano Léo Neto, Patrícia dos Santos Melo, Paula Oliveira Adissi, Rosângela da Silva, Severino da Costa Simão e Tiago Fernandes Alves.

Aos funcionários da secretaria e da biblioteca de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Estendo meus agradecimentos a todos os professores que compõem o referido Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais: Benedita Edina Cabral, Celso Gestermeier do Nascimento, Edgard Afonso Malagodi, Elizabeth Christina de Andrade Lima, Ghislaine Duque, Gonzalo Adrián Rojas, Jose Maria de Jesus Izquierdo Villota, Lemuel Dourado Guerra, Luís Henrique Cunha, Magnólia Gibson, Marc Piraux, Márcio Caniello, Marilda Menezes, Marinalva Vilar de Lima, Mércia Rejane Rangel Batista, Ramonildes Alves Gomes, Roberto Véras, Rodrigo Grunewald, Rogério Humberto Zeferino Nascimento, Ronaldo Laurentino de Sales Júnior, Sandra Raquew dos Santos Azevedo e Vanderlan Silva.

De forma especial agradeço a Aluska, Enilson, Jordânia e Luiz Rivadávia, que juntos formamos os “Antroponautas”, e sem os quais minhas experiências na UFCG não teriam tido o mesmo brilho e significado todo especiais. Vocês sempre farão parte da minha vida e estarão presentes nas minhas melhores lembranças.

Especificamente agradeço a Luiz e Jordânia pelos momentos em que estivemos juntos em pesquisa de campo na cidade de Santa Luzia e pelas constantes conversas e discussões sobre as teorias da etnicidade e sobre as situações de pesquisa.

Neste sentido agradeço a Vanessa Souza pelas discussões sobre migração e campesinato, que serviram de subsídios para explicação do objeto de pesquisa.

Também agradeço as contribuições dadas pelos professores Rogério Zeferino e Gabriel na ocasião da discussão do projeto de pesquisa. Em etapa seguinte, agradeço a professora Patrícia Goldfarb (UFPB) e ao professor Ronaldo Sales pelas leituras e contribuições oferecidas durante a qualificação.

Neste momento agradeço as professoras Patrícia Goldfarb (UFPB) e a Marilda Menezes (UFCG) por terem aceitado o convite de participarem enquanto examinadores desta dissertação.

Sou eternamente grata à professora Mércia Rejane, por ter prontamente aceito ser minha orientadora, pelo carinho, dedicação e paciência durante todo o processo de construção deste texto dissertativo.

Em um momento de recordação agradeço aos professores e colegas do curso de graduação em Ciências Sociais, na UFCG: Rogério Zeferino, Adeilson, Lola, João Martinho e Rodrigo Grunewald, Xangai, Roberto Veras, Ângela, Tânia, Magnólia, Luís Henrique, Marilda, Else, Maurino, Fábio Machado, Hermano, Júlio Cezar, Fabio Freitas, Anderson Retondar, Edgar Malagodi, Ramonildes Alves Lemuel Dourado. Agradeço ainda, aos funcionários da Unidade Acadêmica e da Coordenação do Curso de Ciências Sociais – especialmente a Ruy Everson.

Meus agradecimentos ainda, àqueles que por ventura deixei de mencionar ou cujos agradecimentos aqui não foram suficientes para representar a importância que desempenharam quando da produção deste trabalho.



## Resumo

“TORNANDO-SE QUILOMBOLA NO MONTE SÃO SEBASTIÃO (Santa Luzia/PB): Etnografando as discussões sobre origem e a questão dos direitos no idioma do Parentesco”, disserta sobre o modo pelo qual os moradores do bairro São Sebastião, no município de Santa Luzia na Paraíba, que se reconhecem enquanto descendentes da Serra do Talhado a partir dos laços de parentesco e da ideia de compartilharem uma origem comum, ao se auto-identificarem com a identidade quilombola, instauraram um processo de reivindicação do reconhecimento enquanto remanescentes de quilombo, na esfera pública. Com o objetivo de discorrer sobre tal cenário se fez uso de técnicas de pesquisa como a observação participante e a realização de entrevistas estruturadas e não-estruturadas. Como nossa pesquisa se insere na tradição do campo das ciências sociais, especialmente, da antropologia, privilegamos como método de pesquisa o trabalho de campo, o que nos permitiu compartilhar do cotidiano de alguns dos moradores do bairro São Sebastião – conhecido na cidade como Monte –, especificamente aqueles que se reconhecem como pertencentes a Serra do Talhado. Percebemos que as categorias de parentesco são utilizadas como formas de explicação para sustentar os vínculos com a Serra do Talhado, localizada na área rural de Santa Luzia, e primeiro quilombo reconhecido na região. Assim, a partir das relações de parentesco mantidas com a Serra do Talhado, encontramos, no bairro São Sebastião, um grupo etnicamente constituído, apesar de tal se fazer distante do seu lugar de origem. Este grupo, que aqui denominamos de *descendentes do Talhado do Monte São Sebastião*, se auto-definem através das categorias de parentesco, e por meio destas reivindicam o reconhecimento de sua situação de comunidade quilombola.

Palavras-Chave: Parentesco. Etnicidade. Reivindicação. Quilombolas.

## ABSTRACT

"BECOMING QUILOMBOLA IN MONTE SÃO SEBASTIÃO (Santa Luzia / PB): ethnography discussions about the origin and the question of language rights of Kinship", talks about the way the residents of São Sebastião, in the municipality of Santa Luzia in Paraíba, who recognize themselves as descendants of Serra do Talhado from the ties of kinship and the idea of sharing a common origin, the self-identify with the identity quilombola, established a process claim for recognition as remnants of quilombo, in the public sphere. With objective to discuss about this scenario, is made use of research techniques such as participant observation and interviews were structured and unstructured. As our research inserts in the tradition of the social sciences, especially in the anthropology, we favour as a research method field work, which allowed us to share the daily life of some of the residents of the neighborhood São Sebastião - known around town as Monte - specifically those who recognize themselves as belonging to Serra do Talhado. We perceive that the categories of kinship are used as forms of explanation to support the links with Serra do Talhado, located in the rural area of Santa Luzia, and first quilombo recognized in the region. Thus, from family relations maintained with Serra do Talhado, found in the neighborhood São Sebastião, a group ethnically constituted, although this being far from their place of origin. This group, which we call here the *offspring of Serra do Talhado of Monte de São Sebastião*, define themselves through the categories of kinship, and by those claiming recognition of their situation quilombo.

Keywords: Kinship. Ethnicity. Claim. Quilombolas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
A Dissertação.....	14
<b>I – Lembrando a Teoria</b> .....	<b>18</b>
1.1. Subsídios Teóricos .....	19
1.2. Percurso Metodológico .....	32
<b>II – Momento História [Pensando sobre lugares e narrativas]</b> .....	<b>36</b>
2.1. Indo para o Município de Santa Luzia: Breve histórico do território ....	37
2.2. A(s) história(s) da Serra do Talhado de Santa Luzia do Sabugy .....	41
2.3. Serra do Talhado: de uma comunidade rural a uma comunidade quilombola.....	65
<b>III – O Talhado do Monte de São Sebastião</b> .....	<b>72</b>
3.1. O Monte de São Sebastião .....	73
3.2. A migração e a vida no Monte.....	78
3.3. Um grupo étnico descendente do Talhado .....	99
Fabricando no barro a vida .....	113
<b>IV – Emergência étnica e direito quilombola</b> .....	<b>119</b>
4.1. A constituição de uma comunidade quilombola própria.....	120
4.2. As formas de pertencer a nova comunidade quilombola do Monte de São Sebastião .....	143
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA</b> .....	<b>155</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>162</b>

## **Índice de Figuras**

<b>FIGURA I: Veneza Paraibana .....</b>	<b>40</b>
<b>FIGURA II: Cruzeiro e Capela em Homenagem a São Sebastião .....</b>	<b>75</b>
<b>FIGURA III: Santa Luzia vista do Monte São Sebastião .....</b>	<b>75</b>
<b>FIGURA IV: Na BR 230 .....</b>	<b>77</b>
<b>FIGURA V: Zé Bento no Aruanda .....</b>	<b>80</b>
<b>FIGURA VI: Descendo a Serra do Talhado com a Louça.....</b>	<b>114</b>
<b>FIGURA VII: Terreno para construção do Galpão .....</b>	<b>140</b>

## **Índice de Mapas**

<b>MAPA I: Sertão da Paraíba (verde) .....</b>	<b>15</b>
<b>Mapa II: Localização do Município de Santa Luzia na Paraíba.....</b>	<b>37</b>
<b>Mapa III: Limites do município de Santa Luzia (vermelho); João Pessoa (amarelo) .....</b>	<b>38</b>
<b>Mapa IV: Localização da Serra do Talhado no município de Santa Luzia... </b>	<b>42</b>
<b>MAPA V: Mapa da área urbana de Santa Luzia/Localização do Monte de São Sebastião .....</b>	<b>73</b>

## **Índice de Diagramas**

<b>Diagrama I: Ascendência genealógica dos fundadores do Talhado .....</b>	<b>44</b>
<b>Diagrama II: Descendentes de Zé Bento .....</b>	<b>103</b>
<b>Diagrama III: Ascendência e descendentes de Dona Marina .....</b>	<b>104</b>
<b>Diagrama IV: Ascendência e descendentes de Damião Gomes .....</b>	<b>105</b>
<b>Diagrama V: Seis Gerações de Louceiras da Serra do Talhado .....</b>	<b>117</b>

## **Índice de Gráficos**

<b>Gráfico Populacional da Comunidade do Talhado.....</b>	<b>81</b>
---	-----------

## **Índice de Croqui**

<b>Croqui Núcleos Residenciais de Pessoas do Talhado .....</b>	<b>90</b>
--	-----------

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

AACADE – Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CECNEQ/PB – Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

DOU – Diário Oficial da União

GCNZP – Grupo de Consciência Negra Zumbi dos Palmares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCE – Instituto Nacional de Cinema Educativo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

ONGs – Organizações não Governamentais

PB – Paraíba

FCP – Fundação Cultural Palmares

FCPalmares – Fundação Cultural Palmares

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

ProPAC – Programa de Promoção de Ação Comunitária da Diocese de Patos

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

**TORNANDO-SE QUILOMBOLA NO MONTE SÃO SEBASTIÃO**  
**(Santa Luzia/PB):** Etnografando as discussões sobre origem e a  
questão dos direitos no idioma do Parentesco

# **INTRODUÇÃO**

## A Dissertação

O presente texto dissertativo propõe-se a discorrer sobre a construção de uma identidade étnica, dialogando com a concepção de etnicidade, enquanto uma forma de interação social, proposta por Fredrik Barth. Empiricamente o exercício de investigação se constituiu a partir de uma pesquisa de campo, realizada no bairro São Sebastião – Monte, situado na cidade de Santa Luzia, no sertão do estado da Paraíba.

Ao se realizar a pesquisa em campo, buscamos analisar o processo de auto-reconhecimento vivenciado por alguns dos moradores do Monte, de modo a entender quais as situações que os fizeram se enunciar enquanto comunidade remanescente de quilombo. A ênfase da pesquisa recaiu-se sobre os elementos e mecanismos que são acionados na reivindicação do reconhecimento dessa situação específica em um circuito mais amplo, ou seja, o reconhecimento enquanto comunidade quilombola pelo poder público. Uma das questões que se fez presente no nosso esforço de pesquisa foi a investigação sobre a relação entre os moradores do Monte, os moradores da cidade de Santa Luzia e os moradores da Serra do Talhado.

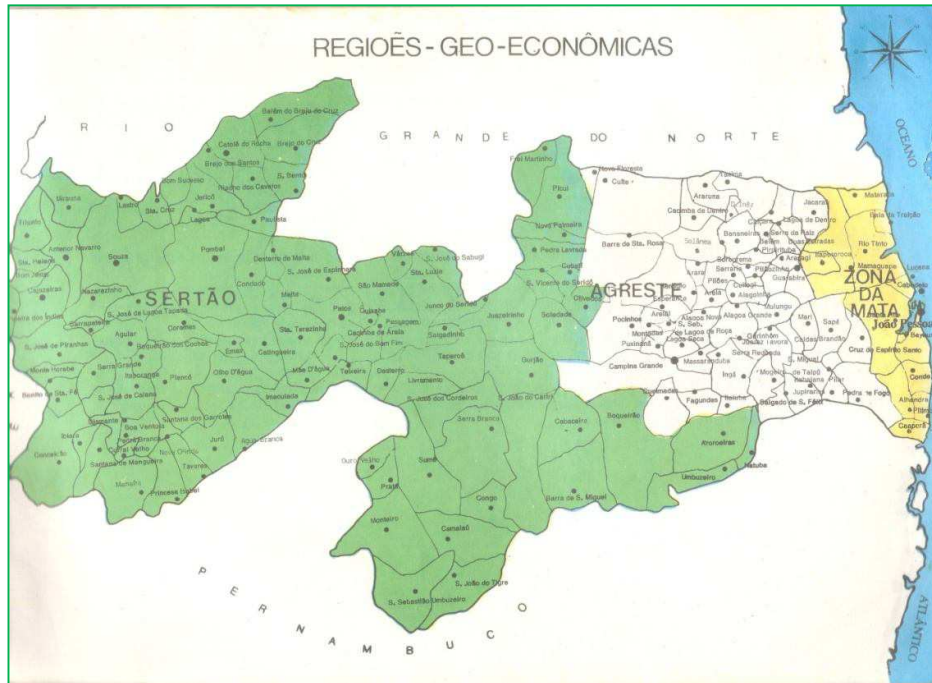
Certamente a relação com o lugar e as categorias de parentesco que foram acionadas, durante a pesquisa, tornaram-se os eixos aglutinadores no nosso exercício explicativo.

Poderíamos dividir a sociedade santa-luziense em diversas categorias, levando em consideração os aspectos econômicos, sociais, religiosos, de gênero, status etc., temos a disposição n arranjos sociais passíveis de pesquisa e de análises. Todavia, o foco de nossa pesquisa direcionou-se para os chamados grupos étnicos, especificamente comunidades negras que no advento das atuais ações políticas veem se autodenominando de comunidades quilombolas. Deste modo, dentre os grupos sociais que compõe a cidade de Santa Luzia, privilegiamos, de acordo com o nosso interesse de pesquisa, o grupo então denominado “negros do Talhado”.

Analisando a lista das comunidades quilombolas auto-reconhecidas percebemos que é a partir de 2005 que se intensifica a emissão, pela Fundação Cultural Palmares (FCP), de certidões de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo na Paraíba. Esse é um dado importante se pensarmos que desde 1988, com o artigo 68 do ADCT, essas comunidades passam a ter direito garantidos constitucionalmente. Podemos, então, calcular que foram necessários dezessete (17) anos para que as questões acerca das comunidades quilombolas passassem a ter visibilidade e serem discutidas na Paraíba. Atualmente na Paraíba tem-se 34 comunidades certificadas pelas FCP enquanto comunidade remanescente de quilombo.



Dentre estas, o Vale do Sabugi Paraibano<sup>1</sup>, situado no Sertão do Estado da Paraíba, presenciou a certificação, pela FCP, de três comunidades enquanto remanescentes de comunidades de Quilombos: Serra do Talhado (2004/Santa Luzia-PB), Comunidade Urbana de Serra do Talhado (2005/Santa Luzia-PB) e Pitombeira (2005/Várzea-PB).



MAPA I: Sertão da Paraíba (verde)

A Serra do Talhado em 1960 foi denominada por Linduarte Noronha como “quilombo pacífico”; na década de 1970, Salete Cavalcanti a caracteriza como comunidade camponesa; por sua vez, em 1998, Vandilo dos Santos descreve um grupo descendente de quilombo e etnicamente constituído. Já em 2004, mediante requerimento da então vereadora da cidade de Santa Luzia Terezinha Alves da Nóbrega, a Serra do Talhado é certificada pela FCP enquanto comunidade remanescente de quilombo. Com isso, o campo acadêmico é incitado a realizar estudos que objetivam analisar a nova situação dessa comunidade, como por exemplo, Joselito Nóbrega (2007), Jordânia de Souza (2008), Luiz Almeida (2010).

Após o reconhecimento da Serra do Talhado, temos um cenário de emergência de outras comunidades reivindicando à FCP a certidão de

<sup>1</sup> O Vale do Sabugi Paraibano é formado pelos municípios de Santa Luzia, Várzea, São Mamede, Junco do Seridó e São José do Sabugi.

remanescente de quilombo, sob o argumento de compartilharem a mesma origem e/ou manterem relações de parentesco com a Serra do Talhado.

Assim, moradores do bairro São Sebastião – Monte –, na cidade de Santa Luzia/PB que através dos laços de parentesco e da origem comum, se reconhecem enquanto oriundo e pertencente a Serra do Talhado, veem de maneira mais efetiva, juntamente com agentes vinculados a organizações não governamentais, acionando o Estado em um processo de reivindicação pelo reconhecimento enquanto remanescentes de quilombo.

Assim, esta dissertação foi escrita com o propósito de discorrer sobre tal situação, sendo estruturada na disposição subsequente.

No primeiro capítulo – **Lembrando a Teoria** – apresentamos e discutimos as teorias que nos permitiram refletir e compreender o universo e as conjunturas referentes ao objeto de pesquisa. Bem como, demonstramos o percurso metodológico utilizado para realização da pesquisa e obtenção dos dados etnográficos.

O segundo capítulo, **Momento História [Pensando sobre lugares e narrativas]**, apresenta de modo sintético os fatos históricos que constituíram o município de Santa Luzia, para, dessa forma, situarmos o espaço de pesquisa; nesse capítulo também é apresentado como a história de formação/origem da Serra do Talhado foi documentada/registrada, relacionando-as com as histórias contadas pelos oriundos do Talhado; bem como relatamos por meio dos dados obtidos, o processo de reconhecimento pelas instituições estatais da Serra do Talhado enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo e como esse processo repercutiu no auto-reconhecimento da identidade quilombola de forma a positivar a autodenominação dos pertencentes ao Talhado, ou melhor, a positivação dos reconhecidos enquanto “negros do Talhado”.

No terceiro capítulo, **O Talhado do Monte de São Sebastião**, é descrito o processo de constituição do bairro São Sebastião de modo a demonstrar a ocupação desse território por parte do grupo, foco de nossa pesquisa, que saíram de seu lugar de origem – a Serra do Talhado – em decorrência dos processos de egressão, migração e êxodo rural. Discorreremos também, sobre como o grupo que denominamos de descendentes do Talhado do Monte São Sebastião, a partir das relações de parentesco que os ligam a Serra do Talhado se constituíram enquanto um grupo étnico, agora em um novo espaço – o Monte.

Para assim, refletir no quarto capítulo, **Emergência étnica e direito quilombola**, a reivindicação pela constituição de uma comunidade quilombola própria. Sob esse propósito focamos a escrita numa parcela de moradores do

bairro São Sebastião – os descendentes do Talhado – que vem buscando articulações com agentes externos, de forma a liderar o processo de reivindicação pelo reconhecimento de sua situação, requerendo da FCP a Certidão de Auto-Reconhecimento enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo, bem como as políticas públicas destinadas a tais comunidades; Para tanto, valendo-se do argumento de que compartilham da descendência do Talhado, e não são registrados enquanto quilombolas. Para isso, descrevemos o processo de identificação com o discurso quilombola, isto é, como a identidade de “negro do Talhado” é incorporada à identidade de quilombola, vivenciado pelos que se pensam do Talhado, e especificamente pelos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião. Neste capítulo também descrevemos a atual conjuntura em que os direitos quilombolas são aplicados, demonstrando a situação daqueles que por pertencerem ao Talhado são acolhidos por tais direitos e dos que mesmo compartilhando a descendência comum não são reconhecidos enquanto quilombolas e por isso reivindicam o reconhecimento. Neste capítulo são apresentados os elementos e mecanismos acionados pelos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião para estabelecer o pertencimento entre os que se reconhecem como do Talhado, demonstrando, assim, a constituição das fronteiras étnicas entre os do Talhado e os demais grupos constitutivos da sociedade santa-luizense.

As informações contidas e discutidas no conjunto dos capítulos que compõem esta dissertação demonstram como os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião vêm, através das histórias sobre a origem e no idioma do parentesco, se identificando e se autodenominando de quilombolas, para no mais tornarem-se quilombolas, também, no plano do poder público.

I

**LEMBRANDO A TEORIA**

## Subsídios Teóricos

A modernidade, junto com a edificação dos Estados-nação, trouxe a concepção de que as identidades étnicas iriam se diluir em favor de uma identidade nacional única, tendo por base a percepção de que “a ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças culturais.”<sup>2</sup> Contudo, as identidades étnicas não se enfraqueceram e nem desapareceram, pelo contrário, têm se fortalecido e são assumidas com mais transparência, orgulho e ênfase, ou como diria Cunha, “a etnicidade é a Hidra do século XX”<sup>3</sup>, isto é, constantemente novos grupos assumem uma postura de demarcação de uma identidade étnica no campo das ações políticas.

As concepções de identidade associada à raça, no transcurso dos séculos XIX e XX, estavam estreitamente relacionadas às idéias racistas. De tal modo que se terminou, após os problemas políticos envolvidos na geração de duas guerras mundiais com os seus ideários racistas, cancelando-se o uso do termo raça e permutando-o pelo de etnia. A etnicidade passou então a representar um campo vasto e nem sempre claramente delimitado. No decorrer do século XX o conceito de etnicidade sofreu diversas reelaborações, passando da concepção de raça a outras concepções como sistema cultural, extensão do parentesco etc.<sup>4</sup>, não sendo mais entendida simplesmente como sinônimo de racismo, de uma diferenciação discriminatória. Atualmente, no campo das Ciências Sociais o termo etnicidade é empregado para designar as interações sociais existentes entre os grupos étnicos. Contudo, a necessidade de esclarecer os conceitos de etnicidade e de etnia provém das questões inerentes ao fenômeno da etnicidade que perduram no meio das sociedades humanas.

A persistência do fenômeno étnico evidencia-se nos protestos de imigrantes, na revalorização de manifestações culturais como o Toré entre índios do Nordeste brasileiro ou nas reivindicações provenientes das comunidades quilombolas. Independente de quais sejam os motivos de sua permanência - econômicos, políticos, culturais etc. – a etnicidade solicita dos cientistas sociais uma atenção mais acurada, pois as antigas concepções racistas que associam as diferenças sociais às diferenças biológicas, também não desapareceram.

---

<sup>2</sup> CUCHE, 2002, p.188

<sup>3</sup> Cunha (1986) faz referência a Hidra, serpente monstruosa da mitologia grega, que tinha muitas cabeças e qualquer tentativa de cortá-las, da parte decepada brotavam mais duas cabeças, novinhas!

<sup>4</sup> Para mais detalhes sobre as transformações pelas quais passou a concepção de etnicidade ver Poutignat e Streiff-Fenart no livro intitulado Teorias da Etnicidade, Unesp, 1998.

Do ponto de vista das Ciências Sociais, os problemas sobre raça e racismo são derivados de causas sociais, e assim, o emprego do termo etnia visa abordar essas questões a partir de aspectos sociais e não biológicos. Para Max Weber (2004 [1922]), a raça, entendida como as características que são transmitidas pela hereditariedade, não interessa a sociologia, nem a antropologia, adquirindo relevância sociológica e antropológica quando essas características são sentidas subjetivamente e servindo de explicação para o comportamento dos homens uns em relação aos outros. É assim, Weber, apresenta uma distinção entre pertença racial e pertença étnica, a primeira é constituída a partir dos laços reais de sangue, ou seja, na comunidade de origem, ao passo que a segundo refere-se à crença subjetiva em uma origem comum<sup>5</sup>. (WEBER, 2004).

No Brasil, muito se tem a discutir sobre as questões étnicas. A história sobre a formação do povo brasileiro está estritamente relacionada com a ideia de que as contribuições de cada raça – branca, negra, índia – originou um povo sem preconceito, apto a miscigenação. Ou como diagnostica R. da Matta (1987) a “fábula das três raças” criou um país teoricamente miscigenado. Então, não é de se estranhar que o senso comum ainda acredite na existência de uma “democracia racial”, na crença de uma convivência harmoniosa entre negros, índios e brancos, ou seja, na inexistência do racismo. É por isso, que o reconhecimento de comunidades quilombolas veem surpreendendo a população brasileira, acostumada a ignorar e naturalizar as questões étnicas.

A partir da Constituição de 1988, a concepção de quilombo adquire uma nova dimensão ao ser inscrita no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o qual conferiu direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estivessem ocupando suas terras.

Sobre o conceito de quilombo, O`Dwyer constata que no meio acadêmico este era definido quase que exclusivamente por parâmetros históricos<sup>6</sup>. E o antropólogo Alfredo W. B. de Almeida, analisando o conceito de quilombo em seu aspecto jurídico-formal, constatou que esse ficou, por assim dizer, “frigorificado”<sup>7</sup>, pois se buscou manter os mesmos parâmetros da época do Conselho Ultramarino para se avaliar a pertinência de uma população contemporânea ser classificada enquanto quilombola.

---

<sup>5</sup> Sobre grupos étnicos ver também BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, *op. cit.* Como também, LASK, Tomke. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.

<sup>6</sup> Ver O`DWYER, E. C. (org.). 2002.

<sup>7</sup> Sobre o conceito “frigorificado” de quilombo, Almeida nos diz que o Conselho Ultramarino, em 1740, definiu como sendo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. (ALMEIDA, 2002, p.47).

Assim, reunidos em 1994, os antropólogos através do Grupo de Trabalho da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) sobre Terra de Quilombo, definiram uma nova perspectiva referente às questões quilombolas e ao conceito de quilombo, de modo a incorporar o ponto de vista dos grupos sociais diretamente interessados. Porém, mais do que uma discussão acadêmica a respeito do conceito de quilombo, o que esteve em jogo foi a continuidade, a qualidade de vida e o modo de ser das comunidades quilombolas, a de saber como essas comunidades se auto-definem e como se organizam em prol de garantir os seus direitos. Atentou-se cada vez mais para o fenômeno das disputas classificatórias e o papel dos intelectuais em tais cenários. Como enuncia Pierre Bourdieu:

[...] os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que eles fazem de si mesmos, tudo o que os constitui como “nós” em oposição a “eles” e aos “outros” e tudo ao que eles têm um apreço e uma adesão quase corporal. O que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca a identidade (BOURDIEU, 1980b, p. 69, nota 20, *apud* CUCHE, 2002, p.190).

Mas uma parte considerável da população brasileira, incluindo setores acadêmicos e membros de comunidades quilombolas, ainda entende quilombo como uma comunidade perdida no mato e composta por ex-escravos ou seus descendentes. Isto pode ser percebido em uma rápida busca nos livros didáticos, ou como em nosso caso, em conversas com membros de comunidades quilombolas na Paraíba.

Assim, decorre a necessidade dos estudos sobre etnicidade. Portanto, considerando a emergência e a persistência de identidades étnicas, a ideia desta dissertação é a de discutir o processo de auto-reconhecimento da situação quilombola mento e os seus correlatos.

O Estado ao sancionar o artigo 68 do ADCT/CF1988 acabou também por instituir a categoria “remanescente de quilombos”, ao tempo que propôs demarcar situações de grupos de sujeitos de direitos, ou seja, o Estado “ao consagrar aquilo que enuncia, o coloca num grau de existência superior, plenamente realizado, que é o da instituição instituída” (BOURDIEU, 1989, p. 238).

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) garante as comunidades negras à propriedade da terra que ocupam, como prescreve: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os

títulos respectivos”. Porém, o artigo 68 não faz referência aos órgãos responsáveis nem aos procedimentos administrativos que devem ser adotados no reconhecimento, identificação, delimitação e regularização do território quilombola. Somente em 2003, com o Decreto 4.887 esses procedimentos são regulamentados, ao mesmo tempo em que a competência de sua aplicabilidade é transferida da FCP ao INCRA.

A FCP, uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura. Constituída a partir da Lei nº 7.668/1988, esta confere a FCP a tarefa de “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”<sup>8</sup>, para tanto, uma de suas ações é a identificação e emissão de Certidões de Auto-Reconhecimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo. Atualmente, existem no Brasil 1.711 comunidades auto-reconhecidas como remanescentes de quilombos, mediante certidão emitida pela FCP.

A Certidão de Auto-Reconhecimento confere as comunidades quilombolas direitos específicos que lhes permitem participar de benefícios propiciados pelas políticas públicas de bem-estar social, bem como o direito a posse do território que ocupam. Porém, apesar da importância do auto-reconhecimento, este não assegura, automaticamente, nem a implementação de políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas, nem a regularização do território.

No que tange a questão do território quilombola, muitas pesquisas realizadas acerca desta problemática reconhecem a importância existente na relação entre comunidades quilombolas e suas terras, sendo esse um ponto crucial dentro dos estudos sobre quilombos, pois sem a posse da terra muitas comunidades não têm como garantir sua reprodução material e simbólica. Contudo, esse território muitas vezes é ameaçado por vizinhos e empresários com interesses externos à comunidade. Algumas comunidades quilombolas vivem sob constante ameaça de expulsão de suas terras.

A importância de suas terras para as comunidades quilombolas, também, é reconhecida pelo Estado brasileiro através do Decreto Presidencial nº 4.887<sup>9</sup>, que possibilita por meio da ação do INCRA a desapropriação de áreas particulares para fins de reconhecer esses territórios enquanto quilombola, bem como por meio de instrumentos que viabilizam ações e políticas para garantir a preservação das suas características culturais, como é o caso do II Plano Nacional de Reforma Agrária, no qual é reconhecido,

---

<sup>8</sup> Para mais informações referentes a legislação e as ações da Fundação Cultural Palmares, consultar o site da web <http://www.palmares.gov.br/> (site consultado no dia 10/03/2010).

<sup>9</sup> Para maiores detalhes sobre o Decreto nº 4.887, consultar o site <http://www.planalto.gov.br> (site consultado no dia 10/10/08)



[...] a diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração, raça e etnia que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade. Reconhece os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais, suas características econômicas e culturais, valorizando seu conhecimento e os saberes tradicionais na promoção do etnodesenvolvimento. (SANTOS & LEITE, 2006, pág. 12.)

Compete ao INCRA reconhecer, regularizar e titular as terras das comunidades quilombolas, mas estas ações requerem relatórios, elaborados por profissionais de antropologia, sobre a ocupação destas terras e o reconhecimento da identidade étnica dos ocupantes. A identidade étnica se desenvolve e se fortalece através de relações de parentesco, de vizinhança, do cotidiano e das histórias de vida compartilhadas pela comunidade, as quais possibilitam, como constatou Almeida (2002), uma multiplicidade de experiências históricas, tanto na formação social quanto no acesso ao território. Assim verificamos uma estreita relação que se estabelece entre identidade étnica e posse da terra.

O empreendimento antropológico para construção desta dissertação se efetivou na realização de uma pesquisa de campo entre moradores do bairro São Sebastião – Monte, no perímetro urbano do município de Santa Luzia /PB, que aos se pensarem enquanto descendentes da Comunidade de Serra do Talhado veem de maneira mais efetiva reivindicado que o poder público reconheça sua situação de remanescentes quilombolas.

Para responder as questões da pesquisa faz-se necessário refletir sobre o fenômeno da emergência quilombola na Paraíba, nos questionando como se dá a construção da identidade quilombola em meio aos processos de auto-reconhecimento e reivindicação dos direitos cabíveis às comunidades remanescentes de quilombo; para que a partir da discussão antropológica possamos entender a realidade quilombola em sua atualidade. Assim, para refletir sobre esse fenômeno é preciso dispor do esclarecimento acerca dos conceitos de quilombo e grupo étnico.

O senso comum costuma associar ao universo quilombola dois elementos que norteiam a ideia de quilombo: “as pessoas”, ou seja, o tipo físico, a cor negra da pele, e a característica da “localização geográfica”, isto é, o difícil acesso, o isolamento. Porém, não podemos resumir a definição de quilombo a esses dois elementos, pois estaríamos excluindo uma série de circunstâncias envolvidas na geração de um quilombo.

As ideias de quilombo, disseminadas em nossa imaginação como um lugar de refúgio, de incursões policiais, de lutas e de isolamento – ou seja, o modelo do quilombo Palmares – precisa ser criticado, ponderando acerca de sua semelhança com a realidade de distintas comunidades. Reduzir uma comunidade quilombola ao modelo de Palmares acarreta em negligenciar a especificidade de cada comunidade na luta pela sobrevivência e autonomia como também impede a observação do dinamismo e da complexidade social presentes na construção e na reprodução destas.

O artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 mesmo conferindo direitos territoriais não resolveu de imediato o problema dos “remanescentes de quilombos”, mas fez surgir uma gama de questões sobre sua aplicabilidade e acerca da própria definição de “remanescentes de quilombos”.

De acordo com a antropóloga, Eliane Cantarino O’Dwyer (2002), o artigo 68 do ADCT evoca a questão quilombola baseado em seu passado histórico, contudo foram os antropólogos, e não historiadores ou arqueólogos, os profissionais que se dedicaram em estudar os quilombos na contemporaneidade. Com a necessidade de observar os quilombos como se apresentam na atualidade, faz-se mister aos antropólogos trabalhar com estas comunidade a partir do cotidiano de seus agentes, não desconsiderando, é claro, seu passado, mas levando em consideração que o passado é lembrado, pensado e sentido por cada comunidade à sua maneira.

A situação instaurada pelo artigo 68 acarreta no imediatismo de se pensar em uma ferramenta conceitual que serviria no estudo das referidas comunidades, em outras palavras, fez-se necessário refletir acerca de uma definição para explicar os atuais remanescentes de quilombos citados na Constituição Brasileira. Segundo O’Dwyer,

O fato de o pressuposto legal referir-se a um conjunto possível de indivíduos ou atores sociais organizados em conformidade com sua situação atual permite conceituá-los, numa perspectiva antropológica mais recente, como grupos étnicos que existem ou persistem ao longo da história como “tipo organizacional”, segundo processos de exclusão e inclusão que possibilita definir os limites entre os considerados de dentro ou de fora. (O’DWYER, 2002. Pág. 14).

A demanda de comunidades quilombolas pelo reconhecimento de sua identidade quilombola e demarcação de seu território desperta na antropologia a necessidade de criticar e repensar os conceitos vigentes de quilombo. Faz-se preciso repensar e criticar a utilização das antigas definições de quilombo,

observando até que ponto estas definições são categorias analíticas aplicáveis as pluralidade de realidades que hoje encontramos.

Neste sentido, Alfredo Wagner Berno de Almeida (2002) adverte que nos estudos sobre quilombo faz-se necessário a desconstrução dos conceitos elaborados e à observação dos casos empíricos. As noções de Almeida permitem aos estudiosos analisar a emergência de comunidades que reivindicam o reconhecimento de sua identidade.

Em um artigo, hoje considerado seminal, sobre quilombos e novas etnias, Almeida discute a história do conceito de quilombo, buscando explicitar como se constituiu historicamente e como os operadores do direito fazem uso de certas concepções. Quilombo foi definido em 1740 em “resposta ao rei de Portugal em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino” como sendo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. (ALMEIDA, 2002; pág. 47)

Para o citado autor, essa definição comporta cinco elementos complicadores: a fuga, a quantidade mínima de fugitivos, o isolamento geográfico, os ranchos e “nem se achem pilões nele”. Isto é, a partir dessa definição, quilombo estaria associado apenas à situação de fuga de uma dada quantidade de escravos que se instalam em um local isolado, mesmo que não tenham levantados suas moradias ou possuam instrumentos que determinem uma economia auto-suficiente.

Segundo Almeida, este conceito deve ser reavaliado posto que contem as concepções do período no qual foi elaborado, qual seja, o período colonial, ficando, desde então, como diz Berno de Almeida (2002), “frigorificado”, ou seja, congelado em um tempo que não mais existe – a época da escravidão.

Durante muito tempo o conceito de quilombo foi acionado a partir dos elementos contidos na consideração acima, desaparecendo na Constituição Republicana (1889), pois com a Abolição da Escravidão não se fazia mais necessário sua utilização em um país onde os negros já estavam libertos e conseqüentemente, não teriam mais a necessidade de fugir e formar quilombos.

O termo quilombo só reaparece como conceito jurídico-formal na Constituição Federal de 1988, através do Artigo 68 do ADCT, sendo associado ao termo “remanescente”, ou seja, passa a ser pensado como uma sobra, uma sobrevivência, aquilo que restou do passado. Já o Decreto N<sup>o</sup> 4.887 que regula o artigo 68 do ADCT dispõe no art. 2<sup>o</sup> quais as características necessárias à classificação das comunidades remanescentes de quilombos.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Sendo assim, segundo essas orientações uma comunidade negra para reivindicar o título de remanescente de quilombo necessita atestar critérios de auto-atribuição, trajetória histórica própria, relações territoriais específicas, ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão histórica.

Para fugir das armadilhas jurídicas, a definição de quilombo proposta por Almeida é expressiva, pois propõe que devemos nos libertar das concepções históricas, de modo a compreender as particularidades das realidades investigadas, isto é, compreender a história, as representações e relações sociais das comunidades quilombolas. A ideia é trazer ao lume as representações dos agentes sociais envolvidos e, a partir disto observar como eles constroem o que hoje se configura enquanto um quilombo. Eis a recomendação de Almeida:

Julgo que, ao contrário, se deveria trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente. Em outras palavras, tem que haver um deslocamento. Não é discutir o que foi, e sim discutir o que é e como essa autonomia foi sendo construída historicamente. Aqui haveria um corte nos instrumentos conceituais necessários para se pensar a questão do quilombo, porquanto não se pode continuar a trabalhar com uma categoria histórica acrítica nem com a definição de 1740. Faz-se mister trabalhar com os deslocamentos ocorridos nessa definição e com o que de fato é, incluindo nesse aspecto objetivo a representação dos agentes sociais envolvidos. (ALMEIDA, 2002, p. 54)

É preciso, além de uma revisão jurídica lançar mão de novos conceitos para entender os movimentos étnicos que permeiam o cenário nacional, e para analisar os quilombos a partir de seus processos de resistência, sua constituição enquanto comunidade e a construção e atualização de suas identidades. Para tanto é essencial nos afastarmos de concepções cristalizadas e a-históricas, uma noção apropriada para pensar o quilombo é a ideia de aquilombamento proposta por Gomes (1996).

Gomes propõe observar “a formação das comunidades quilombolas com o objetivo de perceber a sua complexa interação no mundo da escravidão” (GOMES, 1996, p. 206). Com esta proposta a intenção é entender o quilombo para além dele mesmo e sua resistência, ampliando a análise para as relações

constituídas no mundo escravista entre os quilombos e outros setores da sociedade.

Com a noção de aquilombamento, o quilombo é entendido em sua dimensão processual e não com algo dado, mas sim como um processo constituído historicamente; e segundo Gomes devemos observar as especificidades das formações de cada comunidade que se estuda. Como veremos adiante, a abordagem de Fredrik Barth já se enunciava neste sentido, de entender os grupos étnicos como tipos de organização social, analisando os processos através dos quais estes se definem e interagem socialmente.

Retornando a Almeida (2002), suas análises se encaminham exatamente nessa direção. Almeida examina diversas formas que a população negra encontrou de construir sua autonomia depois da decadência da cana-de-açúcar, do café e do algodão que resultou na perda de poder de repressão que os senhores de escravos tinham sob seus cativos. Por conseguinte algumas comunidades – inclusive a comunidade por Almeida estudada, Frechal, no estado do Maranhão, – foram formadas próximo da casa grande, ou por através da compra de terras, ou ainda por meio de doações.

A autonomia de alguns negros foi se consolidando no espaço da própria terra da qual antes eram escravos. Isso evidencia que ao reduzir o quilombo a uma idealização nega-se a história de luta e resistência de comunidades que se compuseram das mais diversas formas, ao mesmo tempo em que lhes nega o direito de hoje, através dos dispositivos legais, evocarem sua condição de comunidade específica, de serem consideradas como estando vivendo numa situação que pode ser descrita enquanto comunidade quilombola.

A pesquisa antropológica e os estudos acerca das atuais comunidades quilombolas têm que enfrentar e discutir a definição jurídica contida no Artigo 68 do ADCT da CF/1988 e no Decreto nº 4.887, que classifica as comunidades quilombolas enquanto remanescentes. Embora esse termo provoque desconforto aos antropólogos, Arruti argumenta que a aplicação de tal termo deve ser ressemantizado para que assim possa fazer referência às “formas atualizadas dos antigos quilombos” (ARRUTI, 2006, pág.81). Arruti também acrescenta que o termo “remanescente”, presente no Artigo 68, vem resolver “a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado histórico, em que a descendência não parece ser um laço suficiente.” (*Ibid*)

Para Arruti as comunidades nomeadas pelo Estado de remanescentes de quilombo estão emergindo enquanto grupos que se organizam politicamente com o objetivo de garantir seus direitos territoriais e sua cidadania. Dessa forma, o “rótulo quilombo” faz referência mais as atuais conjunturas de

mobilização das comunidades negras do que ao seu passado histórico. (ARRUTI, 2006)

Dentro da pesquisa sobre a identidade quilombola, nos deparamos com questões sobre raça, racismo, grupo étnico e etnicidade. No campo da Antropologia podemos destacar dois modelos de análises muito importantes na busca pela classificação das unidades étnicas, o primeiro adota o viés da cultura e o segundo se utiliza das formas de organização e interação social.

Poutignat e Streiff-Fenart (1998) qualificam como *neoculturalista* as abordagens de diversos autores que concebem a etnicidade como um sistema cultural. Dentre esses, Drummond (1980) atribui aos aspectos culturais um lugar central de uma teoria da etnicidade, vista como “o processo pelo qual as pessoas, por meio das diferenças culturais, comunicam idéias sobre a distintividade humana e tentam resolver problemas de significação” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 109).

Na análise de Drummond as categorias étnicas são símbolos que possuem conteúdos variáveis de acordo com as instituições, estas por sua vez, em conjunto formam “um sistema de significações interligadas”. Nesta abordagem os grupos étnicos não seriam definidos *a priori*, porém existiria um conjunto de categorias étnicas “que só possuem significações porque são definidas e utilizadas por pessoas que possuem uma compreensão e expectativas comuns em relação às diferenças fundamentais que separam as pessoas em uma sociedade” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 110). Assim sendo, seria através da etnicidade que as diferenças culturais seriam percebidas.

Na década de 1920, Max Weber definiu grupos étnicos baseado na idéia de pertencimento subjetivamente aceito e legitimado pelo grupo, assim denomina grupos étnicos como sendo

“aqueles grupos humanos que, em virtude semelhanças no *habitus* externos ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva.” (WEBER, 2004, p. 270).

Para Weber a constituição dos grupos étnicos não pressupõe efetivamente a existência de uma comunidade real de origem. Mas, o sentido de um grupo étnico funda-se principalmente na crença de que há entre seus membros uma origem comum. Ou seja, o grupo étnico funda-se na crença subjetiva que possuem seus membros de formar uma comunidade através do

sentimento de honra social compartilhado por todos que alimentam tal crença, diferenciando-se assim da pertença racial, a qual é fundada na comunidade de origem.

O sentimento de pertencimento a um grupo é para Weber o elemento essencial na construção da identidade étnica, é através este sentimento que a comunidade se constitui enquanto comunidade para ação. Em Weber, o grupo étnico se constitui enquanto comunidade política, fonte de ação comunitária, fundado na crença na origem comum e em destinos compartilhados. Esse sentimento de pertença, de origem comum e destinos compartilhados são ressaltados em muitas comunidades quilombolas durante de processo de auto-reconhecimento e posterior demarcação de seu território. Porque essas demandas exigem da comunidade grandes esforços, por muitas vezes serem palco de conflitos.

Considerando que um grupo étnico deve ser definido a partir da crença subjetiva na origem e não na posse de traços raciais comuns, podemos dizer que é conveniente analisar o fenômeno da etnicidade por meio da atividade de produção e manutenção de diferenças. Nesse sentido, a identidade étnica é construída a partir das diferenças, ou seja, não é o isolamento que cria a consciência de pertencimento, mas é em situações de confronto que os indivíduos se apropriam de elementos que manifestam a crença numa “comunhão étnica” e marcam as fronteiras étnicas.

Fredrik Barth (1969) aborda a etnicidade enquanto forma de interação social, de certa forma segue o caminho aberto por Weber quando propõe uma concepção de grupo étnico mais dinâmica e flexível.

A contribuição da teoria elaborada por Barth encontra-se no fato dele explicar como as diferenças podem ser compreendidas dentro de um mesmo sistema cultural e social. Contrapondo-se às abordagens que pressupõem a estabilidade dos grupos étnicos, com base na idéia de que a diversidade cultural teria sido instaurada pelo isolamento geográfico e social, Barth problematiza as questões relacionadas às mudanças socioculturais como forma de empréstimo ou aculturação. Para Barth a emergência e a persistência dos grupos étnicos são unidades identificáveis pela manutenção de suas fronteiras. Segundo Barth, a etnicidade se manifesta durante a intensificação dos contatos interétnicos e essa intensificação ocasiona os processos de inclusão e exclusão dos indivíduos, então, o estudo empírico das fronteiras étnicas demonstram que:

Em primeiro lugar, fica claro que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, de contato e informação. Mas acarretam processos

sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, *apesar* das transformações na participação e na pertença e no decorrer de histórias de vidas individuais. Em segundo lugar, descobre-se que relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através dessas fronteiras e são frequentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados. Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. (BARTH, 1969, In: Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 188)

Com base no exposto, podemos ressaltar que não é o isolamento que fará com que as diferenças culturais persistam, pelo contrário, elas podem permanecer apesar do contato inter-étnico, não desaparecendo mesmo com as mudanças e assimilações. Dentro desta perspectiva, na análise os grupos étnicos devem ser considerados como algo que antecede a própria cultura.

Para mim, podemos lucrar muito ao considerar esse traço importante como uma implicação ou um resultado, mais do que como uma característica primária e definicional da organização do grupo étnico. (BARTH, 1969, In: Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 191)

Com essa abordagem a cultura, em vez de ser considerada enquanto pressuposto de um grupo étnico passa a ser em certa medida, produto dele. Barth transfere o foco do estudo das características culturais internas do grupo para as suas linhas de organização social, focalizando na análise as fronteiras.

Para Barth “[...] os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim têm a característica de organizar a interação entre as pessoas” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 189).

Assim, Barth concebe grupo étnico como um tipo organizacional de interações sociais que determinam a auto-atribuição dos indivíduos, os quais passam a acionar a identidade como mecanismo de categorizar a si aos outros.

Portanto, o que define o grupo étnico enquanto tal não é a sua configuração cultural específica, mas sim suas fronteiras étnicas. São elas que permitem não apenas a persistência, mas a existência de um grupo étnico, tendo em vista que a etnicidade é um fenômeno relacional não é possível pensar um grupo étnico sem antes pensar a demarcação entre dos que fazem parte do grupo e os que não parte dele.



Centrando a análise na composição das fronteiras se transfere o foco das manifestações e/ ou caracteres culturais para a demarcação da oposição dentro/ fora. O que é extremamente relevante para o estudo das comunidades remanescentes de quilombo; sob essa orientação conceitual o pesquisador não deve ir a campo com o intuito de encontrar nos quilombos a reprodução das práticas da época da escravidão, ou elementos culturais africanos. Os elementos que devem ser elencados como primordiais a pesquisa, são aqueles que o próprio grupo considera importantes. Assim, a descrição dos sinais que caracterizam uma comunidade e/ ou um grupo étnico deve levar em consideração as representações destes, pois o que define o grupo são os sinais e as características que ele elenca enquanto tal.

Sendo as fronteiras condição constitutivas dos grupos étnicos é relevante ressaltar que, segundo Poutignat e Streiff-Fenart as fronteiras étnicas são reproduzidas pelos atores em suas relações sociais, então é necessário que os pertencentes ao grupo trabalhem para a manutenção destas. (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, pág.157).

Orientando a análise para as fronteiras étnicas passa-se a levar em consideração a mobilidade e o contato social entre as pessoas. As fronteiras, mesmo constituindo limites entre os grupos não representam barreiras que os isolam. Ao contrário, Barth observa a etnicidade como um fenômeno relacional, isto é, os grupos étnicos existem enquanto mantém suas fronteiras, por isso não se isolam, e sim, relacionam-se a todo o momento.

No entanto, Arruti (2006) ao discorrer sobre a contribuição das concepções de Barth acerca dos grupos étnicos observa,

A atenção na auto-atribuição, nas fronteiras interétnicas, na contrastividade ou mesmo na situacionalidade identitária não dá conta da passagem entre o fenômeno de adscrição étnica (necessariamente local) do grupo (o etnônimo) e a sua adesão à categoria genérica e englobante de 'indígena' (ou de 'quilombola'), de caráter jurídico-administrativo. (ARRUTI, 2006, p. 40)

E mais, argumenta que “a postura analítica de Barth não leva a perspectiva relacional às últimas consequências, ao eliminar previamente do seu campo de interesses um dos elementos do contexto: O Estado (colonial ou não)”. (ARRUTI, 2006, p. 41)

Sugerindo um caminho visível, Arruti indica a discussão de Pacheco de Oliveira que “propõe que a justa análise dos ‘grupos étnicos’ deve agregar ao conceito de ‘eticidade’ o conceito de ‘territorialização’:

[...] uma intervenção da esfera política que associa – de uma forma prescritiva e insofismável – um conjunto de indivíduos e grupos a limites bem determinados. É este ato político – constituidor de objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragem (no sentido exteriores à população considerada e resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado) – que estou propondo tomar como fio condutor da investigação antropológica. (OLIVEIRA, 1999, p. 21. *Apud* ARRUTI, 2006, p. 41)

Assim, Arruti pondera,

“A noção de ‘teritorialização’ indicaria, portanto, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo se transforma em uma coletividade organizada, implicando: a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciada, a constituição de mecanismos políticos especializados, a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1999, p. 55)”

A partir desta perspectiva se abandona as ideias analíticas de um quilombo isolado do mundo que o rodeia e abre espaço para análises mais abrangentes que considere as relações sociais e políticas vivenciadas pelas comunidades quilombolas.

Porém, mais do que uma discussão acadêmica a respeito do conceito de quilombo, o que está em jogo é a continuidade, a qualidade de vida e o modo de ser das comunidades quilombolas, é de saber como essas comunidades se auto-definem e como se organizam em prol de garantir os seus direitos.

### **Percurso Metodológico**

Para a obtenção das informações que permitiram a construção da presente dissertação utilizamos como recurso metodológico a etnografia, como sugere Roberto Cardoso de Oliveira (1998) a etnografia envolve uma observação participante, desenvolvida a partir de um olhar e uma escuta que permitem a interação entre pesquisador e pesquisado, tornando o último não apenas um informante, mas sim um interlocutor. A escrita deve analisar os dados obtidos durante a pesquisa bem como as suas condições de realização.

Convencionou-se dizer que uma pesquisa antropológica requer um método específico, isto é, a observação participante. Nos termos de Bronislaw Malinowski (1978), é preciso viver com o nativo e descrever o seu cotidiano para assim entender como vive esse nativo. Bronislaw Malinowski (1978), afirma que é necessário ao pesquisador participar da vida e do cotidiano do local estudado, e assim, tornar-se um nativo, é para o antropólogo condição

essencial para a realização da pesquisa. Como sabemos, foi este autor que consagrou o trabalho de campo como o método por excelência da prática antropológica, chamando a atenção para o fato de que é por meio da presença do pesquisador em campo que se pode apreender aspectos da vida real que nenhum questionário, dados quantitativos ou relatos podem transmitir. Então, durante a pesquisa procuraremos fazer parte do cotidiano do Bairro São Sebastião, sem ter a ilusão de que um dia nossa presença será desconsiderada ou que nos tornaremos membro da comunidade, mas com o intuito de nos familiarizar com o cotidiano das pessoas que proporcionam a realização da pesquisa.

Todavia, um antropólogo que se preze deve realizar a observação participante, porém a utilização desse método apresenta alguns desconfortos. O antropólogo Claude Lévi-Strauss no livro “Tristes Trópicos” faz uma observação acerca do trabalho de campo,

Não há lugar para a aventura na profissão de etnógrafo; ela é somente a sua servidão. Pesa sobre o trabalho eficaz com o peso das semanas ou dos meses perdidos no caminho; das horas improdutivas enquanto o informante se esquivava; (...) Que sejam necessários tantos esforços e desgastes inúteis para alcançar o objeto de nossos estudos não confere nenhum valor ao que se deveria mais considerar como o aspecto negativo do nosso ofício. As verdades que vamos procurar tão longe só tem valor se desvencilhadas dessa ganga. Decerto, podem-se dedicar seis meses de viagem, de privações e de fastidiosa lassidão à coleta (...) de um mito inédito, de uma regra de casamento nova, de uma lista completa de nomes clânicos, mas essa escória de memória (...), uma recordação tão pobre merece que eu erga a pena para fixá-la? (LEVI-STRAUSS, 1996, p. 15)

Deixando de lado o aspecto negativo dado por Levi-Strauss ao trabalho de campo, vale ressaltar a ideia de que o trabalho do etnográfico não é colecionar relatos de aventuras, mas sim relatos consistentes que produzam um pensamento crítico da realidade. O trabalho de campo, a observação participantes, ou seja, o fazer etnográfico é um recurso metodológico perspicaz, mesmo tendo que enfrentar o cansaço físico e algumas situações desconfortáveis.

Então, os dados etnográficos aqui dissertados foram obtidos através da observação participante e do recurso do diário de campo, no qual foram armazenadas as descrições, informações, dados, impressões e reflexões provenientes da convivência com os moradores do bairro São Sebastião que se reconhecem enquanto descendentes do Talhado em meio a um processo de reivindicação do reconhecimento de uma condição de quilombolas.

Mesmo que esta dissertação seja fruto da inserção em campo ocorrida entre as idas e vinda a cidade de Santa Luzia entre os anos 2009 até início de 2011, fazemos uso dos dados obtidos desde no início da intenção de pesquisa, que levou em 2006 os antroponautas<sup>10</sup> um grupo de estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) á cidade de Santa Luzia com o propósito de conhecer a Comunidade de Quilombo da Serra do Talhado.

Além, das informações adquiridas na leitura do material bibliográfico que nos permitiu conhecer a história e disposição geográfica do município de Santa Luzia/PB, e das leituras teóricas, com as quais apreendemos o universo pesquisado.

Nas pesquisas qualitativas é comum a utilização de entrevistas, contudo, é preciso problematizar o momento de entrevistar, pois devemos reconhecer que a entrevista não é algo que faz parte do cotidiano das pessoas, por isso durante uma entrevista é comum o pesquisador ter que enfrentar recusas, timidez e nervosismo do informante. Então, a entrevista é uma situação bastante delicada, tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador, e sua prática está restritamente relacionada com as experiências e representações dos pesquisadores e dos informantes.

Muitos estudiosos discutem sobre o emprego das entrevistas como ferramenta metodológica nas pesquisas em ciências sociais. Pierre Bourdieu problematiza a maneira pela qual a pesquisa deve ser desenvolvida, questiona as atitudes dos cientistas sociais em relação aos métodos mais recorrentes nas pesquisas no nosso campo, e chama a atenção do pesquisador para o cuidado com a realização e a análise das entrevistas. De modo a criticar a utilização dessa ferramenta de pesquisa que muitas vezes cai nas armadilhas do costume e se torna algo automático. É imprescindível reconhecer que não há perguntas ou respostas neutras, as indagações e dúvidas feitas durante uma entrevista auxiliam na formulação do objeto de estudo, sendo necessário ao cientista dar-se conta disso.

Sempre que o sociólogo for inconsciente em relação à problemática implicada em suas perguntas, privar-se-á de compreender a problemática que os sujeitos implicam em suas respostas. (BOURDIEU, 1999, pág. 56-57)

Como instrumentos de pesquisa, o uso de gravadores de áudio (mp4), câmara fotográfica e filmadora, são em alguns momentos iniciadores de uma

---

<sup>10</sup> Grupo de cinco estudantes de Ciências Sociais da UFCG, bolsistas do PET-Antropologia, que em 2006 começam a realizar pesquisa na cidade de Santa Luzia e que espírituosamente foi denominado por Luiz Rivadávia de “Antroponautas”. (Aluska Martins, Enilson Ferreira, Eulália Bezerra, Jordânia Souza e Luiz Rivadávia)

relação; em eventos públicos e festivos fui instada a registrar o momento em fotografias o que, com o consentimento das pessoas, serviram como material etnográfico e para eles instrumentos de recordação.

A realização de entrevistas foi feita apenas quando da necessidade de registrar dados extensos como a descrição de parentesco ou as histórias de vida, que de certa forma não ficam gravadas na memória com riqueza de detalhes. Ou ainda, quando se percebia o desejo de alguém em ser entrevistado; muitas destas entrevistas se tornaram material riquíssimo.

Para esclarecimento, os nomes de todas as pessoas que constam nesta dissertação foram substituídos por pseudônimos, por uma questão de ética, como também para não expô-los a nenhum tipo de constrangimento.

Então, as visitas e permanência na cidade de Santa Luzia, teve o propósito a familiarização com o cotidiano dos moradores do bairro São Sebastião e a compreensão das redes de relações entre os atores sociais.

Porém, temos conhecimento de que o trabalho de campo é um processo de negociação, no qual pesquisador e os informantes buscam compreender as intenções, sentimentos e expectativas um do outro.

## II

# Momento História

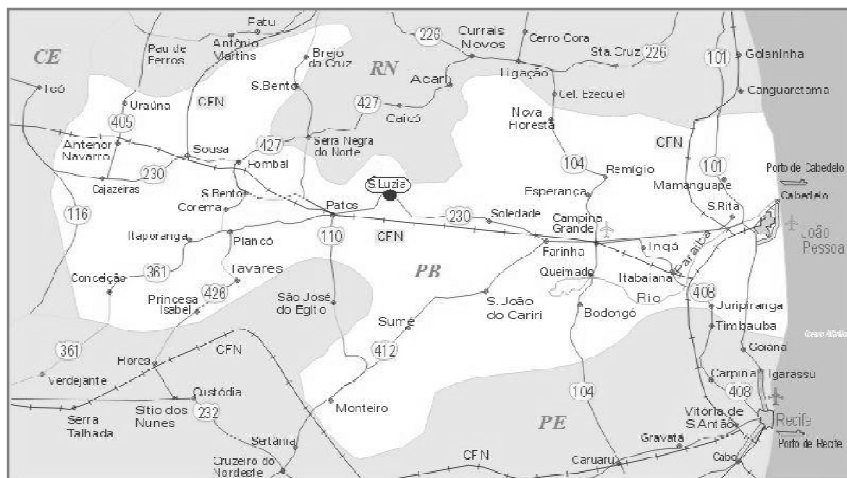
[PENSANDO SOBRE LUGARES E NARRATIVAS]

## 2.1. Indo para o Município de Santa Luzia: Breve histórico do território

Tendo esta dissertação um caráter antropológico, não há como não fazer referência aos clássicos da antropologia, dentre estes o que consagrou a pesquisa de campo como o método privilegiado desta ciência. Em seu livro “Argonautas do Pacífico Ocidental”<sup>11</sup> Bronislaw Malinowski inicia a escrita de sua aventura antropológica situando o leitor a situação de pesquisa, como se pode ler a seguir:

Imagine-se o leitor, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Tendo encontrado um lugar para morar no alojamento de algum homem branco – negociante ou missionário – você nada tem para fazer a não ser iniciar imediatamente seu trabalho etnográfico. (MALINOWSKI, 1978, p. 19)

Menos poético e menos solitário, porém um tanto quanto instigante, o presente exercício antropológico levará o leitor ao Município de Santa Luzia, localizado aproximadamente na parte central do Estado da Paraíba, a 263 quilômetros de distância da capital, João Pessoa, à qual está ligada pela BR 230.



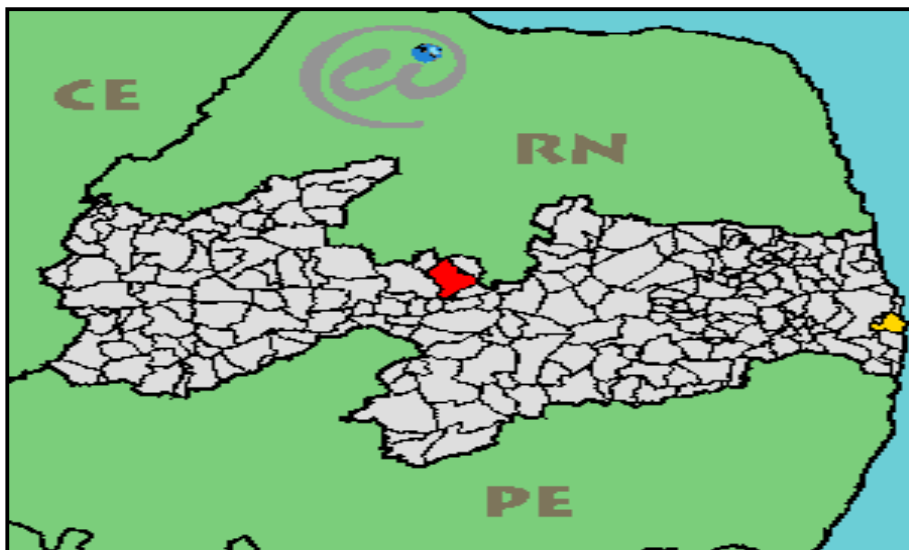
MAPA II: Localização do Município de Santa Luzia na Paraíba

Fonte: IBGE

A sede do município de Santa Luzia se encontra a 299,9230 metros de altitude entre as elevações da Serra de Santa Luzia, no rebordo ocidental do Planalto da Borborema; suas coordenadas geográficas correspondem a 6° 56'18" de Latitude ao Sul e 36° 55'40" de Longitude a Oeste. De acordo com

<sup>11</sup> Título Completo: Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Malanésia. 1978.

as subdivisões utilizadas pelo IBGE, o município de Santa Luzia está situado na meso-região da Borborema e na micro-região do Seridó Ocidental do Estado da Paraíba. Santa Luzia é um município que possui uma área territorial de 443,6 Km<sup>2</sup>, limitando-se ao Norte com os municípios paraibanos de São José do Sabugi e Várzea e com o município de Ouro Branco no Rio Grande do Norte, ao Sul com Salgadinho/PB e Passagem/PB, ao Leste com Junco do Seridó/PB e Equador/RN e a Oeste com São Mamede/PB.



Mapa III: Limites do município de Santa Luzia (vermelho); João Pessoa (amarelo).

Fonte: <http://www.cidades.com.br/imagens/pb-169.gif>

As histórias e publicações<sup>12</sup> referentes ao Município de Santa Luzia revelam que a ocupação e a fundação desse território ocorreram a partir da expansão de fazendas de gado.

Consta que o interior da Paraíba era habitado pelos ameríndios Cariris e Tarairius, divididos nas seguintes tribos: Icó e Curemas dispostos entre o Rio do Peixe e Piranhas; os pegas, paiacus, janduis, canindés, panatís, ariús e os sucurus habitantes das Espinharas, Seridó e Sabugí; e os bultrinos, fagundes e carnoiós na Borborema. A penetração e ocupação do interior paraíbano, por aqueles que foram denominados de desbravadores, ocorreu devido a facilidade de obtenção de sesmaria nessa região e a difusão da criação de gado. (MOBRAL, 1984, p. 33-34).

A ocupação do sertão paraíbano sucedeu encarniçadas lutas contra os ameríndios, e teve como protagonista o capitão-mor Teodosio de Oliveira Lêdo,

<sup>12</sup> Ver: ARAÚJO, 1996; MOBRAL, 1984; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, 1939; LEITÃO, 1978; MEDEIROS, 2007, pag. 38-40. Ver também: CAVALCANTI, 1975, pag. 5 - 10.



a confederação tapuia, composta dos Sucurús, Icós, Pégas, Payacús, Goiascús, Panatys, Ariús e Curemas, fez perigar o pretígio do sertanista guerreiro, mas a vinda de Pernambuco, do capitão Luiz Soares, com as credenciais de seu sucessor de Henrique Dias, no comando do batalhão ‘dos pretos’, fortaleceu as fileiras do exército de Teodosio, e os gentios foram batidos, dominados, á exceção dos heroicos e audazes Curemas, que não cederam á violencia da artilharia bandeirante, tornando-se preciso o arranjo diplomatico de uma aliança, levada a efeito pelo ponderado e velho guerreiro Manuel Araújo, enviado do govenador D. João de Lencastro.<sup>13</sup>

Assim, “pacificados ou dizimados os índios, os sertanistas continuaram a fundar as suas fazendas de gado que se tornariam, mais tarde, núcleos de povoação.” (**MOBRAL**, 1984, p. 36)

Continuando com o relato; o território que corresponde ao Sabugi Paraibano<sup>14</sup> foi ocupado no início do século XVIII pelo sargento-nor, Matias Vidal de Negreiros, e os alferes, Marcos Rodrigues Cabral e Manoel Monteiro, que tiveram pequenos combates com os nativos indígenas. Assim, desde 1702, ocupavam uma vasta área de “nove leguas de comprimento por seis de largo”, então denominada nesta época de Data do Moicó ou Nomoicó. A extremidade sul do referido território corresponde atualmente ao Município de Santa Luzia.<sup>15</sup>

A história sobre a formação do território do município de Santa Luzia, encontrada nas publicações referentes ao assunto, que tivemos acesso, negligencia a existência da população negra e de escravos. Porém, em conversa com o senhor Junqueira Guedes (86 anos) – reconhecido enquanto conhecedor da história da cidade de Santa Luzia – nos contou que as famílias Nóbrega e Medeiros eram as duas famílias que mais possuíam escravos em Santa Luzia. E mais, o arquivo da Paróquia conserva livros com registro de escravos.

Conhecida como “A Veneza Paraibana”, o perímetro urbano de Santa Luzia é circunscrito por três açudes: o Açude Velho Padre Ibiapina, o Açude Novo Santa Luzia e o Açude das Freiras.

<sup>13</sup> **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA**. 1939, p. 03.

<sup>14</sup> Os municípios que atualmente compõem o Vale do Sabugi são: Santa Luzia, Várzea, São Mamede, Junco do Seridó e São José do Sabugi.

<sup>15</sup> **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA**. 1939.



FIGURA I: Veneza Paraibana

Fonte: <http://www.vanianobrega.com.br/2010/11/parabens-veneza-paraibana-139-anos-de.html>

O município está inserido na bacia hidrográfica do Rio Piranhas tendo como principais afluentes os seguintes riachos: das Queimadas, Chafariz, do Rolo, São Domingos, do Velhaco, Massapé, do Fogo, do Tapuio, da Carnaúba, do Saco, da Palha, Saco do Coité, São Gonçalo, do Lira, da Tubira, da Espora, Chafariz, da Germana e Grande.

Com clima semi-árido, quente e seco, o município está inserido no Polígono das Secas, tendo um sistema pluviométrico bastante irregular – as médias anuais ficam em torno dos 550 mm – com períodos de chuvas concentrado, principalmente, entre os meses de janeiro e abril e as temperaturas variam entre os 25º e os 35º.

O clima e os solos rasos e pedregosos favorecem ao desenvolvimento da caatinga – vegetação subxerófila – esta vegetação composta por pequenas árvores ou arbustos, geralmente espinhosos, sendo utilizada como pastagem natural para a atividade criatória. Estas condições climáticas e de solo são propícias ao cultivo do algodão herbáceo, que já teve grande representatividade na economia da cidade e da região.

No plano econômico, de acordo com dados do IBGE para 2006; no setor primário, a produção agrícola é desenvolvida por 1.225 pessoas, apoiando-se principalmente nas culturas de feijão e milho, a pecuária é representada pela criação de bovinos, de caprinos, ovinos e galinhas para corte e ovos, já a atividade extrativista emprega 52 pessoas e está concentrada na extração de madeira para lenha e carvão e na extração de minerais, xelita, berilo, columbita, caulín, dentre outros. Por seu turno, o setor secundário é representado pela indústria da cerâmica e não responde por mais do que 10% da economia do município, empregando 196 pessoas. O setor terciário, correspondente ao comércio e serviços, é o segundo em importância econômica no município.

Segundo os dados do IBGE, acerca do censo demográfico, divulgados em 2010, a população do município de Santa Luzia é de 14.729, dos quais 91,58% se encontram na zona urbana e 8,42% na zona rural.

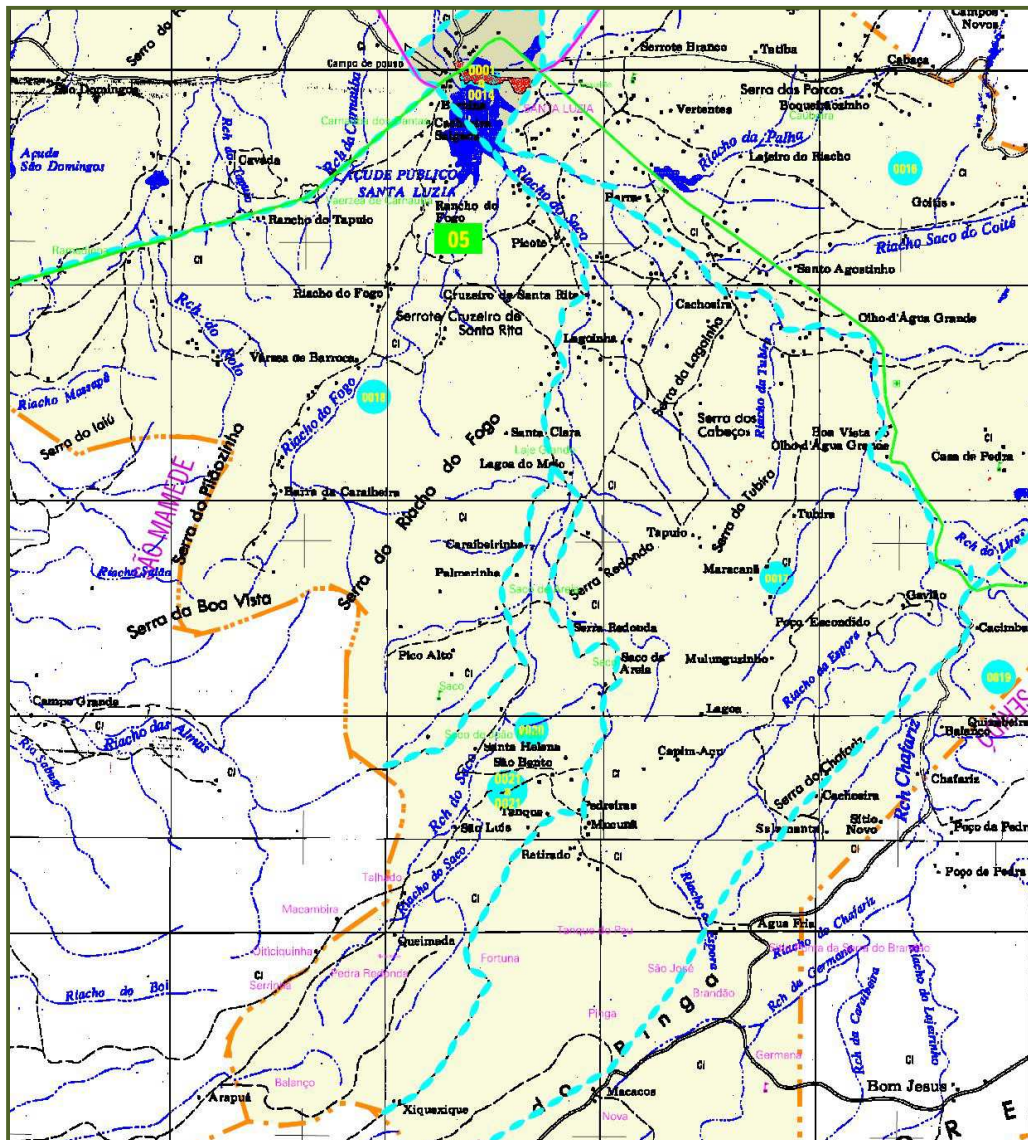
Dentre as serras localizadas nas proximidades do município de Santa Luzia<sup>16</sup>, destacamos a Serra do Talhado, na qual, encontra-se a então certificada pela FCP e oficialmente reconhecida pelos órgãos estatais a Comunidade Quilombo de Serra do Talhado.

## **2.2. A(s) história(s) da Serra do Talhado de Santa Luzia do Sabugy**

No alto da Serra do Talhado, com aproximadamente 700 metros de altitude, e a 26 km de distância da zona urbana do município de Santa Luzia está a localidade denominada de Olho D'água do Talhado, ou simplesmente 'Talhado'; com uma extensão territorial de aproximadamente 496,3 hectares o Talhado é composto, na descrição e nomenclaturas dos moradores, por onze sítios: Olho D'Água Talhado, Riacho Grande, Macambira Queimada, Balanço, Oiticquinha, Serrinha, Pedra Redonda, Poço da Cruz, Saco de Pedra, Arapuá e Olho da guinha.

---

<sup>16</sup> Por exemplo: a Serra Riacho do Fogo, Pinga, Serra do Cabaço, Pilãozinho, Porcos, Favela, Redonda e Olho D'Água, que corresponde a ramificações da Serra de Santa Luzia, onde as elevações podem chegar aos 880 metros.



MAPA IV: Localização da Serra do Talado no município de Santa Luzia. Escala de 1:100.000. Fonte: IBGE.

No mapa acima é possível visualizar a disposição de alguns sítios que compõem o Talhado; como algumas terminologias são próprias dos moradores, e às vezes a venda de um trecho de terra resulta no uso de uma nova nomenclatura, dessa forma, o mapa do IBGE não abrange todas as mudanças e dimensões ocorridas nesse universo, o que ocasiona a ausência de alguns nomes. Por exemplo, o sítio Arapuá na divisão e demarcação territorial pertence ao município de São Mamede, porém, devido a antigas relações e ao costume, os moradores classificam o sítio Arapuá como sendo do Talhado. Contudo, o mapa é eficaz na localização da Serra do Talhado em relação à cidade de Santa Luzia.

Localizado na zona rural, o Talhado faz parte tanto do território quanto da história de constituição do município de Santa Luzia, porém mesmo correlacionada, o Talhado possui sua própria história.

Ao consultarmos o material bibliográfico que dispomos, verificamos que o Talhado é apresentado como um sítio em meio a uma lista de outros sítios – uma extensão de território localizado na zona rural – pertencente ao município (PMSL, 1939, p. 60, 65, 79, 80, 91, 103, 107 e 111; ARAÚJO, 1996, pág. 33). Ou como um lugar que guarda suas especificidades históricas (MOBRAL, pág. 134-138, 1984).

Foi lá que um negro, fugitivo de uma fazenda do Piauí, e, depois de uma rápida passagem pelo quilombo das Pitombeiras, organizou o quilombo do Talhado, em 1860. Seu nome era Zé Bento. O seu quilombo, porém, não tinha pretensões guerreiras como os outros da sua época. (MOBRAL, p. 134, 1984)

Ou ainda, como representantes da “súmula do brasileiro legítimo”:

(...) Li, em algum lugar, que só no ano 2.000 vai nascer o primeiro brasileiro típico, ou seja: morena, cabelos estirados e olhos verdes. Pois bem, acreditem ou não, já existe esse tipo de gente lá na Serra do Talhado (...). (Palavras de Jeová Batista – então Diretor Cultural do Museu de Santa Luzia – transcritas in MOBRAL, p. 136, 1984)

O objetivo das linhas seguintes é justamente inclinar-se sobre estas especificidades, existentes na história do Talhado, ou melhor, nas narrativas que contam a constituição de uma comunidade neste local. Objetivamos também indicar as relações estabelecidas com a cidade de Santa Luzia, para em seguida descrever o processo que levou o Talhado a ser certificado, em 2004, pelos órgãos competentes enquanto uma comunidade descendente de quilombo.

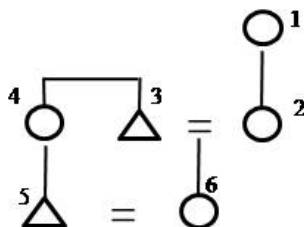
As informações contidas nessa sessão são frutos tanto das fontes orais – a memória dos moradores da Serra do Talhado – quanto dos estudos já realizados sobre a comunidade do Talhado, - NORONHA, Aruanda, 1960; CALVACANTI, 1975; SANTOS, 1998; NÓBREGA, 2007; SOUZA, 2008; ALMEIDA, 2010.

A história da Serra do Talhado está atrelada à figura de José Bento Carneiro (Zé Bento), miticamente conhecido como o primeiro morador daquela terra e fundador da comunidade do Talhado. As histórias que relatam a chegada de Zé Bento ao Talhado se diferenciam em algumas informações: Zé

Bento teria sido um escravo que veio fugido do Piauí, ou seria um alforriado, ou ainda, teria ele vindo “tangendo uma boiada”<sup>17</sup>.

Em referência a esta última versão, consta que chegou ao território de Santa Luzia três vaqueiros, Joaquim Carneiro, Manoel Bonifácio e Clementino, que vinham conduzindo uma boiada do Piauí para a Paraíba. Manoel Bonifácio teria ido em direção ao cariri paraibano, em busca de terras onde pudesse se estabelecer; sobre o Clementino não há informações, já Joaquim Carneiro fixou-se em terras hoje conhecida como o Brito<sup>18</sup> e esposou Cândida Gomes<sup>19</sup>, dentre os filhos do casal interessa-nos Cecília Maria da Purificação. A esta versão acrescenta-se a existência de Prudência que seria irmã de Joaquim Carneiro e mãe de Zé Bento; este casou com Cecília, sua prima cruzada patrilateral, com quem teve treze filhos: Maria José da Conceição; Manoel Saturnino Bento; Paulina Maria da Conceição; Paulino José Bento; Francisco Bento; Mariana Maria da Conceição; Cândida Maria da Conceição; Luzia Maria da Conceição; Inácia Maria da Conceição; Francilina Maria da Conceição; Joaquina Maria da Conceição; Antonia Maria da Conceição; Joaquim Bento de Maria.

De acordo com as informações contidas na dissertação de Josefa Salete Barbosa Cavalcanti: “*Talhado, um estudo de organização social e política*” (1975, p.73), o diagrama genealógico da ascendência dos fundadores do Talhado seria,



- |                     |                                   |
|---------------------|-----------------------------------|
| 1. Cota da Caiçara  | 4. Prudência                      |
| 2. Cândida Gomes    | 5. José Bento Carneiro (Zé Bento) |
| 3. Joaquim Carneiro | 6. Cecília Maria da Conceição     |

DIAGRAMA I: Ascendência genealógica dos fundadores do Talhado

<sup>17</sup> A expressão “tangendo uma boiada” é utilizada para designar o ofício de boiadeiros que com auxílios de cavalos e cachorros transportavam boiadas de um lugar a outro.

<sup>18</sup> A extensão territorial que corresponde ao Brito pertence ao município de Areia de Baraúna.

<sup>19</sup> Cândida Gomes era filha de Cota da Caiçara que segundo as histórias contadas era uma cabocla brava de pele branca de olhos azuis, foi pega a ‘pata de cavalo’ e ‘a dente de cachorro’, ou seja, foi capturada e levada para casa de pessoas ricas. Não há informações sobre o marido de Cota da Caiçara e/ou pai de Cândida Gomes.

A referida autora entende Zé Bento e Cecília como os fundadores do Talhado, pois os habitantes do Talhado se consideram descendentes do casal. E Cota da Caiçara funcionaria como um “ancestral mítico” (termo este que é utilizado por Cavalcanti) ou como uma referência que não é destacada como uma ascendente a partir da qual se produz o sentido da descendência.

Em dissertação, Joselito Eulâmpio da Nóbrega (2007)<sup>20</sup> afirma que o grupo desconhece a ‘descendência’ de Zé Bento. Ou melhor, as falas de seus depoentes não permitem a identificação dos ascendentes de Zé Bento. Segundo as informações que lhe foi declara, Zé Bento seria “filho de um ‘negão’ que veio solteiro do Piauí”. (NÓBREGA, 2007, p. 50).

Sobre o pai de Zé Bento, Cavalcanti (1975) não disponibiliza qualquer informação, porém, mesmo não nomeando, afirma que “todos os irmãos de Cecília são lembrados, embora o mesmo não aconteça com os de J.B.C.” (Zé Bento) (CAVALCANTI, 1975, p. 73). Nóbrega (2007) identifica Gabriel como sendo um desses irmãos de Cecília. “De fato, Joaquim Carneiro ainda é lembrado na memória do Brito e lá podemos encontrar descendentes da Família Gabriel, nome de um dos seus filhos”. (NÓBREGA, 2007, p. 51).

Assim, de acordo com a transcrição de depoimentos, é a ‘descendência’ de Cecília que ainda permanece na memória do grupo:

Zé Bento eu não sei a descendência dele de onde veio. Se foi do Piauí, se foi de outro qualquer estado, do Maranhão, de outro canto, eu não sei não. Agora o Joaquim Carneiro veio do Piauí. Quando ele veio do Piauí, veio ele e um tal de Manoel Bonifácio. Joaquim Carneiro assistiu-se aqui no Brito, comprou terreno no Brito e Manoel Bonifácio desceu pra esses Cariri. (... , in NÓBREGA, 2007, p. 50).

Porque eu sei dizer que o Joaquim Carneiro que gerou essa família lá pelo Brito, veio do Piauí. (...) O povo dizia que ele veio com os Dantas tangendo uma boiada e aqui ficou. Aqui comprou um terreno no Brito e casou-se por aí. Ficou e gerou família. Até hoje tem família dele por aí. Que essa Cecília que é conhecida aí na história era filha de Joaquim Carneiro. Agora Zé Bento eu não sei a descendência dele de onde veio [...]. Tinha um Dr. Dantas, Manoel Dantas, mas eu não sei qual foi o que trouxe Joaquim Carneiro [...]. Esta minha mãe contava. Que eles saíram de lá escondido [...]. Sei que disse que quando ele veio trouxe muito dinheiro. Joaquim Carneiro assim que chegou comprou da Bocanha até a extremidade da Serra da Borborema (... , in NÓBREGA, 2007, p. 51).

Além de enfatizar, nas transcrições acima, a relação de Joaquim Carneiro com o Brito, Nóbrega também destaca que Joaquim Carneiro veio do

---

<sup>20</sup> Comunidade Talhado – um grupo étnico de remanescente quilombola: uma identidade construída de fora?

Piauí “Tangendo uma boiada” em uma época em que a pecuária se configurava enquanto uma atividade importante para a economia do sertão.

Expondo sobre a escravidão na Paraíba, a professora aposentada Diana de Soares Galliza<sup>21</sup> esclarece que o escravo negro também era utilizado na Paraíba com as funções de vaqueiro; o problema é que sendo o escravo um investimento econômico, entregar-lhe uma boiada para cuidar ou transportar constituía um risco de perdê-lo, pois as chances de fugas eram maiores, diferente dos engenhos, onde os cativos eram incessantemente vigiados. Mesmo assim,

O fazendeiro entregava o rebanho a escravos nos quais depositava total confiança. Para prendê-los à fazenda e evitar sua evasão concedia-lhes alguns benefícios. Por exemplo, há evidências de que tenha estendido ao vaqueiro o sistema de quarta, tão peculiar à pecuária, no período colonial e no século passado. Esse sistema consistia em o vaqueiro receber um novilho em cada quatro que nascesse, após cinco anos de trabalho na fazenda. Nas nossas pesquisas nos acervos cartoriais de municípios criatórios, como Pombal, Piancó, São João do Cariri, encontramos alforrias compradas pelo escravo com cabeças de gado. (GALLIZA, 2000, <http://www.ihgp.net/pb500l.htm>)

O sistema de quarta talvez tenha sido o mecanismo utilizado por Joaquim Carneiro na possível compra de sua alforria e na disposição de dinheiro para comprar a terra referida por Nóbrega (2007).

Outra versão sobre a chegada de Zé Bento ao Talhado constata-se de um fato presente na memória do grupo, o de que Zé Bento teria se instalado primeiro na Pitombeira<sup>22</sup> e posteriormente teria trocado suas terras nessa localidade por outras no Talhado. Segundo contam os mais velhos, a permuta de terra teria sido motivada porque Zé Bento enquanto carpinteiro e sua esposa, Cecília (Mãe Cizia), louceira, teriam no Talhado a disponibilidade de madeira e barro, materiais indispensáveis para seus ofícios, além de recursos naturais como caça do mato e mel. Cavalcanti (1975) identifica 1860 como sendo o ano em que esta troca de terras ocorreu. A isso, Santos (1998) e Nóbrega (2007) nos acrescentam trechos de entrevistas que reforçam a ideia de que Zé Bento teria vindo da Pitombeira.

---

<sup>21</sup> Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutora em História pela Universidade de São Paulo; Professora aposentada de História da Universidade Federal da Paraíba; Membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Pernambuco; Professora de História do UNIPÉ, Sócia do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e pesquisadora da Escravidão na Paraíba.

<sup>22</sup> Extensão Territorial localizada na zona rural no município de Várzea. A Comunidade de Pitombeira foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, em 2005, como Remanescente das Comunidades dos Quilombos.



Eu tenho uma orientação que esse nosso terreno do Talhado, não era lá não. Isso era lá na Pitombeira. Lá habitava o finado Zé Bento, morava lá na Pitombeira, nesse tempo ele vivia de caça do mato, de abelha, e trabalhava nesse serviço de madeira, aí o finado Zé Bento foi, pegou essa terra dele lá na Pitombeira e foi pro Talhado e lá assentou esse povo e ficou matando mocó, preá, trabalhando em madeira, essa outra parte trabalhava em louça e nisso o povo ta todinho. Essa parte do povo da Pitombeira e Talhado é uma família só, tudo misturado... (...), 78, in SANTOS, 45-46)

A história de Zé Bento, que eu sei, só essa mesma que (...) contou agora. Que ele permutou a Pitombeira aqui no Talhado e veio embora porque ele era um carpinteiro e aqui tinha madeira, tinha muita caça do mato, tinha abelha e era do que eles viviam e Cecília que é a esposa dele, fazia “loixa”, aí vivia disso (...), in NÓBREGA, p. 48)

O carpinteiro Zé Bento antes de ir para o Talhado morava na Pitombeira, onde tinha terras. Motivado pela abundância de madeira e barro na região do Talhado, faz uma permuta de terras com um tal de Nestor (avô de Zé Nestor e de Manoel Nestor). Assim, Zé Bento permuta uma parte de terras da Pitombeira por uma parte do Talhado (...). (...), in NÓBREGA, p. 49)

Narrativas semelhantes com as descritas acima, nos foram contadas em conversas com pessoas, que vindas do Talhado estão atualmente residindo na zona urbana de Santa Luzia, ou ainda, em conversas concedidas ao registro do mp4. Nestas condições, durante uma manhã de conversa, Dona Marina Nascimento, aos 96 anos, e morando atualmente no bairro São Sebastião, nos narrou parte da história de sua vida e nos concedeu informações pertinentes ao desenho do diagrama de parentesco de sua família. Ao falar que conheceu mãe Cizia – sua avó materna –, Dona Marina Nascimento descreveu as características físicas e a convivência com ela; e acrescenta:

(...) eu só conheci a avó, conheci a Cecília minha avó que morreu, eu tava com 11 anos (...) lembro madinha Cecília toda a feiçãozinha dela, toda feiçãozinha dela eu me lembro, bem alvinha (...) o finado meu avô trabalhava, aí ele permutou o sítio da Pitombeira pelo sítio de Olho D’água Talhado que tinha madeira e na Pitombeira não tinha. (Dona Marina Nascimento, entrevista realizada em 13/07/2010)

Raras são as informações que as pessoas mais idosas, que compartilham a história do Talhado, possuem sobre Zé Bento; Dona Marina Nascimento que nasceu em 1914, conta que não chegou a conhecer seu avô – o Zé Bento. Como os atuais guardiões da memória do grupo não conheceram Zé Bento, suas informações sobre esse antepassado se resumem a algumas histórias transmitidas oralmente e presentes na memória.

Especula-se que o nome do Talhado teria se originado da arte de Zé Bento de entalhar a madeira<sup>23</sup>. Contudo, a habilidade do primeiro morador não se tornou uma atividade entre seus descendentes, como é o caso da técnica de confeccionar utensílios domésticos de cerâmica, que passada de geração em geração, hoje é uma característica da cultura do Talhado. Especificamente, uma qualidade associada à condição feminina, tratando-se de uma herança transmitida por Cecília.

Apesar das discordâncias, as narrativas já produzidas pelo grupo e sobre o grupo, sempre destacam a chegada de Zé Bento ao Talhado, privilegiando assim a ideia de um deslocamento, seja do Piauí até a Paraíba, ou da Pitombeira ao Talhado. De qualquer forma, independentemente da razão ou caminho tomado por Zé Bento, foi no Talhado onde ele se fixou de modo definitivo, tornando-se o fundador e ancestral da comunidade do Talhado junto de sua esposa Cecília<sup>24</sup>.

Na linguagem do Cinema Novo<sup>25</sup>, o cineasta e jornalista paraibano, Linduarte Noronha, realiza o primeiro registro áudio-visual dessa comunidade. Em seu documentário “Aruanda” (1960)<sup>26</sup>, Noronha retrata a origem e as

<sup>23</sup> Para Melo e Nóbrega (2006), o nome Talhado possui a mesma origem que o nome da cidade Serra Talhada, em Pernambuco, pois, antes de ser chegar às moradas da comunidade Talhado “encontra-se um penhasco de uns 50 metros, talhado direto na pedra, em torno do qual há lendas de amores e suicídios. De fato seria, ali, naquele paredão talhado, um ótimo ponto de observação, caso a comunidade realmente tenha sido de escravos em busca da liberdade”. Por isso, seria errôneo associar o nome do Talhado a arte de Zé Bento de entalhar a madeira. (MELO e NÓBREGA, 2006, p. 5).

<sup>24</sup> Para mais detalhes sobre a História do Talhado, ver: NORONHA, Aruanda, 1960; CALVACANTI, 1975, p. 15-17; SANTOS, 1998, p. 43-47; NÓBREGA, 2007, p. 48-55; SOUZA, 2008, p. 40-56; ALMEIDA, 2010, p. 34-36. Ver também, reportagens como: FERREIRA, Clécio S. A Cultura da Serra do Talhado. Revista Cultura (Ano X). Brasília: MEC, jul./set. 1981; BARBOSA, Severino. Quilombo do Talhado: 1500 descendentes do negro Zé Bento fazem a sua própria e rudimentar civilização. Diário de Pernambuco – Primeiro Caderno. Recife: 27 mar. 1960, p. 15; FELIX FILHO. Os quilombos Sobrevivem no Sertão da Paraíba. Jornal do Brasil – Caderno B – Rio de Janeiro: 30 jun. 1980, p. 3-5; TAVARES, Carlos. Quilombo do Talhado – Cem Anos de Solidão. Revista Em Dia, [S.l.] 1988.

<sup>25</sup> O Cinema Novo é a denominação de um movimento cultural e cinematográfico que surgiu na década de 50 no Brasil. Esse movimento contestava o domínio que o cinema internacional detinha nas produções brasileiras e defendia produções fundamentalmente nacionais. Os protagonistas desse movimento entendiam o cinema como um meio não apenas de entretenimento ou geração de lucro, mas um mecanismo de divulgação da cultura nacional e valorização o que era brasileiro. Os cineastas engajados na linguagem do Cinema Novo propunham a produção de filmes com poucos recursos, e que ao mesmo tempo imprimisse cenas com mais conteúdo, mais realidade, e que divulgasse os problemas sociais. Alguns nomes representantes do Cinema Novo: Cacá Diegues, Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman, Nelson Pereira dos Santos, Roberto Santos, Rogério Sganzerla, Ruy Guerra. Para mais informações sobre o movimento do Cinema Novo, ver por exemplo: MOURA, COSTA & PRESTAS, 2010; SIMONARD, 2003; ABREU & RIBEIRO, 2008.

<sup>26</sup> As informações contidas no documentário Aruanda foram colhidas durante quatro anos de pesquisa realizada por Linduarte Noronha. Financiado principalmente pelo INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo), a filmagem do Aruanda teve início em fevereiro de 1960 e a estréia ocorreu em setembro do mesmo ano com um documentário de 22 minutos. Essa produção teve a seguinte Equipe Técnica: Linduarte Noronha (direção/roteiro); Vladimir

dificuldades enfrentadas pelos moradores do Talhado para sobreviverem numa terra inóspita, demonstrando o cotidiano da pequena comunidade, sua economia primitiva e seu isolamento social.

Utilizando a técnica do flash back, as cenas que iniciam o filme *Aruanda*, juntamente com a narração, descrevem acontecimentos passados, contam que Zé Bento em meados do século XIX, fugindo da escravidão, partiu com a família em busca da terra onde pudesse viver. Apresentando, assim, a origem da comunidade do Talhado, com a chegada de seu fundador naquelas terras.

Em seguida, as cenas e narração que dão continuidade ao “*Aruanda*” demonstram o modo de vida, os meios utilizados pelos habitantes do Talhado para sobreviverem naquelas terras, enquanto os homens trabalham na agricultura de subsistência, castigada pela estiagem, as mulheres fabricam utensílios de barro.

“*Aruanda*” termina com uma seqüência de imagens gravadas na feira de Santa Luzia, onde são vendidos os artesanatos de barro. Em “off”, a voz de Noronha, fazendo referência a miséria naquela região, castigada freqüentemente pela seca, narra a seguinte análise:

As estiagens prolongadas, o analfabetismo, a fome, o isolamento, obriga-os a uma vida primitiva, a um sistema econômico improdutivo. Formam um inevitável ciclo vicioso, da terra calcinada às feiras livres e destas, ao convívio isolado e pobre da região, ao trabalho da cerâmica. Talhado é um estado social a parte do país. Existe fisiograficamente, inexistente no âmbito das instituições. (NORONHA, 1960)

O documentário reconstrói a história do quilombo Talhado, no nordeste brasileiro, fundado vinte oito anos antes da abolição da escravatura no Brasil.

No mais, uma característica presente nos trabalhos já produzidos sobre o Talhado reside na ideia de associá-lo a um quilombo. Linduarte Noronha inicia o documentário *Aruanda* (1960) com o seguinte texto:

Os quilombos marcaram época na história econômica do Nordeste canavieiro. A luta entre escravos negros e colonizadores terminava as vezes em episódios épicos como Palmares. Olho D’Água da Serra do Talhado em Santa Luzia do Sabugy Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, surgiu em meados do século passado quando **o ex-escravo e madeireiro Zé Bento** partiu com a família à procura da terra de ninguém, com o tempo **o Talhado transformou-se num quilombo pacífico** e isolado das instituições do país, perdido nas lombadas do chapadão nordestino com uma pequena população num ciclo

econômico, trágico e sem perspectiva, variando do plantio de algodão à cerâmica primitiva. [grifos nossos]

Em sequência ouve-se a narração de frases como:

Naquele dia, em meados do século passado, Zé Bento resolveu partir com a família, a procura da terra onde pudesse viver. **Fugia da servidão, da antiga escravatura.**

[...]

**Depois da libertação, os antigos escravos tinham conhecimento da existência do sítio de Zé Bento, na serra do Talhado.** Muitos tomaram a direção daquelas terras, apoderando-se das áreas devolutas, surgindo às pequenas propriedades até os dias de hoje. [grifos nossos]

Tendo como referência os trechos em destaque, Noronha, em seu documentário, assinala o Talhado enquanto um quilombo; e até onde se pode especular esta foi a primeira vez que o Talhado foi assim denominado. Em relação ao porquê de ter nominado o Talhado de quilombo, Noronha em entrevista concedida à Nóbrega (2007, p. 74) diz que “tudo aquilo que tem naquela parte inicial do documentário são informações do grupo”. Nessa mesma entrevista Noronha explica que nomeou o Talhado como um quilombo pacífico, pois o Zé Bento não possuía inclinações de guerrilha, revolta, assim como foi o Quilombo de Palmares. Nas palavras de Noronha,

Eu acredito que não. Se foi um quilombo com esse nome de origem africana, lá numa exceção igual ao pacífico. Porque o quilombo que você interpreta o quê? Reação, não é isso? Reação, briga, a ânsia pela liberdade né? Tá aí o Quilombo dos Palmares que não me deixa mentir. O ‘Ganga Zumba’, você conhece, né? Que era uma figura de líder, de violência. O Zé Bento não tinha nada com isso. Pelo que eu pude ver, sentir, era um homem coitado, simples, que queria plantar as coisinhas, tal, mas o quilombo no sentido de libertação, no sentido do filme, da biografia do Zumbi dos Palmares eu acho muito equidistante, muito externo, não tinha nada a ver. É sobrevivência somente. [...] Eu acho que foi um ex. Alforriado. [...] essa condição não chegou a ser discutida com o grupo. (Linduarte Noronha, *in* NÓBREGA, 78)

Com a divulgação das filmagens do documentário Aruanda, a Serra do Talhado e sua população passam a ser alvo da curiosidade de jornalistas, que em suas reportagens faz alusão ao Quilombo Talhado.

Severino Barbosa, colunista do Diário de Pernambuco, escreve,

No Planalto da Borborema, em terras de Santa Luzia do Sabuji, na Paraíba, fica localizado o Quilombo do Talhado, com mais de um século de existência, feito a exemplo do Quilombo dos Palmares,

embora sem o mesmo espírito bélico daquele, que teve registro importante na História do Brasil. (BARBOSA, 1960, p. 15)

Escolas nem igrejas existem na terra que Zé Bento fundou e que permanece como retrato vivo de épocas passadas, quando o escravo negro, para escapar do tronco e do chicote deixava a civilização para se perder no mato ou nos grotões das serras. (BARBOSA, 1960, p. 15)

A história do escravo negro, que subiu a serra e organizou um quilombo, vive na imaginação de grandes e pequenos. Zé Bento, que foi marceneiro, que teve pais e que sabia trabalhar muito bem em madeira, deu nome a Serra do Talhado, onde se estabeleceu e fez família e organizou, depois, o clã que se desenvolveria com o passar dos anos. (BARBOSA, 1960, p. 15)

Durante a década de 1980, época de redemocratização do Brasil e comemoração dos cem anos da abolição da escravidão, a Serra do Talhado retoma o interesse dos olhos jornalísticos da Paraíba. Carlos Tavares, na reportagem “Quilombo do Talhado – Cem Anos de Solidão para Revista Em Dia”, dá destaque a descaracterização do Quilombo do Talhado.

Os negros do Quilombo do Talhado, herdeiros de José Bento Carneiro, fugitivo dos caçadores de escravos do Piauí no período que antecedeu a abolição, se encontram atualmente bastante desvinculados de sua memória. Perderam costumes, características religiosas, abandonaram ritos e cultos, desmembraram-se entre as luzes de Santa Luzia, onde criaram duas favelas, e os campos secos da serra. (TAVARES, 1988, p. 22)

No contexto brasileiro a palavra quilombo está diretamente associada ao universo da escravidão, ganhando o sentido de comunidades autônomas de escravos fugitivos, ou ainda, um esconderijo para negros fugidos da escravidão. Então, a partir dessa ideia de quilombo, muitos aos se depararem com a Serra do Talhado, logo imaginam, temos uma comunidade negra vivendo em semi-isolamento no alto de uma serra de difícil acesso, buscando sobreviver de sua própria produção econômica, e logo se conclui que isto aqui só pode ser um quilombo.

Já que nos debruçamos sobre a possibilidade construída em torno dos moradores da Serra do Talhado formar um quilombo, vale ressaltar que Cavalcanti (1975) mesmo tendo por objetivos demonstrar as características camponesas do Talhado, não rejeita a probabilidade do mesmo ser um quilombo, como escreve em sua conclusão:

O isolamento do grupo se prende à cor e à sua situação social de origem. Quer tenha sido inicialmente um grupo integrante de milícia de grandes proprietários rurais, quer **oriundo de antigos quilombos**, estas circunstâncias estigmatizaram-no e desacreditaram-no aos olhos da população das áreas vizinhas. (CAVALCANTI, 1975, p.69)

Outra menção ao Talhado como quilombo esteve presente no discurso do extinto Grupo de Consciência Negra Zumbi dos Palmares (GCNZZP) de Santa Luzia-PB. Como consta na primeira página do livro de registro de atas, o GCNZZP foi fundado aos treze dias do mês de julho de 1991, com objetivo de estudar o problema do negro na sociedade santa-luziense.

A Ata de Assembleia Geral Extraordinária do GCNZZP, do dia 20 de abril de 1992, registra a presença de um membro do Grupo Axé (Patos/PB) “para estudos sobre a negritude”, e relata que a coordenadora da reunião ao fazer exposição sobre “a realidade de vida do negro no município de Santa Luzia” afirma que “Santa Luzia acredita ser um resquício de quilombo. O Talhado e a Pitombeira são duas comunidades negras que trabalham a terra própria, e noventa e cinco por cento da população é negra”; nas páginas seguintes, como conclusão do estudo, lê-se: “... o negro nunca se acostumou com a escravidão, eles fugiam e formavam os quilombos, onde viviam livres”. Os trechos aqui transcritos demonstram a concepção que o GCNZZP tinha de quilombo, e a certeza de que o Talhado e a Pitombeira seriam “resquício de quilombo”.

Assim, estando o GCNZZP convicto do passado quilombola do Talhado, o grupo passou a se corresponder com a Fundação Cultural Palmares (FCP) em busca de informações sobre comunidades quilombolas, e contando a história, as características e as condições de vida no Talhado.

Como parte da pesquisa de campo, em 2009, conversando com a antiga coordenadora do GCNZZP, sobre o Talhado e o seu auto-reconhecimento como comunidade quilombola, a mesma afirma que desde a primeira vez que foi no Talhado não teve dúvida de que ali era um quilombo: as casas, o fabrico de louça de barro e o modo como as pessoas viviam lá em cima daquela serra, eram evidências de que o Talhado teria sido um quilombo.

O sociólogo, José Vandilo dos Santos, no ano de 1998 defende sua dissertação, “Negros do Talhado: estudo sobre a identidade étnica de uma comunidade rural”, que teve como objetivo analisar como a identidade étnica do Talhado é construída a partir das relações sociais estabelecidas entre os do Talhado e os de Santa Luzia. Mesmo não se propondo a discutir a condição do Talhado enquanto um quilombo ou não, Santos baseado em elementos apresentados por Clóvis Moura em “*Rebeliões da Senzala*” (1988) e fazendo menção a informações contidas em uma reportagem d’O Estado de São Paulo, afirma que “... de fato, os negros da Serra do Talhado são restos de um antigo quilombo.” (Santos, 1998, p. 37)

Até aqui, percebemos que a imagem ‘Talhado enquanto quilombo’ é vista a partir de uma concepção de quilombo histórico – um esconderijo isolado, um refúgio para escravos fugitivos<sup>27</sup>.

No município de Santa Luzia as questões sobre quilombo começam a emergir a partir de óticas distintas, quando em 2004 é publicado, no Diário Oficial da União, da Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade Serra do Talhado, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 001, registro nº 019, f.20, da Fundação Cultural Palmares (FCP); a referida comunidade passa a ser a primeira Comunidade Quilombola certificada na Paraíba de acordo com o artigo 68 ADCT da CF de 1988 e com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

A partir de então, o Talhado se configura no que Alfredo Wagner Berno de Almeida (2002) preferiu chamar de quilombo contemporâneo. Nos estudos sobre as comunidades quilombolas, a contribuição de Almeida é fundamental, pois indica que é imprescindível que se revise os conceitos em relação aos casos observados pela experiência. A proposta de Almeida sugere que na análise dessas comunidades emergentes que lutam pelo reconhecimento, devemos procurar compreender sua história, suas representações e relações sociais, suas particularidades atuais, e não se prender em um conceito “frigorificado” ou realçado no sentido de remanescente. Relembrando os termos de Almeida:

Julgo que, ao contrário, se deveria trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente. (...) Não é discutir o que foi, e sim discutir o que é e como essa autonomia foi sendo construída historicamente. Aqui haveria um corte nos instrumentos conceituais necessários para se pensar a questão do quilombo, porquanto não se pode continuar a trabalhar com uma categoria histórica acrítica nem com a definição de 1740. Faz-se mister trabalhar com os deslocamentos ocorridos nessa definição e com o que de fato é, incluindo nesse aspecto objetivo a representação dos agentes sociais envolvidos. (ALMEIDA, 2002; pág. 54)

Mais uma vez, enfatizamos a necessidade de rever as definições de quilombo, de modo, que novos conceitos sejam analiticamente discutidos para que se avance nas discussões de etnicidade, resistência, comunidade e construção da identidade étnica no denominados enquanto quilombos.

Porém, quilombo como um fenômeno que assume diversas facetas na contemporaneidade é uma discussão que se inicia com a promulgação do artigo 68 do ADCT da CF de 1988, ou seja, 28 anos após a filmagem de Aruanda e 13 anos depois da pesquisa que gerou a dissertação em

---

<sup>27</sup> Para uma leitura mais detalhada do processo de nomeação da Comunidade do Talhado ver Luiz R. P. Almeida (2007).

antropologia de Cavalcanti; então, durante as produções de Noronha e de Cavalcanti as questões sobre as formas assumidas pelos quilombos na atualidade não estavam na ordem do dia. Santos, que escreve em 1998 está inserido no contexto das discussões dispostas com o artigo 68, mas é apenas em 2003 que este artigo é regularizado pelo Decreto Nº 4.887, e é nesta conjuntura que a Serra do Talhado é certificada como Comunidade Quilombola.

Diante da nova conjuntura instaurada pelo Decreto Nº 4.887, ocorre em outubro 2003, na cidade de Santa Luzia, o “Pacto do Vale Sabugi”<sup>28</sup>, que promovendo um seminário sobre cultura afro-brasileira, colocou-se em discussão a história do Talhado e a possibilidade de reconhecer o grupo como remanescente das comunidades de quilombo. No mesmo outubro de 2003, Emília Ribeiro, como vereadora da cidade, solicitou por meio do Requerimento Nº 059/2003 que a Câmara de Vereadores de Santa Luzia encaminhasse ao Ministro da Cultura, à Fundação Cultural Palmares e ainda à Secretaria de Educação da Paraíba “o apelo” no sentido de reconhecer a Comunidade do Talhado enquanto área Quilombola<sup>29</sup>.

Em 16 de abril de 2004, a Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP, lavra e extrai a Certidão de Auto-reconhecimento da Comunidade Quilombo de Serra do Talhado; sendo a referida publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de junho de 2004<sup>30</sup>.

Em outubro do mesmo ano, durante o período da festa de Nossa Senhora do Rosário, a Certidão foi entregue solenemente à Comunidade do Talhado. Esta solenidade ocorreu no Talhado na tarde de 11 de outubro de 2004, quando a Certidão foi entregue pela Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP ao líder da comunidade. Esse evento contou com a presença de autoridades e com representantes de várias comunidades quilombolas do Brasil proporcionou maior visibilidade, tanto à festa quanto ao Talhado, que a partir de então passava a ser denominada oficialmente de Comunidade Remanescente de Quilombo.

A Festa do Rosário, que acontece na cidade de Santa Luzia, é organizada todos os anos pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário com a participação privilegiada da população da Pitombeira, pois essa festa está diretamente relacionada com a história da Pitombeira<sup>31</sup>. Porém, mesmo sendo uma festa de composição negra, a presença dos negros do Talhado é ínfima, exceção, como já dito, para a festa do ano de 2004, que mesmo não

---

<sup>28</sup> SEBRAE, Governo do Estado da Paraíba, Prefeitura Municipal de Santa Luzia e Fundação Cultural Palmares.

<sup>29</sup> Ver fotocópia do Requerimento em Anexo A.

<sup>30</sup> Ver fotocópia da Certidão em Anexo B.

<sup>31</sup> Para maiores detalhes sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário, ver: CALVACANTI, 1975, p. 7-10; SANTOS, 1998, p. 98-105; SOUZA, 2008, p. 73-79.



participando ativamente, a população do Talhado esteve presente na programação da festa do referido ano. Esse acontecimento gerou a dúvida em saber o porquê a entrega da Certidão ocorreu justamente durante essa festa?

Sendo inquirida sobre o assunto, Emília Ribeiro explica que a FCP não dispõe de recursos para patrocinar um evento de entrega de Certidão, mas possui verbas para eventos como o da Festa de Nossa Senhora do Rosário, que exalta elementos culturais afro-brasileiros. Então, com o patrocínio da FCP, a Festa do Rosário foi preparada e nesta um espaço foi reservado para solenidade de entrega da Certidão da Comunidade Quilombo de Serra do Talhado. Mesmo a Festa do Rosário não sendo uma manifestação própria ou presente ao universo do Talhado, Emília Ribeiro acrescenta que essa junção não foi uma discrepância, tendo em vista que estamos diante de duas comunidades negras<sup>32</sup>; E também, foi um evento que reuniu outras comunidades Auto-Reconhecidas em 2004; esteve presente na cidade de Santa Luzia em outubro de 2004, Irmandades dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás, Alagoas, Brasília.

Diante da narração de Emília Ribeiro e ao assistir as filmagens do evento, tem-se a impressão de que esse foi um evento que marca um momento, a comemoração das primeiras conquistas das comunidades quilombolas do Brasil. Como confirma Emília Ribeiro,

(Após mencionar a solenidade de entrega da Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade Quilombola de Serra do Talhado)

O que estava acontecendo nesse mesmo momento foi o encontro das Irmandades do Rosário de todo o Brasil, esse encontro das Irmandades do Rosário de todo o Brasil era o encontro que trouxe pra cá para Santa Luzia representante de cento, cento e oitenta representantes de diferentes estados do Brasil, que já tinham lutas travadas, organizadas, enfim, que vieram somar com essa discussão em Santa Luzia. (Emília Ribeiro, entrevista concedida dia 27 de maio de 2010)

No ano seguinte, na região do Vale do Sabugi, foram certificadas enquanto remanescentes de quilombo mais duas comunidades.

Em junho de 2005, a FCP certifica a “Comunidade Urbana de Serra do Talhado”<sup>33</sup>, localizada no bairro São José, na cidade de Santa Luzia, em

---

<sup>32</sup> Explicado o motivo da junção dos dois eventos, no entanto, esse fato não estimulou a população do Talhado a participar da Festa do Rosário nos anos seguinte; sendo sua participação mais efetiva na Festa da padroeira do município, Santa Luzia, celebrada em dezembro.

<sup>33</sup> Portaria nº28, publicada no DOU nº132 de 12 de julho de 2005 à seção 1, fl. 15. Ver fotocópia da Certidão em Anexo C.

resposta ao requerimento feito pela presidente da Associação de Louceiras que argumenta o elo indissociável existente entre a Serra do Talhado e alguns moradores do bairro.

Originárias da Serra do Talhado, as 120 famílias que compõem a Comunidade Remanescente do Quilombo Urbana de Serra do Talhado, começaram a vim para a área urbana de Santa Luzia a partir dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, em decorrência das constantes secas, das dificuldades para sobreviver na Serra e da falta de trabalho agravada pelo declínio da cultura do algodão.

Na época, o atual bairro São José era uma área não urbanizada, pertencente ao Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS); Em agosto de 1975 a Prefeitura de Santa Luzia adquire uma parcela deste terreno, e aos poucos o bairro vai se constituindo com a presença de moradores oriundos do Talhado, de sítios da redondeza e dos cidadãos. Pela promulgação da Lei Municipal Nº 478/2008 os limites do bairro é demarcado, já contendo infra-estrutura urbana, como, pavimentação, fornecimento de água, energia elétrica, iluminação pública e coleta de lixo.

Com a certificação da Serra do Talhado como Comunidade Remanescente de Quilombo, o discurso quilombola começa a ecoar entre as pessoas do Talhado que são moradores do bairro São José, de modo, que se começa a buscar a participação da então presidente da FCP e da presidente da AACADE no sentido de obter-se orientação sobre como proceder para reivindicar a Certidão de Quilombo. A presidente da Associação das Louceiras nos conta que foi com a participação da presidente da AACADE que se fundamentou e enviou o pedido solicitando da FCP que emitisse a Certidão de Remanescente de Quilombos da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, sendo a mesma lavrada e extraída em 20 de junho de 2005.

No que se refere a Comunidade de Pitombeira, localizada na zona rural de Várzea – cidade vizinha a Santa Luzia –, sua Certidão foi lavrada e extraída em 12 de maio de 2005<sup>34</sup>. O requerimento solicitando a Certidão de auto-reconhecimento recontou a história de quatro casais de negros escravos que fugiram e se instalaram na Pitombeira; no requerimento também se faz alusão a ideia de que Zé Bento – o fundador do Talhado – havia primeiro se estabelecido na Pitombeira e mediante uma permuta de terra, teria trocado a Pitombeira pelo Talhado.

Assim, A certificação da Serra do Talhado, do bairro São José e da Pitombeira, enquanto comunidades remanescentes de quilombo colocam em

---

<sup>34</sup> Publicada no DOU do dia 28 de junho de 2005. Ver fotocópia da Certidão em Anexo D.

discussão a ‘veracidade histórica’ de uma narrativa que há muito vinha sendo contada; quais os elementos e características que demonstram o passado quilombola dessas comunidades?

As políticas públicas de ações afirmativas destinadas às comunidades quilombolas, instauradas durante o governo do presidente Lula, e o crescente número de pedidos de certificação dessas comunidades, assinaladas por diversas situações e em diferentes contextos, coloca em debate a definição do termo quilombo utilizado nos processos de certificação; bem como, questiona as circunstâncias em que essas comunidades passam a assumir o discurso quilombola. Ou seja, de que maneira o discurso quilombola foi incorporados ao discurso de comunidades negras rurais e urbanas?

Em referência a Comunidade Talhado, essas discussões foram trabalhadas por Nóbrega (2007) em sua dissertação, na qual o título já prenuncia suas concepções: “Comunidade Talhado – um grupo étnico de remanescente quilombola: uma identidade construída de fora?”. Com o objetivo de discorrer sobre o processo de construção da identidade quilombola atribuída a Comunidade Talhado, Nóbrega verifica que os discursos de seus informantes do Talhado não apresentam conhecimento sobre a identidade quilombola que lhe é atribuída, constituindo-se, portanto, numa construção de agentes externos ao grupo.

Apresentando a concepção de quilombo como centro de organização da resistência contra a escravidão, Nóbrega esclarece que ao estudar a identidade quilombola atribuída à Comunidade Talhado, não considera o termo ‘Quilombo’ em seu sentido exclusivamente histórico, e assim, fundamentado nas concepções de Arruti (2006) argumenta:

Percebemos no discurso ‘quilombolas’ que acabou por identificar e reconhecer o ‘Quilombo do Talhado’ (em 2004), uma ressemantização do conceito de ‘quilombo’, onde este perde o sentido meramente histórico (oficial) e passa a ser interpretado como um objeto socialmente construído. (NÓBREGA, 2007, p. 12)

Mas, logo em seguida, ao apresentar a diferença entre a definição do termo quilombo, utilizado no Brasil antes de 1888, e o atual discurso de remanescente de quilombo, explica:

(...) pretendemos verificar como ocorreu o processo inicial de ocupação territorial daquela região [a Serra do Talhado], bem como, se existem reminiscência histórica que possa caracterizar um antigo ‘quilombo’. [...] Portanto, a expressão “**remanescência quilombola**” passa a ser utilizada, em nosso referencial, como sinônimo de “descendência quilombola”, isto é, descendência de habitantes de quilombo. (NÓBREGA, 2007, p. 42)

Mesmo disposto a discorrer sobre o contexto em que a Comunidade do Talhado foi certificada, ou seja, na aplicação de um discurso quilombola, em seu sentido ‘ressematizado’, Nóbrega se prende a definição de quilombo em seu sentido histórico, de modo que em muitas passagens de seu texto, é perceptível uma constante preocupação em averiguar a veracidade histórica dos discursos em que se atribui ao Talhado a qualidade de quilombo.

Assim, Nóbrega argumenta que o Talhado ao ser caracterizado por Linduarte Noronha (1960), Salete Cavalcanti (1875) e José Vandilo dos Santos (1998), respectivamente, como “Quilombo pacífico e isolado das instituições do país”, “um grupo especial e misterioso” e “restos de um antigo quilombo”, contribuiu na fundamentação ideológica do ‘Quilombo Talhado. Em seguida, ao apresentar um histórico sobre a atuação política do Movimento Negro no Brasil na reivindicação por reparação de crimes históricos, como a escravidão, e na implantação de políticas públicas de ações afirmativas, lista o Movimento Negro Brasileiro, a FCP, o Pacto do Vale do Sabugy e os políticos de Santa Luzia como os principais mediadores no processo de identificação e reconhecimento da identidade quilombola do Talhado. E, respaldado em relatos como:

Isso aí eu não sei bem lhe informar não. Porque os meus avôs nunca conheceram uma senzala de quilombo por aqui. Mas aí não é do meu tempo, né? Não sei se esses negrinhos que vieram pra aqui se foram fugidos [...]. Eu já ouvi outra vez dizendo, foi Miguel de Zé Antônio que me disse, que isso aqui tinha sido doado. Mas, não foi não. Doado como bem, se Zé tivesse sido escravo. Mas Zé Bento não foi escravo não. (... In NÓBREGA, 2007, p. 90)

Eu num afirmo a história do quilombo, porque aí eu num tenho certeza, né? Esse povo, como (...) foi buscar esse quilombo, ela entrou bem caladinha ali e trouxe essa história, esse registro e eu só queria um dia sentar com ela e ela me explicasse da onde foi, aonde foi que ela arranhou esse registro de quilombo no Talhado, que até meu pai hoje ta com 80 anos e ele diz que o Talhado nunca foi quilombo [...] aí quando viero falar o Talhado de quilombo, aí eu fiquei assim, eu digo: Meu Deus, o Talhado é Quilombo e é descendente de que? Quer dizer: Ela quando registrou isso aí deveria ter um documento afirmando, porque ela registrou o Talhado de quilombo, se ela tinha certeza que era quilombo, [...] Eu fico calado. Parado. Se a área ta registrada, até porque a gente num tem como desmanchar, né? Então que a gente tem que aceitar. Mais, lá na frente a gente encontra os que nescero lá e diz; que o Talhado nunca foi quilombo. Mais se ta registrada em papel, a gente tem que aceitar, né? Eu num, até um dia assim, eu já pensei em sentar num canto e olhar bem direitim o que é que significa quilombola, que eles fico explicano, explicano, explicano, né? Aí é bom, que a gente fica calado, né? A gente num pode se levantar, né? A gente tem que aceitar, né? Só isso que eu tenho a dizer. Pode ter gente que ainda se levante e num queira ser. Que tem. Eu conheço que tem. Gente que quando fala quilombo, eles se recua. (... In NÓBREGA, 2007, p. 93)

Nóbrega expõe as seguintes afirmações:

(...) verifica-se que a comunidade em si não tem a consciência de ser um quilombo (mesmo no sentido de remanescente quilombola) o que mostra que historicamente o conceito foi sendo construído de fora para dentro, antes tomado como rejeição e, gradativamente, assumido (por alguns) como conhecimento, principalmente a partir de discursos construídos por grupos externos ao Talhado. (NÓBREGA, 2007, p. 94)

Enfim, podemos concluir que o discurso quilombola não está presente no processo de auto-identidade. Esse discurso foi construído a partir dos autores analisados, reforçado pela imprensa e assumido oficialmente em 2004, quando a comunidade aderiu motivada pela politização do movimento negro contemporâneo e pelos usufrutos das políticas públicas de ações afirmativas do governo Lula. (NÓBREGA, 2007, p. 97)

Ao analisar as obras de Linduarte Noronha (1960), Salete Cavalcanti (1875) e José Vandilo dos Santos (1998), e ao demonstrar a atuação de mediadores<sup>35</sup> na certificação do Talhado enquanto quilombo, Nóbrega verifica que nesses trabalhos não há o discurso quilombola assumido diretamente pelos moradores do Talhado. E ao mostrar que a memória do grupo não dispõe de lembranças que vincule o Talhado aos antigos quilombos formados durante o regime escravista no Brasil, Nóbrega afirma que o discurso quilombola, em torno do Talhado, se configura no processo de alter-identidade, ou seja, uma construção externa. E conclui,

...convém destacarmos que o reconhecimento dessa identidade 'quilombolas' do Talhado carrega consigo um grande peso político que envolve tanto os mediadores quanto a comunidade. Acreditar e assumir essa identidade 'quilombolas' é, para o Talhado, sinônimo de melhorias na comunidade. Isto é, tudo depende de chegar ou não políticas públicas quilombolas, principalmente aquelas que já foram prometidas. E não se iludam os políticos. **O grupo está convicto de seus novos direitos 'quilombolas'**. (NÓBREGA, 2007, p. 141-142) [grifo nosso]

Mesmo objetivando demonstrar que o discurso quilombola atribuído ao talhado foi construído de fora, e não pelo próprio grupo, o trecho acima grifado já apresenta os indícios de que o grupo está se acostumando e utilizando o discurso quilombola.

---

<sup>35</sup> Movimento Negro Brasileiro, a FCP, o Pacto do Vale do Sabugy e os políticos de Santa Luzia.

Porém, preso a um conceito histórico, a leitura da dissertação de Nóbrega nos deixa com a ideia de que ele busca no Talhado um substrato da revolta negra nos anos anteriores a 1888.

A esse respeito, surgem algumas indagações, entre elas as seguintes: caso a pesquisa histórica e documental, realizada por Nóbrega, tivesse encontrado “o registro” de que Zé Bento fosse um escravo, que fugiu e se escondeu no alto da Serra do Talhado, esse fato faria do Talhado um quilombo?!; Mas, se essa história não tivesse sido transmitida, ou fosse proibida de ser reproduzida, para assim preservar a liberdade do escravo fugitivo, e então, se tornada desconhecida pelas gerações vindouras; e ainda nesta situação não poderíamos operar com o conceito de quilombo?!; Aliás, como argumentamos anteriormente, mesmo os mais velhos da Comunidade do Talhado não conviveram com Zé Bento, de modo que muitas histórias contadas podem ter ficado no desvão da memória, e mais, em uma sociedade “sem escrita”, as histórias não contadas podem ser histórias esquecidas, perdidas.

Entendemos que se a história, ou melhor, os documentos históricos não demonstram a veracidade de um passado quilombola do Talhado, ela também não demonstra seu contrário; se não há nenhum documento que certifique que Zé Bento foi escravo fugitivo, também não há um documento que comprove que esse passado não existiu.

Porém, mesmo sem uma confirmação documental, e se as pessoas reproduzissem de forma fidedigna histórias que revelassem o Zé Bento como um escravo e o Talhado como um quilombo?!. Ou ainda, nos percalços dos atuais discursos quilombola, como símbolo de luta e resistência ao processo discriminatório e racista presente na história do Brasil, se as pessoas do Talhado cientes de que “ser quilombo” não se resume a um estado do passado, mas a uma situação do presente, passassem a assumir de maneira desembaraçada e atuante esse discurso?!

Fazendo uma rápida recuperação da cronologia e de eventos históricos, podemos dizer que, o regime escravocrata perdurou no Brasil oficialmente até 1888, a Lei do Ventre livre (de 1871) e a Lei dos Sexagenários (1885) antecederam a Lei Áurea (de 1888)<sup>36</sup> que declarava extinta a escravidão, revogando as disposições em contrário. Considerando que o negro Zé Bento chegou ao Talhado em 1860, entende-se que este negro não usufruía de nenhuma das leis acima, que suprimia a situação de escravo; então, possivelmente Zé Bento ou era um negro escravo ou um

---

<sup>36</sup> Antecedeu essas leis, no processo de abolição da escravatura no Brasil, a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que proibia o tráfico transatlântico de escravos.

negro forro. E mais, se Zé Bento saiu da Pitombeira em direção ao Talhado, podemos perceber que em termos geográficos estamos em cenários bem distintos, pois a Pitombeira é uma região onde o acesso pode ser feito sem maiores dificuldades, o que implicaria em maiores dificuldades para se proteger de qualquer ataque, enquanto que no Talhado, por estar no alto de uma serra, o acesso é por si bastante difícil, garantindo que a proteção se faça de modo mais fácil, se assim podemos nos expressar.

Se o objetivo era fugir da escravidão, podemos argumentar que o quilombo do Talhado foi um quilombo bem sucedido, pois resistiu até nossos dias sem ser desvendado e reprimido.

Diante disso, resta-nos considerar também que sendo 1860 o ano de fundação do Quilombo do Talhado, isso significa que ele atravessou os duros 28 anos que o separou do fim da escravidão, envolvido em relações, certamente difíceis, com os outros moradores da região, incluindo aí a questão de senhores brancos face uma família negra.

A esse respeito, Emília Ribeiro faz uma leitura da dificuldade da Comunidade Quilombola do Talhado em se afirmar quilombola, de enfrentar a discriminação racial.

[...] é o que me faz pensar que a gente perde de vista e continua sendo racista, quando a gente quer que o negro bata no peito e diga – eu sou negro; ele passou 500 anos sem poder dizer quem era, sem poder dizer que religião pratica, era, de onde vinha, sem poder se quer se auto-reconhecer como gente porque um papa disse que negro não tinha alma. Então, pedir, pedir a um negro que bata no peito e diga eu sou negro, nesse país é um perigo, [...] Então, porque que eu vou dizer que sou negro batendo no peito hoje, se eu enquanto negro ou negra passei 500 anos nesse país sem ter nenhum reconhecimento e sem poder dizer verdadeiramente quem era, porque agora ter a obrigação de dizer ao poder público; Ah não a gente escuta muito por aí, o negro que não quer ser negro, o negro que se discrimina (...) a gente fala muito em consciência negra, eu costumo sempre dizer que a gente tem que criar um grupo de consciência branca, porque a gente exige do negro aquilo que nós não, aquilo que nós próprios não assimilamos ainda. [...] A gente exige demais do negro, o poder público tem que se preocupar em pagar sua dívida e não complicar, dificultar o processo de identidade do negro. (Emília Ribeiro, entrevista concedida dia 27 de maio de 2010)

A gente tem a certeza absoluta que negro se reconhece negro muito, muito, muito firmemente, agora o que negro tem é dificuldade de dizer a um país racista como o nosso – eu sou quilombola, porque dizer eu sou quilombola significa dizer eu sou negro, e dizer eu sou negro significa dizer eu tenho que enfrentar a cara branca desse país. (...), In FONSECA & DIAS, 2007)

Se no Brasil colonial não era prudente bradar que se era quilombola sob o risco de por em xeque a própria existência do quilombo, no Brasil República essa auto-afirmação não se tornou tão simples, sinônimo de orgulho de uma situação bem quista, pois a insegurança das perseguições, o medo de se ser re-escravizado, as injúrias e desrespeito não acabou junto com o regime escravocrata.

Independente do arcabouço histórico, se Zé Bento foi ou não escravo, se há ou não argumentos necessários para se comprovar esse passado, aconteceu que a Comunidade de Serra do Talhado foi Auto-reconhecida como quilombo em meio a uma conjuntura instaurada por militantes de movimentos negros e sociais que lutam por instrumentos que garantam cidadania da população negra. Após o auto-reconhecimento, a população do Talhado repensa as situações em que foram estigmatizados e percebem que a certidão de quilombo os impele a uma posição menos estigmatizada. Porém, assumir a identidade de quilombola é um processo que ocorre em meio a um conjunto de questionamentos e lampejos de altivez.

Então, quais das condições acima apresentadas deveriam ser emblemas na caracterização do Talhado como quilombo e sua população como quilombola?! Que tipo de quilombo é pertinente nos referir para que o termo assuma seu significado mais legítimo: o quilombo tipo Palmares com pretensões de guerrilha contra o regime escravocrata, ou os quilombos formados por escravos com o objetivo de fugir do trabalho pesado, em busca de um lugar distante dos alagozes; ou ainda, quilombo em seu sentido simbólico de pugna contra o racismo e contra a situação de discriminação.

Antropólogos como Eliane Cantarino O`Dwyer, Alfredo W. B. de Almeida e José Maurício Arruti, e a própria ABA (Associação Brasileira de Antropologia) vem discutido a aplicabilidade do termo quilombo enquanto um conceito que sirva de ferramenta metodológica no estudo de comunidades negras que se organizam em prol de garantir os seus direitos.

Tanto é assim, que ARRUTI ao pesquisar a Comunidade do Mocambo<sup>37</sup> argumenta que a atual emergência de comunidades denominadas de remanescentes de quilombo se configura enquanto grupos politicamente organizados em luta pela cidadania e por seus direitos territoriais, de forma que o uso do termo quilombo se transforma “em símbolo de recusa absoluta à ordem escravocrata, oligárquica e, em alguns casos, do próprio capitalismo” (ARRUTI, 2006, pag. 81). Nestes contextos, afirma:

---

<sup>37</sup> Dois vilarejos situados na zona rural de Porto da Folha em Sergipe, na região do Baixo São Francisco.



Portanto, o que está em jogo em qualquer esforço coletivo pelo reconhecimento oficial como comunidade remanescente de quilombos são sempre (até o momento) os conflitos fundiários em que tais comunidades estão envolvidas, e não qualquer desejo memorialístico de se afirmar como continuidade daquelas metáforas da resistência escrava e do “mundo africano entre nós”, que foram os quilombos históricos. (ARRUTI, 2006, pag. 82)

E ainda, “em se tratando de remanescentes, o que está em jogo é a manutenção de um território como reconhecimento de um processo histórico de espoliação” (ARRUTI, 2006, pag. 82).

...o uso do termo... implica, para a população que o assume (...), a possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com seus vizinhos, na política local, frente aos órgãos e às políticas governamentais no imaginário nacional e, finalmente, no seu próprio imaginário...trata-se de reconhecer, naqueles grupos – até então marginalizados –, um valor cultural absolutamente novo que, por ter origem em outro quadro de referências, era, até então, desconhecidos deles mesmos. (ARRUTI, 2006, pag. 82)

Além disso, Arruti acrescenta, “... a assunção do rótulo quilombo, hoje, estaria relacionada não ao que o grupo de fato foi no passado, mas à sua capacidade de mobilização para negar um estigma e reivindicar cidadania” (ARRUTI, 2006, pag. 89)

Firmando o argumento de que melhorias seriam implantadas na Serra do Talhado, a mobilização da Comunidade do Talhado para seu reconhecimento enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo foi um estímulo provocado e instaurado por Emília Ribeiro e a ela confiado.

Comparado com outras situações de Comunidade de quilombos no Brasil, como por exemplo, Frechal no Maranhão, Casca e Morro Alto no Rio Grande do Sul, até o momento a Comunidade da Serra do Talhado não reivindica posse de terras. Primeiro, porque segundo consta, Zé Bento teria permutado suas terras na Pitombeira pelas terras do Talhado, se esta permuta é realizada em 1860, significa que ocorre pós-sanção da Lei de Terras de 1850, na qual estipula que as terras devolutas devem ser adquiridas por meio de compra. Segundo informações coletadas por Nóbrega (2007),

O carpinteiro Zé Bento antes de ir para o Talhado morava na Pitombeira, onde tinha terras. Motivado pela abundância de madeira e barro na região do Talhado, faz uma permuta de terras com um tal de Nestor (avô de Zé Nestor e de Manoel Nestor). Assim, Zé Bento permuta uma parte de terras da Pitombeira por uma parte do Talhado. A parte de terras no Talhado compreendia uma data em quadro e continha uma légua e meia em cada lado. Avaliada, na

época, em \$ 2:000 (dois mil réis), sua área limitava-se com: Volta, Pedreira (...), Pinga, Mucunã e Santa Helena (...). (... In Nóbrega, 2007, p. 49)

E ainda, com base no inventário e partilhas do casal Zé Bento e Cecília (em 1927) as terras do Talhado já se encontravam legalizadas, o que de certa forma impede algumas disputas fundiárias.

O mesmo não acontece com a Comunidade Urbana de Serra do Talhado, que após sua certificação pela FCP passou a pleitear a posse das terras situadas nas proximidades do Galpão das Louceiras pertencentes ao DNOCS. O processo de reivindicação culminou em meados de 2007 quando pessoas de fora da comunidade invadiram os terrenos e iniciaram a construção de prédios residenciais, a partir de então, a representante da Comunidade Urbana de Serra do Talhado e representante da CECNEQ da Paraíba, entraram na Superintendência Regional do INCRA em João Pessoa com o pedido de abertura do processo administrativo para a regularização do território pleiteado pela comunidade.<sup>38</sup>

Como requisito do processo de regularização, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que aponta os aspectos históricos e socioculturais da comunidade foi produzido e assinado pela antropóloga Maria Ester Fortes, e publicado em dezembro de 2009 no Diário Oficial da União.

Pelo instrumento de Portaria de Reconhecimento emitida pelo INCRA publicada no Diário Oficial da União em 12 de abril de 2011, o INCRA reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Urbana de Serra do Talhado, no município de Santa Luzia, a área de aproximadamente 16 hectares.

Para a conclusão deste processo, resta a publicação do Decreto Presidencial definindo a área para fins de reforma agrária, e em seguida, cabe ao INCRA realiza a desintrusão e a demarcação do território, para por fim, conceder o título de propriedade em nome da Associação da Comunidade Quilombola.

Contudo, utilizando dos argumentos de Arruti; em meio a um discurso quilombola bem elaborado ou não, o reconhecimento como quilombolas, permitiu aos do Talhado mecanismos de “mobilização para negar um estigma e reivindicar cidadania”. (ARRUTI, 2006, pag. 89)

---

<sup>38</sup> Atualmente, encontram-se na Superintendência Regional do INCRA na Paraíba 22 processos para regularização de territórios de comunidade de quilombo. A presidente da AACADE conta que das 35 comunidades quilombolas, 33 já possuem a Certidão de Auto-reconhecimento expedida pela FCP.

### 2.3. Serra do Talhado: de uma comunidade rural a uma comunidade quilombola

Zygmunt Bauman, em entrevista ao jornalista italiano Benedetto Vecchi que resultou na publicação do livro “Identidade” (2005), conta que seguindo o costume da Universidade Charles, em Praga, na cerimônia de outorga do título de doutor *honoris causa* é tocado o hino nacional do país do homenageado. “Quando chegou a minha vez de receber essa honraria, pediram-me que escolhesse entre os hinos da Grã-Bretanha e da Polônia... Bem, não me foi fácil encontrar a resposta.” (BAUMAN, 2005, p.15). A dificuldade na escolha se dava porque,

“A Grã-Bretania foi o país que escolhi e pelo qual fui escolhido por meio de uma oferta para lecionar, já que eu não poderia permanecer na Polônia, país em que nasci, pois tinham me tirado o direito de ensinar. Mas lá, na Grã-Bretania, eu era um estrangeiro, um recém-chegado – não fazia muito tempo, um refugiado de outro país, um estrangeiro. Depois disso naturalizei-me britânico, mas, uma vez recém-chegado, será possível abandonar essa condição algum dia? (BAUMAN, 2005, p.15)

A solução foi dada por Janine – sua esposa – que sugeriu o hino da Europa. “Europeu, sem dúvida, eu era, nunca tinha deixado de ser – nascido na Europa, vivendo na Europa, trabalhando na Europa, pensando e sentido como um europeu.” (BAUMAN, 2005, p.16)

Mesmo não fazendo alusão a identidade nacional, de que trata Bauman, a população do Talhado desde 2004 vem vivenciando um questionamento semelhante; pois a partir do referido ano a comunidade é vista oficialmente, pelas instituições estatais, por jornalistas e pesquisadores, enquanto comunidade quilombola.

Como foram aqui apresentadas, muitas reportagens e pesquisas produziram o discurso no sentido de nomear o Talhado como sendo um quilombo. A leitura da dissertação de Salete Cavalcanti (1975) nos mostra a condição camponesa da comunidade do Talhado, o que nos faz pensar que esse foi o mecanismo utilizado por essa população para sobreviver quase que autônomos, em um restrito contato com as localidades vizinhas.

O atual discurso do movimento negro exalta o termo quilombo em seu sentido simbólico, isto é, sinônimo de resistência e enfrentamento à uma sociedade racista e discriminatória, em busca de direitos de cidadania a muitos negados.

A Serra do Talhado, ao receber a Certidão de Comunidade Remanescente de Quilombo, passa a permear por esses sentidos, sendo sua população vista enquanto quilombolas, e portanto, portadores de direitos específicos.

Porém, independe do novo termo – quilombola – e de suas demais características, as pessoas que nasceram no Talhado, vivem ou viveram no Talhado, trabalham ou trabalharam no Talhado, se pensam, se sentem e são vistos como “negros do Talhado”.

O termo “negros do Talhado” era utilizado pelos alheios ao Talhado de forma perjurativa e discriminatória, fazendo referência a bagunceiros, a confusões e brigas. A emergência do discurso de quilombo sobre e entre os “negros do Talhado”, proporcionou um efeito de posituação dessa denominação, por se pensarem como “negros do Talhado” e ao começarem a entender o sentido de ser quilombo, passam a valorizar e a fazer uso de ambos os termos no movimento de auto-definição, como também nas relações internas e externas.

Em entrevista a Nóbrega (2007) um morador do Talhado expõe sobre o uso do termo quilombo:

Essa história de quilombo daqui, eu não conhecia esse nome de quilombo daqui não. Isso aí veio depois do “Firme Aruano” (Filme Aruanda), esse quilombo. Começou. Aí registraram e agora é quilombola mesmo. (...) (...), *in* NÓBREGA, 2007, 90)

Da mesma forma a esposa do senhor entrevistado por Nóbrega, acrescenta:

A história do quilombo começou através do Filme Aruanda, porque “Fernando Linduarte” (Linduarte Noronha) mais junto com “Ruca” (Rucker) e João fizeram esse filme [...]. Quer dizer que quilombo, ele fazia essa imitação como coisa que fosse tempo de escravo, né? E por aí começou. E formaram o quilombo através disso, do Filme Aruanda. Porque também, se não fosse o filme, também não tinha esse nome aqui [...] porque nunca tinha “ouvisto” (ouvido, escutado) falar não. Depois de Bernadete. Não sei como ele arranjam essa conversa aí. Sei que formou o quilombo e pronto! E agora é quilombo mesmo. Tá registrado. (...), *in* NÓBREGA, 2007, 91-92)

Em depoimento a uma equipe de filmagem<sup>39</sup> Dona Neusa<sup>40</sup> expõe um pouco sobre o uso e a incorporação destes dois termos – quilombo e Talhado:

<sup>39</sup> FONSECA, Daniele. DIAS, Ilana. Talhado uma relação com o presente. Documentário realizado como trabalho de conclusão do curso de comunicação social / Jornalismo das faculdades Integradas de Patos. 2007.

Eu acho bonito, o nome que botaram, mas eu vou pra lá, vai pra onde: eu vou pro Talhado; não chamo quilombo não, eu chamo Talhado; eu não entendo não porque botaram isso, esse nome não, não sei porque foi, eu não entendo não, eu chamo Talhado. (... In FONSECA & DIAS, 2007)

Em conversas com outras pessoas do Talhado é frequente o uso da expressão: “eu sempre conheci ali como Talhado, agora registraram como quimlobo, eu não conheci como quimbolo não”. Percebe-se que após a titulação da Serra do Talhado enquanto remanescente de comunidades de quilombo as pessoas desse lugar ficaram diante de dois termos – quilombola e “negro do Talhado” – que representam uma única situação – “SER DO TALHADO”.

O termo quilombo, que antes era pouco entendido, agora começa a fazer sentido, entrando em um processo de posituação da auto-imagem do grupo. Ao ser questionado sobre o que pensava em relação a quilombo, Antônio Cândido nos responde que no início achava que era “um bicho de sete cabeças”, mas depois,

Eu acho melhor, sabe porque, porque antes de ser quilombola nós era tachado por negro do Talhado, e agora por quilombola eu acho melhor; todo canto que nós chegado – oh o negro do Taiado – aí quilombola agora pra mim eu acho melhor (Antônio Cândido, entrevista concedida em 15 de janeiro de 2010)

Em passeio pela Praça Alcindo Leite de Santa Luiza que fica em frente ao Parque do Forró, eu, Célia e Clarice<sup>41</sup>, conversávamos sobre diversos assuntos, inclusive sobre o Talhado ser um quilombo, a esse respeito, Clarice comentou que sempre quando alguém a procura para falar sobre o Talhado ela é categórica – fale com minha prima, Célia, - e explica que faz isso porque esporadicamente se interessou pela história do Talhado, ao contrária de Célia que até já participou das filmagens de um documentário<sup>42</sup>; Célia reconhece que também já foi como sua prima – não se importava com as coisas do Talhado -, argumenta que seu interesse surgiu quando passou a conviver com estudantes e pesquisadores que veem em Santa Luzia para conhecer o Talhado; e hoje fica indignada em saber que as pessoas de fora se interessam pelo Talhado mais do que os que são de lá.

Então, questionei se elas se lembravam da época em que o Talhado foi reconhecido, e se tinham participado da festa de entrega da certidão; tanto Clarice quanto Célia, responderam que sim, que foram para festa lá na Serra,

<sup>40</sup> Louceira mais experiente da comunidade.

<sup>41</sup> As duas últimas do líder da Comunidade da Serra do Talhado.

<sup>42</sup> NÓBREGA. Talhado – Um Filme de José Aderivaldo, 2008.

mas o interesse foi pela festa, e claro, pelos paqueras que tinham na época. Sobre esse período, Clarice relata que frequentando a escola, sempre ouvia as pessoas dizerem: só sendo “negro do Talhado”; após o reconhecimento qualquer coisa que acontecia era motivo para dizerem “só sendo do quilombo”.

Reafirmando que a identificação dos “negros do Talhado” era associada às situações desagradáveis, como brigas e confusões, de modo que esses momentos se sobrepunham, na concepção que os santa-luzienses tinham sobre os moradores do Talhado; atualmente a visibilidade dessa população é algo mais abrangente – em escolas, universidade, congressos, etc. – tornando-se determinante na construção da identidade.

Mas outras situações começam a emergir a partir dessa nomenclatura de quilombo. Por exemplo, aos participarem, em Guarabira, de Mini-cursos oferecidos na V Semana de Humanidades da UEPB que teve como tema central “Interfaces de Saberes, Formação Docente e Diversidade Cultural”, Célia e Clarice contam que a professora começou a explicar sobre a Comunidade Caiana dos Crioulos<sup>43</sup>, porém quando soube que elas eram do Talhado, toda a aula voltou-se para elas e para o Talhado; pela forma como explicaram, tornou-se visível que esse acontecimento mexeu com o ego de ambas.

Assim, entendemos, que a certificação da Serra do Talhado como área quilombola gerou uma situação específica, todas as ideias que permeiam os “negros do Talhado” são, agora, também empregadas aos então reconhecidos como quilombolas; então nos questionamos: devido a certidão de auto-reconhecimento, os “negros do Talhado” tinham que agora se identificar enquanto quilombolas? Deixam de ser “negros do Talhado” para serem quilombolas? A resposta é simples: - Não; como já explicitado, tanto “negro do Talhado”, quando “quilombola”, são termos que passam a expressar uma mesma categoria, de um grupo que se pensa e se sente como sendo originário da Serra do Talhado.

Contudo, “negro do Talhado” é o termo que representa a identidade étnica que sempre separou as pessoas do Talhado dos demais grupos que compõem a sociedade santa-luziense; a instauração do termo “quilombola” diz respeito a uma identidade política, uma categoria estatal, uma terminologia que até onde se pode perceber já está sendo incorporado como uma denominação própria, pois muitos fazem a seguinte analogia: eu sou do Talhado, e se o Talhado é quilombo, então, eu sou do quilombo e sou quilombola.

---

<sup>43</sup> Localizada no município de Alagoa Grande/PB, a Comunidade Caiana dos Crioulos teve sua Certidão de Auto-Reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo publicada no DOU na data de 8 de junho de 2005.

É evidente que não se deixa de ser “negro do Talhado” para se tornar quilombola, uma coisa não exclui a outra, pois foram as peculiaridades e as especificidades existentes no “ser do Talhado” que garantiram a certificação da Serra do Talhado enquanto remanescente de comunidades de quilombos. O que ocorre após o reconhecimento é a implementação de políticas públicas destinadas exclusivamente para as comunidades quilombolas que geram algumas especulações sobre a veracidade dessa identidade quilombola. Mas, foi com os subsídios políticos existentes na identidade quilombola que os moradores do bairro São José reivindicaram seu auto-reconhecimento e veem lutando pela instauração de seus direitos enquanto tal. É com a certidão de auto-reconhecimento que a presidente da Associação das Louceiras e do Talhado Urbano consegue a implantação de projetos, como por exemplo, a reforma do Galpão das Louceiras.

E mais, as políticas públicas destinadas aos quilombolas beneficiaram a Escola E.E.F.M. Arlindo Bento de Moraes (Jovens e Adultos), que após o Sensus Escolar de 2009, que demonstrou a presença de alunos quilombolas, o diretor envia um ofício a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e a merenda escolar enviada a Escola Arlindo Bento passa a ser diferenciada.

O mestre Luiz Rivadávia Prestes Almeida em sua dissertação “TALHANDO UM GRUPO ÉTNICO: O processo de recomposição identitária nas comunidades quilombolas de Serra do Talhado” (2010), descreve como ocorreu a auto-identificação entre os do Talhado com o discurso quilombola. Sobre esse processo explica:

O processo de auto-reconhecimento foi pouco discutido; não pediram a versão deles sobre sua própria história; ela já era contada fora da comunidade há muito tempo. Não partiu deles a iniciativa. Conta (...) que tudo “surgiu assim rapidinho, num mês surgiu a palavra *quilombola*, no outro já tava dando encaminhamento ao documento, uma certidão de auto-reconhecimento”. (ALMEIDA, 2010, p. 132)

A questão é: por que se dizer quilombola? Tinha este nome algum significado para eles? Das conversas e observações que fiz de 2006, não me pareceu que, inicialmente, conferissem algum significado muito diferente daquela definição clássica ou do senso comum, onde estão presentes escravos fugidos que se escondem em um local inóspito, o mato, moram em uma palhoça e se alimentam de milho pilado. Não, nos primeiros contatos que tive com os do Talhado, esta era a idéia que tinham de quilombo. Mudou? Sim, e continua mudando. Por mais imposto que tenha sido este auto-reconhecimento, eles puderam dizer *não*, mas não o fizeram. (ALMEIDA, 2010, p. 133)

[...]

Mas, se é verdade que a história não se repete, e acredito que neste caso isto é verdade, nestes seis anos de auto-reconhecimento eles, gradativamente, vêm modificando sua concepção de quilombo, da mesma forma que, também, começam a perceber que, se quiserem que

ocorram mudanças na comunidade, terão que, entre outras coisas, saber utilizar estrategicamente sua identidade de comunidade quilombola. (ALMEIDA, 2010, p. 133)

O discurso quilombola, construído e utilizado pelo movimento negro e agentes engajados na luta por melhorias nas condições de vida da população negra do país, vai sendo aos poucos assumido pelos que durante décadas desconheciam seus direitos.

Nóbrega (2007), também registrou a adesão, de forma diferenciada, pelos do Talhado ao discurso de remanescentes de quilombo.

Assim. Eu não tinha conhecimento. Eu não me achava quilombola. Mas eu me respeitava como negra. Aonde quer que seja que eu chegasse, se perguntasse: - você é de onde? – Do Talhado. Eu nunca neguei minha origem não [...]. Apesar de que muita gente ainda não entende o processo. Às vezes eu tento em passar, aí quando eu vejo que tem uma certa resistência, eu me calo. Porque ainda tem crianças que a gente diz:- você é um quilombola. Ele diz: - Não! Quer dizer; tem que colocar na cabeça das crianças que ele é um quilombola. Por que ele é um quilombola? Até que domingo a gente estava em reunião da Associação e a tesoureira disse; - A gente vai colocar Associação Rural Quilombo do Talhado ou Associação Rural Quilombola? Eu disse: - Quilombola não. Porque quilombola somos nós. Tem que ser quilombo, que é a comunidade (...), In NÓBREGA, 2007, p. 92-93)

Porém, antes e após o auto-reconhecimento uma situação continua a permear os membros da comunidade do Talhado; sempre ouvimos alguns questionamentos/ reclamações a respeito do porquê de algumas pessoas que são do Talhado, ou filhos dos filhos do Talhado, dizerem que não são de lá. Célia, nossa mais importante informante sobre o Talhado e também mediadora, cita algumas pessoas que utilizam do argumento de já terem nascido, e estando morando na área urbana de Santa Luzia, para afirmarem que não são do Talhado.

Sobre esse assunto, Souza (2008) de acordo com o resultado obtido na aplicação de questionários, a respeito do estigma de cor, conclui “que os habitantes negros do bairro São Sebastião parecem ser bem mais estigmatizados pela sociedade Santa-luziense do que os moradores do bairro São José e ainda mais do que os que continuam residindo no Talhado.” (SOUZA, 2008, p. 81). A esse respeito Souza (2008) argumenta que alguns de seus “informantes explicaram que tal situação se deve ao ato dos negros do bairro São Sebastião negarem a sua identidade Talhadense e que por isso, sofrem tanta discriminação,” (SOUZA, 2008, p. 81), conforme declara seu entrevistado,



Rapaz isso aí eu não sei lhe informar não. Eles vive pra lá e num se comunica com ninguém daqui. Quando vem tem muitos que nega que num é de lá. Um ano desse foi levado uma carrada de gente de lá, que estudava no grupo daqui, porque dizia que num era do Talhado. Sendo filho dos filho do Talhado. Foi preciso levar numa carrada de gente lá. Pra eles conhecer que era de lá, porque o nome o sobrenome é tudo do Talhado, num tem um sobrenome pra não ser do Talhado. Num nasceram lá mas num quere sê não. Foi preciso levar uma carrada de gente pra lá rapaz. Pra eles conhecer lá. (... , entrevista realizada em 08/09/2007, In. SOUZA, 2008, p. 81)

Ou seja, muitos discursos são feitos dizendo que os negros do Talhado negam sua identidade, não querem ser quilombola; pelo que pude observar não é a identidade que estar se negando nem o lugar de origem, mas se nega o preconceito, se rejeitar dizer que é “negro do Talhado” quando este termo é tachado de discriminação, da mesma forma que se nega o termo “quilombo” quando este faz referência às ideias pejorativas existentes naquele.

No mais, foi possível observar um processo de auto-afirmação e posituação da denominação de “negro do Talhado”, esta, ao ser incorporado a denominação quilombola passa a ser pronunciada com satisfação. Desse modo, a população do Talhado, que sempre foi ideia de quilombo, agrega a esse termo novos signos e significados.

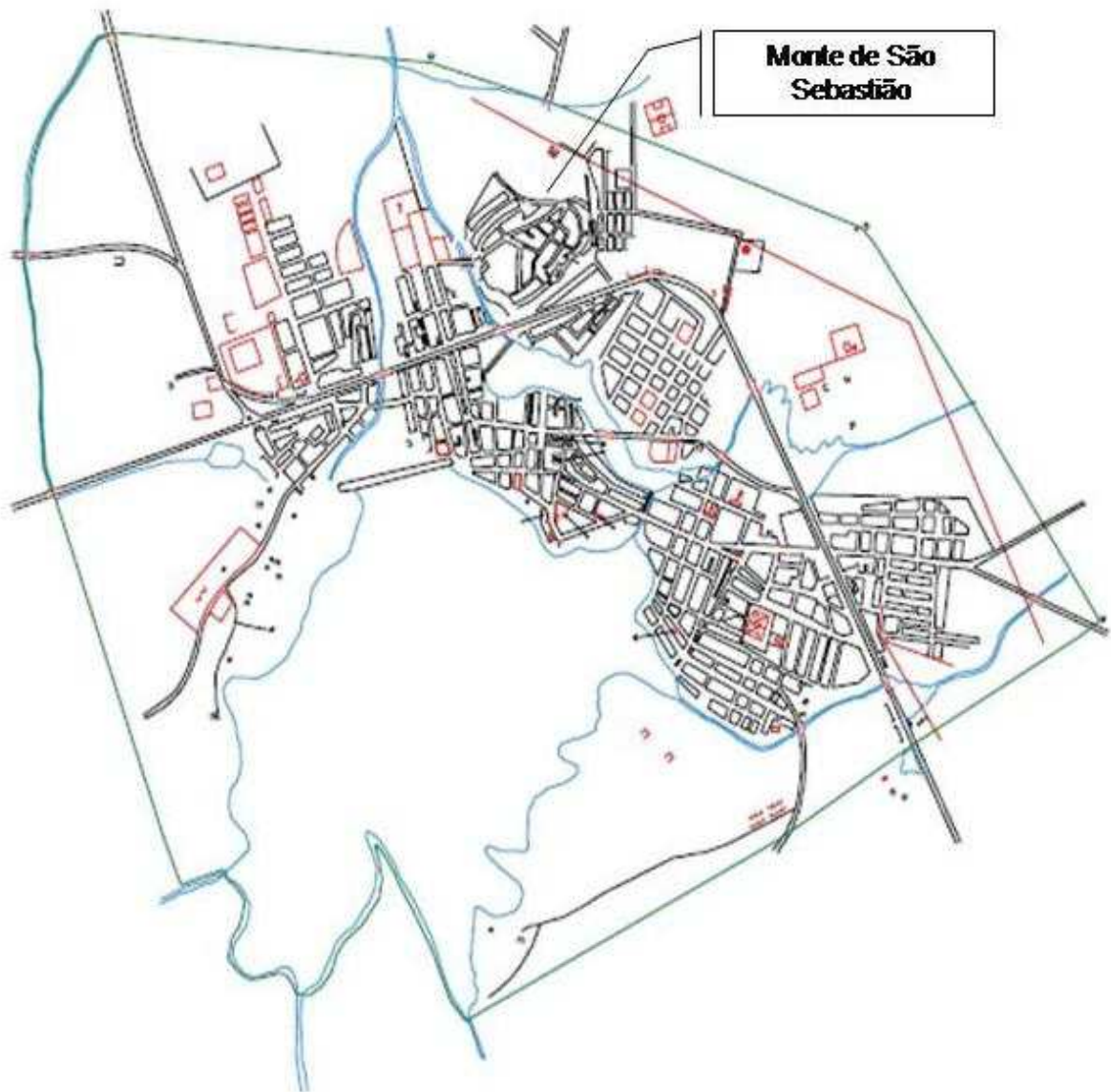
Tanto é assim, que os capítulos seguintes dessa dissertação objetivarão descrever como moradores do bairro São Sebastião – Monte – que se reconhecem como negros do Talhado estão, a exemplo do bairro São José, reivindicando da FCP o Registro no livro de cadastro geral e expedição da certidão como comunidade remanescente de quilombo, com base no decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

### **III**

## **O Talhado do Monte de São Sebastião**

### 3.1. O Monte de São Sebastião

O Monte de São Sebastião é uma extensão territorial localizada no setor norte da cidade de Santa Luzia – PB.



**MAPA V:** Mapa da área urbana de Santa Luzia/Localização do Monte de São Sebastião

Fonte: Site do IBGE

Geograficamente falando, ou, de acordo com a descrição do aspecto físico, monte refere-se a uma notável elevação de terra acima do solo que o cerca, podendo ser nominado enquanto serra ou morro. E assim, de acordo com sua característica geográfica, a extensão territorial denominada de Monte de São Sebastião foi doada ao Patrimônio de São Sebastião pela senhora Maria Olindina da Glória Nóbrega no ano de 1931, como descreve o trecho da Certidão.

CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES: Uma quadra de terra com uma posse antiga de casa de taipa no lugar 'NASCENTE DO CRUZEIRO', ao pé desta cidade, onde já se acham construídos os alicerces da referida Capela de São Sebastião, limitando-se dita quadra de terra ao poente até as águas do açude público desta Vila (hoje cidade) e parte de seu sangrador, ao nascente e sul até as cercas do cercado do cidadão Manoel Emiliano de Medeiros, ao norte na estrada de rodagem, contendo dita quadra, mais ou menos, cem braças em quadra. NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: DONA MARIA OLINDINA DA GLÓRIA NÓBREGA, viúvo, proprietária, residente na então Vila de Santa Luzia, hoje cidade de igual nome. TÍTULO: Doação. FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO: Certidão extraída por mim em data de 27 de outubro de 1941 referentes ao teor da escritura pública de 22 de dezembro do ano de 1931, lavrada pelo então Tabelião Público Inácio Machado da Nóbrega.<sup>44</sup>

De acordo com a referida certidão, em 1993 foi extraída uma declaração que demarca os limites da área do Monte de São Sebastião pertencente a Dioceses de Patos - PB e a Paróquia de Santa Luzia – PB. Segundo consta na declaração, os limites do Monte de São Sebastião passam a serem os seguintes: na posição Oeste, ficou com 365 metros, Leste com 510 metros, Norte com 434 metros e Sul 360 metros, totalizando 69.445 m<sup>2</sup> (sessenta e nove mil quatrocentos e quarenta e cinco metros quadrados) <sup>45</sup>.

No alto do Monte de São Sebastião há um Cruzeiro e uma Capela em devoção ao referido santo,

<sup>44</sup> Certidão disponível no acervo da Paróquia de Santa Luzia. Ver documento em Anexo E.

<sup>45</sup> Declaração disponível no acervo da Paróquia de Santa Luzia.



Figura II: Cruzeiro e Capela em Homenagem a São Sebastião  
 Fonte: [www.annuaire-mairie.fr/photo-santa-luzia-pb.html](http://www.annuaire-mairie.fr/photo-santa-luzia-pb.html)

Como também uma vista panorâmica da cidade de Santa Luzia, conforme fotografias abaixo.



Figura III: Santa Luzia vista do Monte São Sebastião  
 Fonte: [www.annuaire-mairie.fr/photo-santa-luzia-pb.html](http://www.annuaire-mairie.fr/photo-santa-luzia-pb.html)

A Capela de São Sebastião foi edificada durante a permanência do reverendo José Borges de Carvalho, enquanto vigário da paróquia de Santa Luzia. No dia 21 de janeiro de 1935, o então Bispo da Diocese de Cajazeiras, Dom João da Maria Amaral, oficia uma benção na capela. (MEDEIROS, 2008, p. 66) (MOBRAL, 1984, p. 43)

Todos os anos, no dia 20 de janeiro, uma procissão saindo da Igreja Matriz segue em direção a capela de São Sebastião, em celebração ao dia do santo. A noite há a festa profana, na qual se faz presente um tipo de diversão que inclui o som de bandas de forró.

Ao redor da capela, no terreno pertencente à paróquia, há pequenas casas construídas, tanto de pau-a-pique (taipa) como de alvenaria; essas construções são permitidas pela paróquia e os donos das casas pagam uma quantia anual pela permissão da construção, funcionando como um foro anual pelo uso do terreno que pertence ao 'Patrimônio do Santo'.

A área conhecida como Monte de São Sebastião faz parte do que compõe hoje, para a divisão organizacional do território da cidade de Santa Luzia, o Bairro São Sebastião. Então, mesmo sendo oficialmente Bairro São Sebastião, é constantemente referenciado enquanto Monte São Sebastião ou simplesmente Monte. De acordo com a Lei Municipal Nº 478/2008<sup>46</sup>, os limites do bairro São Sebastião são os seguintes:

Partindo da foz da sangria do açude Padre Ibiapina, no Rio Quipauá, seguindo pelo mesmo até o final do perímetro urbano até confrontar com o Riacho das Marias Pretas, seguindo por este, até a BR 230, por esta, até o Bueiro do Córrego Baixo Monte, seguindo o referido Córrego até à margem do Açude Padre Ibiapina, até confrontar com a Rua Bartolomeu Medeiros, contornando o Açude Padre Ibiapina, até a foz da sangria do mesmo.

A construção da Rodovia Transamazônica (BR-230)<sup>47</sup> passou por dentro do perímetro urbano da cidade de Santa Luzia, de modo que o Monte São Sebastião fica separado do centro de Santa Luzia pela referida estrada. A rodovia também divide o Monte São Sebastião em Baixo Monte e Alto Monte, ou seja, o Baixo Monte fica de um lado da BR 230 e o Alto Monte do outro.

Nossa pesquisa começa exatamente na BR – 230, seguindo a direção Campina Grande – Sertão. Ao chegarmos à entrada da cidade de Santa Luzia avistamos do lado direito, no alto do Monte, a Capela de São Sebastião.

---

<sup>46</sup> Lei Municipal Nº 478/2008. Define os limites dos bairros de Santa Luzia-PB e denomina os ainda não nominados. Prefeitura Municipal de Santa Luzia – PB, sob administração de Antônio Ivo de Medeiros. 01 de abril de 2008.

<sup>47</sup> Projetada durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974) a Rodovia Transamazônica (BR-230), 4.965,1 km de comprimento que liga a cidade de Cabedelo na Paraíba a Benjamin Constant, no Amazonas. A BR 230 atravessa sete estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. A BR 230 corta a Paraíba de leste a oeste, passando por cidades como: Cabedelo – João Pessoa – Cajá – Riachão do Bacamarte – Campina Grande – Soledade – Juazeirinho – Junco do Seridó – Santa Luzia – Patos – São Bentinho – Pombal – Aparecida – Cajazeiras.



Figura IV: Na BR 230

Fonte: [www.annuaire-mairie.fr/photo-santa-luzia-pb.html](http://www.annuaire-mairie.fr/photo-santa-luzia-pb.html)

Morar no bairro São Sebastião significa morar do outro lado da cidade, o que dificulta o acesso aos serviços de saúde, de educação e de assistência social. Como ocorre em toda a cidade de Santa Luzia, a contaminação dos dois açudes, que cingem e abastecem a cidade, gera a necessidade da compra de água potável – ou, como eles dizem: água doce – ou para os que possuem cisterna prover-se da água de chuva, porém, essa situação se agrava devido à renda economicamente baixa dos moradores do Monte.

No bairro São Sebastião algumas ruas são pavimentadas, enquanto outras ainda se encontram sem calçamento, fazendo com que os moradores convivam com o limo na época das chuvas e com a poeira no período seco; o bairro dispõe de um posto de saúde, que está em reforma, uma creche e uma escola primária; há água encanada, luz elétrica, coleta de lixo e saneamento básico.

Na percepção de muitos dos moradores da cidade, essa parte da cidade é considerada perigosa, tanto pelos que não residem lá, como também por seus moradores, com a diferença de que os últimos convivem diariamente com a representação que se faz desse espaço.

E este foi o ambiente no qual realizamos nosso exercício de pesquisa antropológica.

Nas dimensões territoriais que corresponde ao bairro São Sebastião observa-se entre os moradores a presença de pessoas vindas de localidades

diversas, como por exemplo, da Serra do Talhado, da Pitombeira e de outros sítios da região.

Assim, para a escrita e discussão do tema proposto nesta dissertação, objetivamos descrever como a partir da vinda de pessoas, que saindo do Talhado e estabelecendo residência no bairro São Sebastião, formou-se um grupo que compartilha o sentimento de pertencimento com a Serra do Talhado.

### **3.2. A migração e a vida no Monte**

O movimento humano de deslocar-se de um determinado espaço geográfico – país, região, estado, cidade ou domicílio – para outro, é classificado sob o nome de migração. As migrações humanas são um fenômeno que acompanha toda a trajetória histórica da humanidade, desde o *homo erectus* que transitou entre a Ásia e a Europa e o *homo sapiens* que percorreu a África, a Europa até chegar a América. Ou ainda, migrações que se desenvolvem sob a forma de conquista colonial que resultou em significativas transformações, como por exemplo, na história da América.

A migração ocorre por meio de uma variedade de circunstâncias, que podem ser políticas, econômicas ou religiosas. Mas, é refletindo sobre as condições e os motivos de migração que se podem vislumbrar suas causas e resultados, e assim, compreender os novos arranjos sociais advindos do impacto e da necessidade de migrar.

A escassez de terra, o êxodo rural e a decadência dos produtos agrícolas resultam na saída dos camponeses, homens do campo, em direção aos centros urbanos em busca de trabalhos que garantam a sobrevivência.

Assim, a migração é um fenômeno que pode ser caracterizado sobre o prisma da preservação ou da desintegração camponesa. Alguns, estudiosos afirmam que o camponês ao migrar e ao estabelecer relações de trabalho assalariadas deixa de ser camponês e torna-se um operário. Portanto, a migração é aqui entendida enquanto parte de um processo de proletarianização do homem do campo, de adaptação deste às relações capitalistas de trabalho, ou seja, de desintegração camponesa. Por contraste, alguns pesquisadores observam a migração por meio de elementos de preservação camponesa, isto é, o migrante pode continuar sendo caracterizado enquanto camponês, quando se considera a migração como estratégia importante para a sobrevivência e manutenção do grupo de origem.

Superando o limite imposto na oposição camponês X operário, Marilda Menezes (2002) opta pela utilização da noção “camponês-trabalhador”.



A categoria camponeses-trabalhadores permite ultrapassar limitações de proposições teóricas baseadas em dualismos que examinam a realidade social através de oposições exclusivas. É também preferível à visão que concebe o desenvolvimento social através da periodização linear, na qual uma fase histórica é seguida por outra mais avançada. (...) o uso da categoria camponeses-trabalhadores parece apropriado para explicar a natureza híbrida de grupos de camponeses que têm trabalhado em atividades assalariadas, ao longo de suas vidas e através de gerações. (MENEZES, 2002, p. 50).

A necessidade de migrar em busca de trabalho assalariado que garanta os meios de sobrevivência, impelem os camponeses a sair de seu local de origem, deste modo, Menezes trabalha com a categoria “camponeses - trabalhadores”, com o objetivo de ilustrar as complexas formas de reprodução camponesa em meio as relações de trabalho regidas pelo pagamento do salário.

A tentativa aqui é a de superar noções lineares de desenvolvimento da sociedade, para as quais determinados tipos de migrações, como a sazonal, de curta duração e distância, são etapas para uma migração definitiva, de completa proletarização dos camponeses. A perspectiva da transição do campo para a cidade ou de camponês para proletário obscurece nossa compreensão do relacionamento entre trabalho assalariado e as formas pelas quais o campesinato tem-se mantido ao longo dos anos, bem como desvela a diversidade e complexidade dos tipos de migrações entre espaços de reprodução camponesa e espaço de assalariamento rural e urbano. (MENEZES, 2002, p. 51)

O ato de migrar, de afastar-se da família e dos parentes, de abandonar a terra na qual se nasceu e se criou, de ir à busca de novas oportunidades, é fato recorrente entre os habitantes da Serra do Talhado. A necessidade de migrar produziu impactos tanto para os que migraram quanto para os que permaneceram no Talhado, ambos com a esperança do regresso. Além de ocasionar mudanças no formato da organização assumido pela comunidade, o movimento migratório produziu novos grupos em ambientes externos ao Talhado.

O processo migratório vivenciado pelos habitantes do Talhado não se constitui apenas enquanto um meio de aumentar o padrão econômico, mas antes, e principalmente, enquanto uma condição de sobrevivência, do indivíduo e da comunidade. A migração se torna uma alternativa em meio às dificuldades apresentadas pela escassez de terra e conseqüentemente de trabalho.

A afirmativa de que a migração é hoje um mecanismo de sobrevivência da comunidade do Talhado, soa com um tom de ironia, ao se pensar que sua origem se deu justamente em um processo migratório. Zé Bento, fundador e

ancestral comum desta comunidade, veio para o Talhado à procura de um lugar que garantisse a sobrevivência dos seus.

No documentário “Aruanda” (1960), a narração de Linduarte Noronha reflete os anseios de Zé Bento em chegar às terras do Talhado.

Naquele dia, em meados do século passado, Zé Bento resolveu partir com a família, a procura da terra onde pudesse viver. Fugia da servidão, da antiga escravatura.

A jornada era árdua e sem descanso, após as noites frias, os dias ensolarados.

As andanças de Zé Bento por fim terminaram com o encontro da água, na chapada desértica e sem vida fixou-se com a família.

A escolha do título dado ao documentário, “Aruanda”, que na cosmologia das religiões afro-brasileiras significa “o céu dos orixás”, juntamente com as imagens e a narração, o diretor nos faz imaginar que para Zé Bento o Talhado seria a terra da promessa.

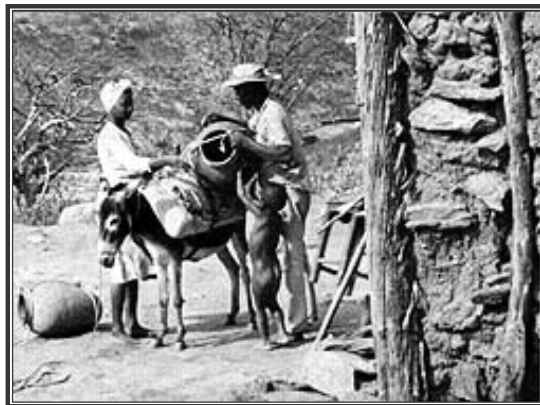


Figura V: Zé Bento no Aruanda  
<http://oglobo.globo.com/blogs/docblog>

Em referência a outra versão sobre a chegada de Zé Bento ao Talhado, o mesmo teria vindo da Pitombeira e se instalado no Talhado após uma permuta de terra. Segundo informações<sup>48</sup>, Zé Bento chega ao Talhado no ano de 1860; tenha sido através de uma permuta de terra, seja vindo do Piauí ou da Pitombeira, o Talhado foi o lugar escolhido para se estabelecer e legar aos seus descendentes. Porém, a terra dos deuses ou da promessa, como se refere o termo “Arruda”, se tornou palco da evasão de seus filhos.

<sup>48</sup> NORONHA, Aruanda, 1960; CALVACANTI, 1975.

Em termos de população, podemos dizer que no Talhado se tem as seguintes estimativas: no ano de 1960, o jornalista Severino Barbosa, em reportagem escrita para o Diário de Pernambuco, estipulava que a população do Talhado era de 1.200 a 1.500 habitantes<sup>49</sup>. Em julho de 1973, a população da região do Talhado contava com 511 indivíduos (CAVALCANTI 1975, 12). Durante a década de 1980 o MOBRAL<sup>50</sup> calculou uma população de 600 habitantes, embora algumas reportagens<sup>51</sup> da época indiquem o número de 800 habitantes. Já em agosto de 1998, de acordo com um levantamento realizado pela Secretaria da Saúde de Santa Luzia, havia no Talhado 151 pessoas, distribuídas em 40 famílias (SANTOS, 1998, 48-49). No ano de seu reconhecimento, 2004, enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo, a Fundação Cultural Palmares contabilizou cerca de 200 habitantes. Uma estimativa feita por Nóbrega e os membros do grupo, em 2007, numerou uma população em torno de 120 pessoas (NÓBREGA, 2007, 46-47). Em janeiro de 2011, Anália, que mora e é professora do Talhado, realizou um levantamento no qual consta que na região habita 107 pessoas divididas em 20 famílias.

Nóbrega (2007), para demonstrar a oscilação e a crescente diminuição da população do Talhado, apresenta no gráfico, as seguintes informações:

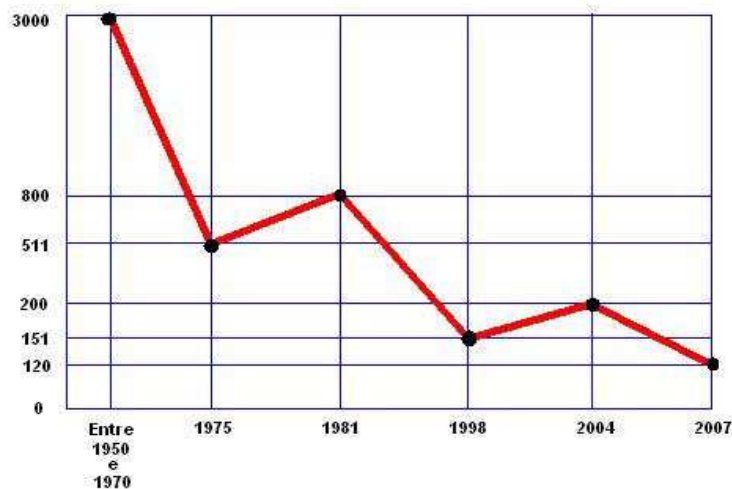


Gráfico Populacional da Comunidade do Talhado  
Fonte: Nóbrega, 2007, p. 47<sup>52</sup>

<sup>49</sup> No Planalto da Borborema: Quilombo do Talhado: 1.500 descendentes do Negro Zé Bento fazem a sua própria e rudimentar civilização, Diário de Pernambuco – Primeiro Caderno. Recife: 27 de março de 1960, p. 15.

<sup>50</sup> MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização. O MOBRAL foi implantado no município de Santa Luzia no ano de 1970, dentre os projetos realizados destaca-se o Projeto Gincana Cultural/83 – “Descubra a Paraíba” que resultou na publicação do “Livro do Município de Santa Luzia” em 1984.

<sup>51</sup> FERREIRA, Clécio S. A Cultura da Serra do Talhado. Revista Cultura (Ano X). Brasília: MEC, jul./set. 1981, p. 37; TAVARES, Carlos. Quilombo do Talhado – Cem Anos de Solidão. Revista Em Dia, [S.l.] 1988, 22.

<sup>52</sup> Correção: fazendo referência aos dados contidos na dissertação de Salete Barbosa Cavalcanti (1975), Nóbrega comete um equívoco, o número de habitantes da região do

Pelo gráfico, Nóbrega indica um número significativo de habitantes do Talhado – 3.000<sup>53</sup> –, no período entre 1950-1970, nos anos seguintes – 1975 a 2007 – nota-se períodos de aumento da população, sempre seguidos de períodos em que o índice de crescimento populacional diminuía.

A explicação para um número considerado de pessoas habitando o Talhado durante os 100 primeiros anos, da chegada de Zé Bento, pode ser retirada da hipótese narrada por Noronha no Aruanda: “Depois da libertação, os antigos escravos tinham conhecimento da existência do sítio de Zé Bento, na serra do Talhado. Muitos tomaram a direção daquelas terras...” (Noronha, Aruanda, 1960).

De qualquer forma, o primórdio do Talhado é sempre lembrado com base na ideia de um lugar povoado. Seu Carlos<sup>54</sup>, tendo saído do Talhado por volta 1984, reside no bairro São Sebastião há 27 anos; em conversa em frente a sua casa ao domingo, enquanto esperávamos o almoço, relata que o Talhado já foi um lugar bom de morar, “tinha mais de mil pessoas ali, você andava batendo nas pessoas, de tanta gente que tinha ali, agora tem pouca gente demais”.

De acordo com a pesquisa de Cavalcanti (1975), devido às relações mantidas entre a comunidade do Talhado e o Brejo Paraibano<sup>55</sup>, ocorre que alguns dos filhos de Zé Bento casaram com pessoas vindas do Brejo, o que conseqüentemente resultou no aumento da população.

A relação entre o Brejo e as pessoas do Talhado, ao mesmo tempo, que se estabelece por meio das uniões matrimoniais, poderia implicar numa abertura para outros locais onde se teria acesso a terra e onde novas famílias se constituíram. Aparentemente, tal alternativa não se fez predominante ou ao menos, não se manteve registrada na memória do grupo.

Ainda sobre a relação com o Brejo, Cavalcanti explica que se configurava da seguinte maneira: durante os períodos de seca as pessoas do Talhado iam para o Brejo e em épocas de dificuldades os do Brejo recorriam às terras do Talhado. (CAVALCANTI, 1975, p. 22). O movimento de saída e de

---

Talhado disponibilizado por Cavalcanti corresponde aos dados referentes a julho de 1973 e não de 1975.

<sup>53</sup> Esse número é algo exorbitante, tendo em vista que em 1970, de acordo com o IBGE, a população rural do município de Santa Luzia era de 3.558.

<sup>54</sup> Seu Carlos, 56 anos, interpretou no documentário “Aruanda” um filho de Zé Bento.

<sup>55</sup> O Brejo Paraibano é uma das micro-regiões do Agreste da Paraíba, possui uma área de 13.020,0 km<sup>2</sup> dividida em oito municípios: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria.

entrada de pessoas no Talhado possa ser um elemento para explicar a oscilação entre crescimento e diminuição no índice população.

Presumivelmente, podemos dizer que, com a vinda de pessoas de fora e com o crescimento por natalidade chega um momento que a extensão territorial do Talhado torna-se insuficiente para a reprodução material e social do grupo, de modo que algumas alternativas começam a ser colocadas em prática.

E então, na primeira metade da década de 1970, ao acompanhar a vida dos moradores de Serra do Talhado, Cavalcanti (1975) já pôde observar o processo de segmentação do território e a migração de alguns membros do grupo.

Pertencente inicialmente a Zé Bento, a extensão territorial que corresponde ao Talhado foi partilhada entre os filhos, seguida de sucessivas partilhas entre herdeiros, resultou na diminuição da terra disponível ao trabalho.

A ocupação da terra ocorreu por um processo de segmentação; a uma partilha inicial, outras se sucederam, tornando a parte de terra explorada por cada família sucessivamente menor. Um dos recursos utilizados atualmente para resolver tal problema é a venda de terra possuída, de um herdeiro a outro, devendo aquele que a vender, ir procurar trabalho em outros lugares. (CAVALCANTI, 1975, p. 33)

Assim, não tendo terra suficiente, alguns herdeiros do Talhado são levados a procurar outras soluções, dentre elas migrar é uma alternativa. “Aqueles que resolvem migrar, vendem sua parte de terra a um dos seus irmãos em condições de comprá-la.” (CAVALCANTI, 1975, p. 37)

Podemos aqui destacar o direito a terra, concedido por meio dos padrões de herança, ou da compra. Sabendo que o inventário<sup>56</sup> de Zé Bento e Cecília oficializou a partilha das terras do Talhado entre os filhos do casal, e que nas gerações seguintes novas divisões foram se sucedendo, acompanhada das compras e vendas entre os herdeiros, e assim considerando o tamanho da terra e a quantidade de pessoas, observa-se que atualmente a herança ao território do Talhado corresponde a uma ínfima porção de terra, tornando-se, em muitos casos, mais simbólica do que física. A ideia de saber e sentir que se possui uma parte daquelas terras, por menor que seja, assegura a possibilidade, de se preciso, ter para onde voltar, além, de ser a partir do Talhado que se conta a história da origem e se demarca o pertencimento.

---

<sup>56</sup> A oficialização dessa partilha ocorreu em 24 de setembro de 1927, com a realização do inventário do casal Zé Bento e Cecília. O inventariante do casal foi o neto e herdeiro José Carneiro Saturnino (Zé Tambor). (Nóbrega, 2007, p. 52). Ver cópia do inventário no Anexo F.

A análise de Cavalcanti compreende a propriedade da terra e as relações de parentesco como elementos relevantes para manutenção da unidade do grupo. Para manter a posse da terra a comunidade do Talhado utiliza o casamento endogâmico e a regra da residência uxorilocal<sup>57</sup>. (CAVALCANTI, 1975, p. 70)

Os resultados da pesquisa de Cavalcanti ainda hoje são pertinentes para entender a organização da comunidade do Talhado, pois grande parte das uniões matrimoniais são endogâmicas e o acesso a terra é concedido através de regras de herança ou da compra.

Porém, com os dados fornecidos por Cavalcanti e com as observações atuais, pode-se perceber a migração não apenas como uma opção para os que não possuem terra de trabalho, mas também como um mecanismo de manutenção da comunidade, pois uns saem para que outros possam ficar. Nesse caso, a migração representa uma maneira de garantir a reprodução do grupo. E, percebe-se que esse processo engloba tanto os que migram quanto os que ficam, pois, é na saída de uns que se garante a sobrevivência dos que ficam. O direito a terra, que certamente não assegurou a reprodução de todos, permitiu apenas algumas linhas de reprodução.

Segundo Maria Aparecida de Moraes Silva (2005) a migração não é constituída apenas pelo migrante, mas também por aqueles que não migram.

Os que partem fazem parte do conjunto dos que ficam. Partir e ficar são faces de uma mesma realidade social, que, embora dividida no espaço, acha-se unida no tempo. Tempo de partir para uns é, simultaneamente, tempo de ficar para outros. (SILVA, 2005, p. 54).

Propondo-se a pensar a migração enquanto um processo social, Silva (2005) explica que as ações compostas em ficar e em partir não podem se reduzidas a uma simples complementaridade, pois elas resultam em uma gama de relações, “em que conflitos, perdas, separações, mortes, associam-se a reencontros, às voltas, às reconstruções culturais, etc”. (SILVA, 2005, p. 54).

Os principais polos de recepção dos migrantes do Talhado são as cidades do Rio de Janeiro e Goiás<sup>58</sup>. Tendo no Rio Janeiro uma concentração de migrantes do Talhado morando de preferência na zona oeste, em bairros como Rio das Pedras, em Jacarepaguá, e bairros de Tanque e do Anil. Tanto o Rio de Janeiro como Goiás estão na rota de migração enquanto localidades

---

<sup>57</sup> Uxorilocal é uma regra de residência na qual após o casamento o homem vai morar com a família da esposa.

<sup>58</sup> Ou melhor, nas informações dadas pelos que vivem na Serra do Talhado e pelos que moram em Santa Luzia sobre os locais para onde as pessoas do Talhado migram é recorrente os termos Rio de Janeiro e Goiás.

foco de trabalho, o que não impede que muitos se estabeleçam e não mais retornem; muitos dos que vão para esses dois locais vão à busca de emprego, tendo apoio dos que já se instalaram por lá na indicação das possibilidades de emprego e a disponibilidade de um local para ficar até se firmarem. Em Campina Grande, Patos, São Mamede e outras cidades circunvizinhas, também se encontram pessoas originária do Talhado; a ida para essas cidades é gerada por fatores de diversas ordens, pelo que podemos obter de informações em conversas esporádicas, há casos em que a esposa vai ao encontro do marido, que saiu do Talhado fugindo da seca, ou ainda, casos em que se foi trabalhar como agricultor em terras, chácaras e sítios desses municípios.

Neste ponto, podemos destacar um aspecto presente no processo migratório, vivenciado pelos moradores do Talhado. Em um universo no qual a terra é o instrumento de trabalho, muitos migram em busca de terra, onde se possa trabalhar. Assim, de acordo com essa lógica, é comum ouvir relatos de épocas em que se trabalhava “de alugado” ou como “morador” em sítios vizinhos.

As categorias “de alugado” e “morador” são utilizadas pelas pessoas do Talhado para destacar relações específicas de trabalho, isto é, a condição de “morador” implica em trabalhar e morar na terra alheia, o que configura uma relação de maior dependência ao dono da terra, pois essa relação costuma ser estabelecida da seguinte forma: o “morador” mora na propriedade no patrão e em troca realiza todos os trabalhos no roçado do patrão, para assim, ter direito de colocar e trabalhar no seu próprio roçado. Já o trabalho “alugado” consiste na realização de serviços específicos em detrimento a um pagamento, ou seja, realizam-se tarefas como preparar a terra para o plantio, semear ou fazer a colheita em troca de uma quantia em dinheiro, não dependendo que o dono da terra que conceda um lugar para morar.

Por exemplo, seu Benjamim trabalhou como “morador” em terras do sítio Tanque<sup>59</sup> antes mesmo de se casar, e após seu casamento com Dona Débora passou mais cinco anos nessa condição.

Atualmente, sair do Talhado se apresenta como algo tão constante que alguns já projetam a possibilidade de também migrar.

A opinião do meu esposo é assim: ele disse que enquanto o pai dele e mãe dele tiver vivo por aqui, ele não sai, mas se os velhos morrer antes dele, ele disse que não fica. [...] Os filhos dizem todos a mesma coisa, se os velhos desaparecerem, pronto, fechou o Talhado de cadeado, os que moram lá não voltam pra cá, os daqui vão embora.

---

<sup>59</sup> Sítio localizado próximo ao Talhado, ver mapa V.

(Anália, residente no Talhado – entrevista realizada no ano de 2006 pelos Antroponautas<sup>60</sup>)

Em resposta a crescente saída das pessoas do Talhado, Anália teme que o mesmo venha a se converter num deserto.

Contudo, um fato dentro das questões e análises que permeiam o processo migratório vivenciado pela comunidade do Talhado é o que pode ser classificado enquanto êxodo rural, ou ainda migração interna campo-cidade, ou seja, um movimento de saída da zona rural em direção ao meio urbano. O processo de saída do Talhado que ocorre em direção a área urbana de Santa Luzia, vem atualmente gerando repercussão entre a população do Talhado e entre os santa-luzienses. Os bairros de São José, São Sebastião, Nossa Senhora de Fátima e Frei Damião comportam a grande maioria da população que deixou o Talhado e veio estabelecer-se no perímetro urbano. Este movimento para fora do Talhado em direção à área urbana de Santa Luzia se intensifica nos anos 1980, de modo que se estima uma população de mil pessoas do Talhado residindo nos bairros da cidade.

Santos (1998) após analisar as vantagens e desvantagens em se deixar a terra do Talhado em direção à cidade, nota que “o povo do Talhado está cada vez mais vulnerável a engrossar a periferia de Santa Luzia, num processo de favelização quase inevitável”, e conclui que, “a situação tanto para quem continua no Talhado como para quem está na cidade, se equivalem. Em nenhum desses locais se vive bem, ir para a cidade significa tentar uma melhor condição de vida.” (SANTOS, 1998, 77 e 79).

Santos, ainda observa que os motivos que leva as pessoas do Talhado a optarem por morar na periferia da cidade de Santa Luzia é o fato de que na periferia os preços de casas para moradia são mais baratos. (SANTOS, 1998, p. 82).

Sair do lugar de origem e aventurar-se em outras localidades é um movimento que se dá primeiro, pelas razões que leva alguém a migrar, e segundo, que consiste na resposta da pergunta: para onde ir?

Segundo alguns dos autores que trabalharam com o tema, e num tema tão vasto, devemos considerar no processo de migração que o migrante não migra para qualquer lugar, isto é, no movimento migratório não ocorre devido a uma escolha exclusivamente individual, existem combinações de fatores que

---

<sup>60</sup> Grupo de cinco estudantes de Ciências Sociais da UFCG, bolsistas do PET-Antropologia, que em 2006 começam a realizar pesquisa na cidade de Santa Luzia e que espírituosamente foi denominado por Luiz Rivadávia de “Antroponautas”. (Aluska Martins, Enilson Ferreira, Eulália Bezerra, Jordânia Souza e Luiz Rivadávia)



ligam o lugar de origem com o lugar de destino. Sobre essa ideia encontram-se as teorias das redes sociais que argumenta que são a partir das redes sociais criadas no lugar de destino que influencia na ida e na permanência do migrante. (Blanco, 2000).

E assim, em muitos casos é possível perceber no lugar de destino a reprodução dos laços de solidariedade existentes e vivenciados no lugar de origem.

Em referência as questões relativas ao processo de estabelecimento de pessoas do Talhado nos bairros de Santa-luzienses, Santos (1998) utiliza o termo reterritorialização para especificar o fato de que a população que saindo do Talhado e passando a residir em bairros da cidade de Santa Luzia, sempre procura o mesmo lugar; na época de sua pesquisa destaca os bairros São José e São Sebastião como sendo os locais mais procurados.

Nesse sentido, vemos que a reterritorialização implica na busca de residência na mesma área. Esta seria uma forma de proteger as famílias que em grupo se sentem mais seguras. A moradia próxima proporciona a mesma solidariedade que o grupo certamente tinha na zona rural, talvez aumenta pela proximidade entre as moradias, o que não acontecia na zona rural por ficarem espalhados em sítios. (Santos, 1998, p. 117)

E mais, de certa forma os grupos formados na cidade a partir da egressão da Serra do Talhado, reproduzem na área urbana as relações fundadas antes no universo rural.

Sendo o lócus de pesquisa o Bairro São Sebastião, pretendemos descrever o grupo que residindo atualmente nesse bairro se pensam como pertencentes ao Talhado.

As pessoas que “desceram” do Talhado e “subiram” o Monte de São Sebastião<sup>61</sup> para instalarem residência, o fez em decorrência de situações e de fatores diversos.

Com o objetivo de ilustrar alguns motivos, situações e percursos que resultaram na saída do Talhado e a fixação de residência no bairro São Sebastião, descreveremos alguns exemplos.

Dona Marina, estando com 96 anos, conta que após seu casamento com Antonio Nascimento, também do Talhado, passam a trabalhar em sítios da região sob a condição de morador, na qual, eles moravam e trabalhavam na

---

<sup>61</sup> Termos usados para identificar os movimentos que representam a saída do Talhado (descida da Serra) e instalação de moradia no bairro São Sebastião, sendo localizado em um monte (subida do Monte).

terra do patrão, assim como apresentamos acima. Em busca de melhores condições, dirigiram-se para zona urbana de Santa Luzia, onde se encontrava ocupações, nos serviços como pedreiro e alguns trabalhos de alugado, mas só com a garantia da aposentadoria é que se conseguiu uma nova e melhor condição de vida. Contudo, Dona Marina, já viúva, veio morar no Monte, porque, devido a uma chuva, a casa em que morava no bairro São José caiu, diante desta situação, Dona Marina passou a residir em casas de amigos e parentes até que um político da cidade ofereceu uma casa no bairro São Sebastião para sua neta, Maria Caldas. Após a construção e doação, hoje, residem na referida casa Dona Marina, Maria Caldas e seus dois filhos.

Seu Carlos e Dona Ângela contam que quando vierem morar no Bairro São Sebastião, logo que saíram do Talhado devido à seca e falta de trabalho, venderam uns animais que possuíam e compraram de um amigo uma casa de taipa dividida em três cômodos – sala, quarto e cozinha; o casal fala que a casa era tão baixa que até hoje não entendem como o filho mais velho (e alto) entrava e ficava dentro da casa. Atualmente, Seu Carlos e Ângela moram em uma casa construída pelo poder público, com Claudia a caçula dos oito filhos que tiveram.

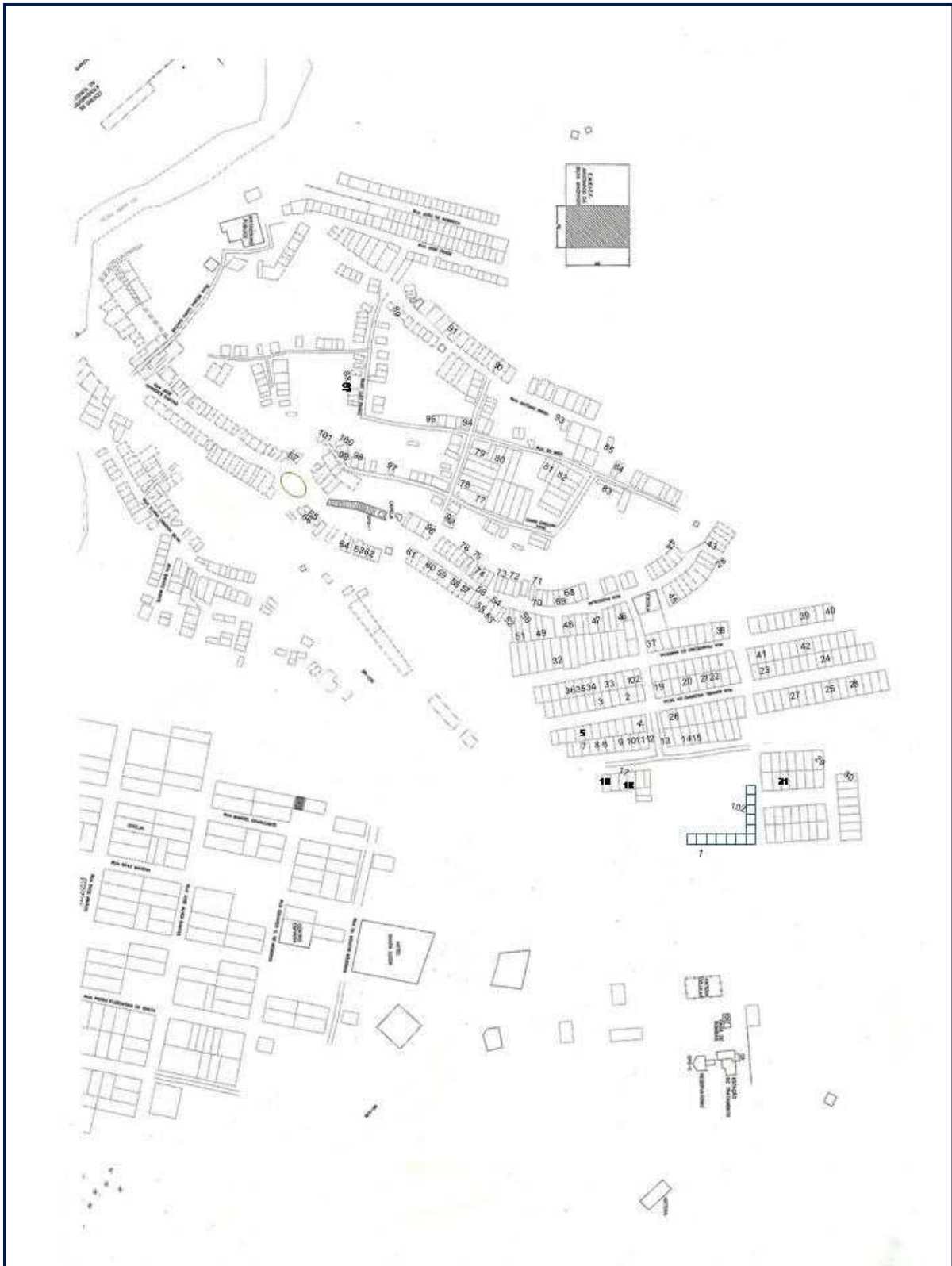
Outra situação é a de Esmeralda, irmã de Dona Ângela. Esmeralda ao sair do Talhado, possuía e morava em uma casa de pau-a-pique construída na “beira da pista” – (BR 230) –, depois, por meio das ações de políticos da região, Esmeralda conseguiu uma casa, no bairro São Sebastião, onde reside atualmente. Esmeralda convive diariamente com as consequências da migração, pois seus três filhos estão fora de Santa Luzia. Até pouco tempo Esmeralda morava com duas netas, mas uma das meninas foi para o Goiás, onde a mãe está morando.

Diante das diversas histórias ouvidas entres nossos informantes, entendemos que o grupo de pessoas que atualmente reside no bairro São Sebastião se formou a partir tanto do processo de migração quanto do êxodo rural em direção à área urbana de Santa Luzia; alguns vieram direto do Talhado, outros vieram de lugares pra onde tinham migrado anteriormente, e assim, no São Sebastião novas famílias foram sendo constituídas e um conjunto de pessoas que se reconhecem e são reconhecidos como do Talhado estão compartilhando o espaço desse bairro com outros grupos.

Até onde pude observar a grande maioria dos moradores do bairro São Sebastião, que se reconhecem como do Talhado, residem em casas provenientes de campanhas públicas, construídas com cinco cômodos – sala, dois quartos, banheiro e cozinha –, ou nos chamados embriões, que também são casas populares só que com três cômodos – sala, banheiro e cozinha –, ou ainda em casas de taipa; foi possível perceber que a aquisição da casa própria

ocorreu para alguns através de doação feita pelo poder público, outros por meio da compra, mas há ainda aqueles que pagam aluguel.

Durante a pesquisa, eram comuns os comentários que afirmavam que o São Sebastião era o bairro que comportava o maior número de pessoas do Talhado; Entre os santa-luzienses e os originários da Pitombeira, identifiquei no bairro São Sebastião 102 (cem) núcleos residenciais de pessoas que se pensam e são reconhecidos como pertencentes ao Talhado.



Croqui I: Núcleos Residenciais de Pessoas do Talhado

1. Felipa
2. André
3. Dido
4. Elvira
5. Nicanor
6. Nicete
7. Camila
8. Marina Nascimento
9. Duda
10. Pedro
11. Jandira
12. Núbia
13. Alberto
14. Lídia
15. Sonia
16. Ângela
17. Ilza
18. Roberto
19. Solange
20. Lurdes
21. Beatriz
22. Aparecida (alugada com Francisca)
23. Claudionor
24. Lívio
25. Juvêncio (casado com Corrinha)
26. Nilda (Goiás)
27. Bruna
28. Tereza
29. Damião Gomes
30. Esmeralda
31. Heleno
32. Luiz
33. Damásia
34. Cícera
35. Domícia
36. Ester
37. Nina
38. Fabiana
39. Antônia
40. Rogério
41. Tânia
42. Expedito
43. João Matos
44. Severina
45. Franceline
46. Enrique
47. Leocádia
48. Evaristo
49. Rui Manuel
50. Marcone
51. Agnaldo
52. Dijalma
53. Januária
54. Ederaldo
55. Maria de Fátima
56. Rosário
57. Izabel
58. Bernadete
59. Ione
60. Salomé
61. Albanita
62. Maria das Graças
63. Marluce
64. Maria Inês
65. Miguel
66. Cordélia
67. Linalda
68. Luzinete
69. Josélia
70. Ednalva
71. Vânia
72. Agerson
73. Juliana
74. Fábria
75. Hortêncio
76. Melina
77. Carolina
78. Lucinete
79. Orneide
80. Sérgio
81. Magnólia
82. Severino
83. Edgar
84. Demerval
85. Rejane
86. Bituca
87. Mateus Gomes
88. Afonso
89. Mauricea
90. Rosemere
91. Virginia
92. Naldete
93. Romero
94. José Everaldo
95. Edjane
96. Amanda
97. Rute
98. Silmara
99. Esmeraldina
100. Aparecida
101. Capitulina
102. Silvana

Este desenho da disposição das pessoas que se pensam do Talhado no bairro São Sebastião sofre constantes modificações, seja por um divórcio, por um novo casamento, pela viagem ou pela vinda alguém. Além disso, há situações em que alguns se mobilizam em arranjar alternativas para os parentes que estão sem casa.

Estando no bairro São Sebastião, esse grupo que se pensa como pertencente ao Talhado começa a partilhar dos estigmas pertencentes ao bairro, isto é, a falta de prestígio de ser do Talhado é agora associada a falta de prestígio do bairro onde se pode morar.

Como o grupo pesquisado se formou, inicialmente, devido a processos sociais que impulsionou a saída da Serra do Talhado, analisamos que dentre nossos informantes, os motivos expressos nos discursos daqueles que saíram do Talhado é basicamente a irregularidade das chuvas – que não permite a garantia da colheita –, o problema de transporte – decorrente do difícil acesso, o que dificulta a locomoção em casos de doenças –, a busca por trabalho visto que a escassez de terra no Talhado impede o trabalho na agricultura, e assim, a constante esperança da melhoria de vida na cidade.

Em entrevista a mim concedida, seu Carlos explana sobre os diversos caminhos por ele percorridos em busca de trabalho que garantisse a sobrevivência de sua família.

Eu trabalhei na agricultura até 84, trabalhei até 84, aí de lá pra cá eu só trabalhei uns tempos em Goiás, João Pessoa, São Paulo eu fui não deu certo com três dias eu vim me bora, aí depois de lá fiquei trabalhando em Pombal, Coremas (...) em Coremas fizemos um posto (...) aí terminemos viemos embora, aí de lá pra cá viemos pra Pombal, aí de Pombal eu fiquei aqui trabalhando aqui, aí não sair pra canto nenhum mais não, fiquei aqui mesmo. (Carlos, entrevista concedida no dia 29 de maio de 2010)

A busca por emprego que lhe garantisse o sustento da família fez com que seu Carlos migrasse, por exemplo, para Goiás, São Paulo e Pombal (PB); sua filha, Fernanda, contou que ele estava querendo ir para o Goiás porque o trabalho na pedreira estava ficando muito pesado e se acontecesse de em algum dia ele não pudesse trabalhar também não recebia. Porém, sair de Santa Luzia para centros urbanos desenvolvidos poderia prejudicar sua aposentadoria no futuro, pois muitos já voltam para se aposentar como agricultor. Esta foi a situação que encontrei em uma das minhas estadias em Santa Luzia; ao retornar encontro seu Carlos empregado com carteira assinada em uma das cerâmicas da região, o que fez com que desistisse da ideia de retornar ao Goiás.

Entendemos que, mesmo que as terras do Talhado tenha sido insuficiente para a manutenção de todos os seus herdeiros, nesse mundo onde a terra é um bem precioso, esse grupo possui a sua terra. A Serra do Talhado é um lugar para onde se pode voltar, para onde se pode recorrer na busca da aposentadoria como agricultor, pois de qualquer maneira a venda entre herdeiros permite que a posse da terra permaneça dentro grupo.

Assim como no Talhado, o grupo vindo do Talhado e residindo no bairro São Sebastião compartilham histórias de vida e desenvolvem práticas que preservam a unidade, como também, buscam mecanismos para manutenção e reprodução social do grupo.

Retomando a análise, podemos classificar o trabalho, ou melhor, a busca por trabalho, juntamente com a escassez de terra que resulta na falta de trabalho, como fatores que produz e agrava o êxodo do Talhado. No entanto, a falta de instrução e o baixo grau de escolarização ocasionam na ocupação em postos de empregos com baixa remuneração, muitas vezes no mercado informal, o que resulta na perda dos direitos trabalhistas garantidos no mercado formal, como salário mínimo, décimo terceiro, férias e aposentadoria. Desta forma, os trabalhos disponíveis encontrados fora do Talhado, pelo menos os que pude computar, são os oferecidos nas pedreiras e cerâmicas, algumas ocupações no comércio da cidade como em frigoríficos e mercadinhos, como serventes na construção civil, ou ainda os que possuem moto, podem “rodar na praça” de moto-taxi.

Esses serviços são classificados de ocupações masculinas, e outra característica desse universo é de que cabe ao homem ser o provedor do lar; no mundo do trabalho compartilham a máxima popular de que “*o trabalho dignifica o homem*”, de modo que o homem que muito trabalha é um homem digno, bom, quanto mais pesado for à ocupação de um homem mais esse é classificado enquanto um sujeito trabalhador.

Durante a pesquisa, em diversos momentos, as conversas seguiam o rumo da explanação sobre as formas e a importância do trabalho; estando eu diariamente entre as esposas e entre os próprios homens que trabalham ou na pedreira ou na cerâmica, em meio a uma conversa descontraída, perguntei se não tinha uma vaguinha para mim lá na pedreira ou na cerâmica, todos foram categóricos: “aquilo não é trabalho para mulher, mulher não aguenta”; então questionei: quer dizer que não tem mulher trabalhando lá? E a resposta foi, “tem, mas trabalhando no escritório, com os papéis, mas no trabalho duro não.”

Claro que as mulheres também trabalham e ajudam na manutenção da casa, porém, não sendo a pedreira nem a cerâmica um serviço adequado para o sexo feminino, as mulheres se ocupam com os afazeres de suas próprias

casas, podendo trabalhar como domésticas em casa de família, como vendedoras em lojas, ou seguindo a tradição do Talhado no fabrico de louça de barro.

Encontra-se morando no bairro São Sebastião mulheres que possuem a arte de fabricar louça de barro, e algumas delas trabalham no Galpão das Louceiras, localizado no bairro São José, produzindo peças de barro para serem comercializadas. A fabricação da louça é feita de forma manual, seguindo a técnica tradicional<sup>62</sup> que aprenderam com suas mães e avós.

Em sua pesquisa Cavalcanti (1975) apresenta o fabrico da louça de barro como um mecanismo de impedimento da migração, pois nos períodos de seca, a venda da louça mantinha o sustento da família. Com isso, demonstra, naquela época, “a importância da mulher para o estabelecimento e continuidade do grupo.” (CAVALCANTI, 1975, 30). Atualmente o fabrico da louça continua sendo um elemento importante para a sobrevivência de algumas mulheres e suas famílias no ambiente da cidade.

Em contraponto, ao serviço artesanal das mulheres do Talhado, existem homens do Talhado que tocam sanfona e/ou zabumba e/ou triângulo, instrumentos típicos dos trios de forró.

Essas duas artes além de serem mecanismos de obtenção de renda são também elementos que caracterizam as pessoas do Talhado, isto é, tanto a louça quando os músicos são caracteres utilizados para se falar e se pensar sobre a comunidade do Talhado.

Como a descida da serra está associada à busca por melhoria de vida, é propício apresentar como é a vida, do grupo pesquisado, no Monte de São Sebastião.

A vida no Monte de São Sebastião segue um ritmo rotineiro; por volta das primeiras cinco horas do dia, as mulheres estão preparando o café da manhã para seus maridos e filhos, após a refeição os primeiros vão trabalhar nas cerâmicas, pedreiras ou como funcionários de mercadinhos e frigoríficos, ou ainda como moto-taxi, e os segundos dependendo da idade ou vão também para o trabalho ou para escola, ou seja, os homens adultos seguem para seus empregos enquanto as crianças são enviadas para a escola, que pode ser a escola primária localizada no próprio bairro ou escolas em outros bairros. Desse modo, durante a semana pouco são os homens vistos pelas ruas do

---

<sup>62</sup> A descrição do processo de fabricação de uma peça de barro pode ser encontrada no Prólogo da Louça no final deste capítulo.



bairro, os mesmo só retornam para casa na hora do almoço e depois na hora da janta.

Acompanhando o cotidiano; na casa de Fernanda as coisas ocorrem com uma pequena diferença, pela manhã, logo cedo, seu marido, Miguel, prepara o café, toma-o e vai para o serviço na cerâmica; Fernanda após acordar toma conta da casa e de sua filha de três anos.

Pois bem, após a saída dos homens, as mulheres fazem os afazeres domésticos: varrem, ajeitam a casa, lavam louça e roupa e preparam o almoço. Chegada à hora de almoço, os homens vem para casa almoçam e depois retornam para a segunda jornada de trabalho. O mesmo acontece com as crianças que retornam da escola, almoçam e em seguida vão para o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Marcos, que trabalha em um frigorífico (localizado na Avenida José Américo), segue a rotina descrita acima, acorda, faz a primeira refeição do dia e segue para seu serviço no centro de Santa Luzia, de meio dia vem para o almoço e em seguida retorna ao frigorífico onde fica até as 17 horas; ele conta que nos dias de corte do boi a movimentação é maior e o trabalho também.

A rotina diária infantil pode ser percebida na descrição das atividades de Lúcia e Sabrina – netas de Esmeralda, respectivamente de 8 e 9 anos. Após acordarem e tomarem o café da manhã, se arrumam e seguem para escola, retornando da mesma para o almoço, por volta das 12 horas, em seguida seguem para o PETI; nas vezes em que estou na casa de dona Ângela ou de Fernanda as vejo passando em direção ao ponto que denominaram de “bujão” – próximo a BR 230 – onde esperam o ônibus que as levam ao prédio onde funciona o PETI.

Ao escrever sobre a hora do almoço, logo, faz-se menção aos alimentos que compõe essa refeição, ou seja, no almoço o prato terá arroz, feijão, farinha, em algumas ocasiões macarrão e o que é denomina de ‘mistura’ – em especial a carne; quando a mistura é tripa frita ou ovo se diz que o almoço está fraco e há os dias em que se “come sem mistura”. Já a primeira refeição do dia é composta por café com pão ou bolacha e no jantar come-se o que sobrou do almoço ou prepara-se um alimento semelhante ao café da manhã ou uma sopa.

Seguindo as horas do dia; de tardinha por volta das 16 horas há uma movimentação, principalmente, de mulheres e crianças que se arrumam para irem ao sopão – distribuição de sopa. Fui uma vez com Fernanda, Dona Ângela, Corrinha, Lina, Sabrina, Silvia e Denise passamos por algumas ruas do bairro até chegarmos a um refeitório, bastante espaçoso, com mesas e

cadeiras plásticas distribuídas no salão, onde ocorre à entrega da sopa, ao chegarmos encontramos uma fila considerável, evidente que existem os “fura filas”, e fizemos exatamente isso – furamos a fila – sentei junto a uma mesa com as crianças, Lina, Silvia, Denise e Sabrina enquanto isso, Fernanda, Corrinha e também Sabrina se dirigiam ao balcão de entrega e trouxeram as sopas. Retornamos do sopão e fiquei conversando um pouco na frente da casa de Fernanda.

Finalizando o dia; junto com o pôr do sol os homens retornam do trabalho para suas casas, tomam banho, jantam, assistem TV ou escutam som, para em seguida dormir e assim descasar para o dia seguinte.

À noite, após o jantar, alguns jovens vão para escola, sendo estudantes do segundo grau têm-se que descer o Monte, atravessar a pista e ir para escolas localizadas em outros bairros.

O cotidiano das mulheres que conseguem sua renda mensal no fabrico da louça de barro segue outro ritmo: logo de manhã cedo elas saem de suas casas e vão para o bairro São José onde se localiza o Galpão das Louceiras, e passam todo o dia confeccionando as peças de barros, só retornam para casa de tardinha por volta das 17 horas, de modo que o almoço é refeição feita no próprio Galpão.

No sábado e domingo a rotina é outra, pelo menos para homens e crianças, pois nesses dias não há trabalho nem escola, o que proporciona, em alguns casos, a saída dos homens adultos de casa para beber e o trânsito de crianças brincando pelas ruas do bairro.

Outra característica do final de semana é que aos sábados ocorre a feira na cidade de Santa Luzia e é nesse dia que os mantimentos da casa são comprados, porém, essa tarefa é feita quinzenalmente ou semanalmente, isso se dar porque a maioria recebe o pagamento por semana ou de quinze em quinze dias. Já aos domingos é celebrada quinzenalmente na Capela de São Sebastião uma missa que tem início às 6 horas. No bairro também ocorre a realização dos Cultos Evangélicos.

Porém, não encontramos entre nossos informantes uma participação frequente nessas manifestações religiosas.

No aspecto da religiosidade, muitas são as crenças populares que permeiam o imaginário dessa população, como por exemplo, a crença em rezadores, no livro de São Cipriano e em pessoas que possuem capacidades sobre-humanas.

Tanto é assim, que as mulheres mais velhas convencem suas filhas e noras a levarem as crianças para serem rezadas pelos que possuem o dom de rezar. Frequentemente dona Ângela encaminha sua neta Lina para que um rezador reze na menina contra mau-olhado, ou quando um neto está doente, mesmo recorrendo à medicina, ela não dispensa a visita a um rezador; segundo dona Ângela a reza tem poder e só faz o bem.

Morando no Monte São Sebastião encontramos seu João Matos, conhecido pela fama de competente rezador. Em conversa com João Matos, ele descreve os bens e dificuldades que o seu dom lhe proporciona; conta que rezou e em seguida o “nódulo no seio da esposa de um sobrinho sumiu”; que sua reza já resolveu problemas de saúde, de briga, de casamento e de roubo; também nos informa que aprendeu a “ler rezando a Deus”; acrescenta que “todas as noites vê as coisas, mas não pode contar o que sabe, que já foi perseguindo por Caim e já esteve de frente com o diabo”.

Essas histórias que o próprio João Matos me contou são reproduzidas por aqueles que o conhece. Fala-se também sobre Bizoca – filha de Zé Bento, uma senhora que tinha “o poder de sair na chuva e não se molhar”.

Ainda em relação à prática religiosa podemos dizer que a maioria se declara católico, porém a observação nos fez perceber a pouca participação nos ritos católicos. Fato esse que pode vim a se modificar, pois há iniciativas de agentes religiosos da Igreja Católica em agregar essa população; atuam, por exemplo, na preparação de crianças para o sacramento da Primeira Comunhão, como também na celebração de novenas em homenagem aos santos ou em comemoração a alguma data especial, como aniversários.

Sobre a presença de religiões protestantes, há no Monte edificações de Templos Evangélicos, alguns dos moradores professam tal fé, porém, não procurei problematizar essa questão.

Mas, há participação nas festas religiosas de São Sebastião e de Santa Luzia, principalmente nos dias de procissão. A festa de São Sebastião é composta pelas noites das novenas e pela parte profana; na primeira celebração a imagem do Santo é levada até a Igreja Matriz onde são realizadas as novenas; no dia 20 de janeiro em procissão, pelas principais ruas da cidade, a imagem retorna a Capela de São Sebastião. E a noite a festa profana é regrada ao som do forró. Devido à reforma da Igreja Matriz, em 2011 as novenas foram celebradas e a procissão saiu da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

A festa de Santa Luzia, padroeira da cidade, segue a mesma lógica, a parte religiosa consiste na celebração das novenas e a parte profana acontece

depois das novenas, sob a animação de bandas de forró; como é de costume nas festas de padroeiras, a cidade fica repleta com brinquedos de parques de diversão e barracas vendendo comidas, bebidas, bijuterias, etc.

Outra festa religiosa é a dedicada a Nossa Senhora Rosário, porém a participação das pessoas do Talhado é ínfima.

Outro aspecto da religiosidade encontra-se no Centro Espírita, localizado no bairro Antônio Bento de Moraes de Santa Luzia. Muitos são os comentários de pessoas que frequenta ou já frequentaram o Centro, e dizem que o casal responsável pelo Centro trabalham bem. O referido Centro pratica ações de caridades. Além de administrarem o asilo “A Casa de Lazaro” distribuem pequenas cestas básicas. Certa vez estávamos na varanda da casa de Esmeralda, eu, Antônio Cândido, Sabrina, Lúcia e Esmeralda quando um carro parou em frente, a janela de vidro foi baixando e o responsável do Centro de dentro do carro cumprimenta a todos com um olá e pediu para alguém pegar umas sacolas que ele trazia, Esmeralda agradeceu e ele foi embora. Esmeralda também me havia narrado que na época em que ela estava doente e ainda não era aposentada, o responsável do Centro a ajudava com medicamentos e alimentos, e de vez em quando ia a sua casa para lhe dar o “passe”; Passe?! – questionei – e Esmeralda respondeu: Sim, fazendo um movimento levando as mãos até a cabeça. Tanto Esmeralda quanto Dona Ângela comenta que já frequentaram o Centro Espírita; contudo durante o tempo em que estive com elas não vi nenhuma participação efetiva a tal Centro.

Como foi escrito anteriormente, algumas ações estão sendo postas em prática com o objetivo de trazer os fiéis para a prática religiosa do catolicismo; para tanto agentes religiosos da igreja Nossa Senhora do Rosário organizam encontros de oração durante os sábados e convidam as mulheres do São Sebastião para participarem. De acordo com o discurso das agentes religiosas esses encontros objetivam a construção de um grupo de mulheres (negras) permanente que se reúnem semanalmente, porém a participação das mulheres do São Sebastião é esporádica, apenas nos dias que foram convidadas, não constituindo enquanto uma rotina, como estava programada.

Talvez os afazeres e as ocupações diárias sacrifiquem algumas práticas religiosas, de modo que esta se manifesta nas orações, rezas, cumprimento de promessas, na evocação de nomes sagrados, nas imagens de santos expostos nas casas ou ainda na procuradora dos serviços de um rezador, no medo de macumba, ou na participação esporádica em algum evento religioso, como cultos e celebrações.

Práticas recorrentes, entre os descendentes do Talhado com quem convivi, são os empréstimos bancários feitos pelos aposentados e as compras no crediário, tanto nas lojas da cidade quanto aos vendedores ambulantes, que levam suas mercadorias em carrinhos de ferro empurrados pela mão, oferecendo-as de casa em casa; entre os produtos vendidos tem-se lençol, capa para sofá, copos, panelas, cadeiras, tapetes, dentre outros. As compras feitas aos vendedores ambulantes ocorrem da seguinte maneira: os clientes olham os produtos ofertados e caso adquiram algum, tem-se a opção do pagamento dividido em parcelas, de modo que a cada mês, no dia determinado, o vendedor retorna a casa para receber a quantia referente à parcela do mês até, que todo o valor da compra seja pago; por muitas vezes presenciei a chegada desses vendedores tanto no momento da oferta de seus produtos para vender, quanto para receber o pagamento de alguma parcela.

Por fazer referência as compras; o poder aquisitivo do grupo está relacionado às formas de trabalho mencionadas anteriormente, porém outra fonte de renda decorre das políticas públicas, como a Bolsa Família e o ProJovem<sup>63</sup>, com a quantia recebida desses programas muitas mulheres adquirem o poder de compra. Um dia Fernanda, toda entusiasmada, me mostrou uma sandália que havia comprado para sua filha, Lina, e disse: “Foi 60 reais, caro né?! Mas, eu pago com o que eu recebo do ProJovem”.

Parte da rotina descrita é seguida tanto pelo grupo que se reconhece do Talhado quanto pelos demais grupos que habitam o bairro São Sebastião. Sendo assim, se todos compartilham mais ou menos a mesma rotina, se compartilham o mesmo ambiente, a mesma língua e os mesmos hábitos culturais, o que diferencia um grupo do outro?

A discussão a seguir objetiva responder essa questão, demonstrando como as distinções são constituídas e apresentando os elementos que fazem com que as pessoas do Talhado se reconheçam e sejam reconhecidas pelos outros como pertencente a um grupo específico.

### **3.3. Um grupo étnico descendente do Talhado**

Como descrito, mediante processo de migração e do êxodo, muitos moradores do Talhado saíram de seu lugar de origem, em meios a esses processos, atualmente, muitos se encontram na zona urbana de Santa Luzia, passando a residir em bairros da periferia desta cidade, dentre eles, São José, Frei Damião, Nossa Senhora de Fátima e São Sebastião – o Monte.

---

<sup>63</sup> Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

Embora esses movimentos de egressão impliquem no distanciar-se de um lugar para instalar-se em ambiente estrangeiro, tais movimentos não resultam necessariamente na desagregação definitiva, pois os que saíram do Talhado continuam a manter redes de relações sociais que se estendem entre o lugar de origem e o de destino.

A pesquisa realizada entre os moradores do Monte nos confirma o enunciado acima, pois as categorias utilizadas por nossos informantes na sua autodefinição estão atreladas ao Talhado – isto é, ao lugar de origem.

No bairro São Sebastião, tem-se famílias que vieram do Talhado, outras que já se constituíram nesse bairro e outras que cresceram e se reorganizaram. Assim, no percurso da pesquisa detectei um contingente de pessoas que mesmo nunca tendo morado ou ido ao Talhado, ou ainda que o tenha visitado esporadicamente, compartilham uma sentimento de pertença com este lugar.

Fernanda, a sétima, dos oitos filhos que o casal, seu Carlos e Dona Ângela, teve, nasceu em Santa Luzia, quando de seus pais já haviam saído do Talhado e se instalado na cidade, e seu contato com o Talhado se restringe a poucas visitas, como por exemplo, como ela mesma conta, no dia da entrega da Certidão de Auto-Reconhecimento. Da mesma forma, acontece com Claudia, a caçula do casal, que foi ao Talhado uma única vez, ainda criança; ou seus irmãos que vieram crianças e também mantiveram relação restrita com o espaço físico do Talhado.

Em uma de nossas conversas (por mim direcionada), perguntei a Fernanda se ela era do Talhado, a resposta veio de imediato: não, porque eu não nasci lá, agora eu sou **descendente do Talhado**, porque meu pai e minha mãe nasceram lá e viveram por muito tempo lá. O termo “*descendente do Talhado*”, proferido por Fernanda em nossa conversa, não mais saiu de minhas reflexões e agora passo a utilizá-lo para categorizar esse grupo que se formou no bairro São Sebastião.

Minha informante ao associar a ideia de ser de um lugar com o fato de ter nascido neste lugar, passa a explicar sua ligação com o Talhado a partir dos laços de parentesco, assim, mesmo não tendo nascido nem morado no Talhado, Fernanda possui um elo com este lugar através dos seus pais, elo esse que é enunciado ao se auto-definir enquanto descendente do Talhado.

Desse modo, mesmo os que não nasceram no Talhado se pensam enquanto descendente do Talhado, já que seus pais e avós nasceram e viveram no Talhado.

A conversa com Fernanda foi de grande valia para mim, porque as observações realizadas, as conversas e entrevistas, mim fizeram enxergar que uma parcela dos moradores do Monte se via e eram vistos de maneira distinta, essa parcela se reconhecia e eram reconhecidos como do Talhado, ou na expressão mais corriqueiras como ‘negros do Talhado’. Contudo, como endossar um termo que caracterize um grupo constituído fora do Talhado como sendo do Talhado? A expressão ‘descendente do Talhado’, enunciado por minha informante, permite definir o grupo que se formou no Monte a partir das pessoas vindas do Talhado. Grupo esse que foi se constituindo pelos que desciam a serra, pelos que vinham de outros bairros, pelos que retornavam de outras cidades e Estados, como também devido aos nascimentos e casamentos.

O ambiente díspar, os arranjos urbanos e a proximidade com grupos distintos, obrigam aos do Talhado a se organizar e a estabelecer relações, de modo a se adaptar a rotina e ao universo da cidade, até então alheio ao mundo rural, vivenciado no Talhado. Contudo, esse grupo que se formou no Monte não perdeu nem desfez os elos com o Talhado, pelo contrário são esses elos que permite a definição de seu lugar nesse novo ambiente.

Sendo assim, entendo que essa parcela de moradores do Monte forma um grupo étnico descendente do Talhado. Então, estarei fazendo uso da terminologia “descendentes do Talhado” de modo a conglomerar nessa categoria a população que residindo no bairro São Sebastião compartilham um sentimento de pertencimento com a Serra do Talhado.

Como definiria Weber em “Relações comunitárias étnicas” (1922), um grupo étnico é identificado “em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes” ou “em virtude de lembranças de colonização e migração”, nutrindo a crença de que há entre seus membros uma origem comum. (WEBER, 2004, p. 270). O sentimento de pertencer a um grupo é o elemento que permite o desenvolvimento das relações comunitárias, e assim, possibilita a construção da identidade étnica.

De acordo com as observações de campo, percebemos que a identidade étnica dessa comunidade é construída com base nos laços de parentesco, isto significa que para esse grupo é do Talhado àquele que compartilha a ancestralidade de Zé Bento e Cecília.

O bairro São Sebastião congrega moradores provenientes do Talhado, da Pitombeira e de outros sítios, além dos da própria sede urbana; assim, em meio a essa multiplicidade populacional, como reconhecer e caracterizar àqueles que denominamos de descendentes do Talhado? Quais os elementos utilizados para distinguir os descendentes do Talhado dos demais grupos?

Tais questões são respondidas através dos laços de parentesco que liga esse grupo a uma família extensa constituída na Serra do Talhado.

Nos relatos e nas relações sociais de nossos informantes eles conseguem distinguir quem é e quem não é do Talhado. Mas, se questionarmos: quem é do Talhado? Ou, como você sabe quem é do Talhado? As respostas se apresentam como algo já estabelecido, como se algo realmente os diferenciasses: - Eu sei, eu conheço o jeito de quem é do Talhado, é diferente, o jeito de falar, de andar, tudo é diferente.

Mesmo que não seja enunciado de forma sistemática, os moradores do bairro São Sebastião que se reconhecem e são reconhecidos como do Talhado fazem parte de uma linha de descendência, ou seja, de uma mesma linhagem.

Nesse caso, podemos elencar os laços de parentesco que se mantém aliados ao lugar de origem – a Serra do Talhado – como sendo os elementos que apontam os moradores do Monte enquanto descendentes do Talhado.

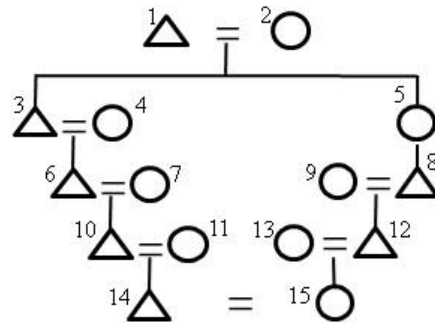
Vale então, demonstrar como esses elementos são acionados e como especificamente funcionam.

Dona Marina ao se referir as pessoas do Talhado sempre usa a expressão “de um tacho só”, isto é, as “pessoas do Talhado são de uma mesma panela”, de uma mesma família.

Zé Bento o progenitor dessa família, casou-se com Cecília e teve 13 filhos, nove mulheres e quatro homens. Ao visualizar o digrama de parentesco dos descendentes do Talhado, percebemos o porquê da expressão “é tudo de um tacho só”; Os filhos de Zé Bento e Cecília, que temos informações, casaram com pessoas vindas principalmente do Brejo; a geração seguinte, composta pelos netos de Zé Bento, casou entre si, ou seja, ocorre uma predominância de casamentos entre primos; nas gerações seguintes, constituídas de bisnetos, trinotos, tataranetos, quinto e sexto netos, o casamento dentro do grupo tornou-se regra.

No decorrer da pesquisa de campo, todos, que no bairro São Sebastião, foram identificados como sendo do Talhado possuem um laço de parentesco com um dos filhos de Zé Bento e Cecília. Para exemplificar essas argumentações, o diagrama abaixo demonstra a ascendência de duas pessoas até chegar a um dos filhos do casal Zé Bento e Cecília; o mesmo pode ser feito com todos aqueles que estão inseridos na categoria “descendente do Talhado”.





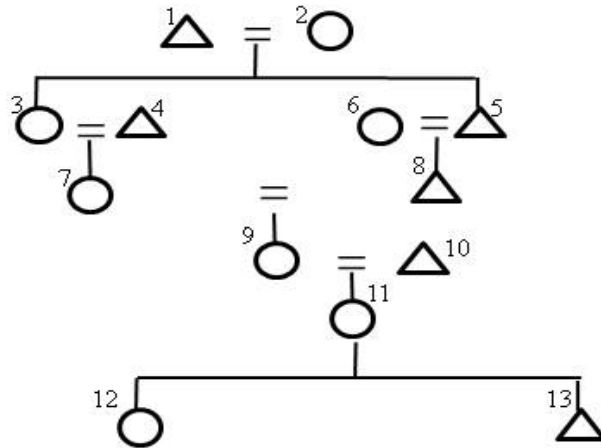
- |  |   |
|--|---|
| 1. José Bento Carneiro (Zé Bento)                | 9. Josefa M <sup>a</sup> da Conceição (Zefa Bizoco) |
| 2. Cecília Maria da Conceição                    | 10. Paulino Carneiro                                |
| 3. Manoel Saturnino                              | 11. Adelina Camila da Conceição                     |
| 4. Maria José                                    | 12. Emanuel   |
| 5. Joaquina M <sup>a</sup> da Conceição (Bizoco) | 13. Regina  |
| 6. Manoel Saturnino Carneiro (Zé Tambor)         | 14. Carlos  |
| 7. Maria Baubina (M <sup>a</sup> Tambor)         | 15. Dona Ângela                                     |
| 8. Sebastião Bizoco                              |   |

Diagrama II: Descendentes de Zé Bento

É recorrente a afirmativa de que todos pertencem a uma mesma família, e a regra de casamento dentro do grupo resulta no aumento dessa família e em combinações de grau de parentesco, isto é, uma mulher pode ser prima de sua sobrinha. Então, verifica-se uma dificuldade em descrever a real ligação entre parentes, pois como nomear a prima de uma bisavó. Essas dificuldades são sanadas com a utilização de termos privilegiados: tios/tias e primos/primas. Então, acontece que os mais velhos são tios e todos que são parentes são reconhecidos como primos.

Durante uma visita ao Bairro São Sebastião junto com Célia, fui até a casa de Dona Marina, e ela perguntou quem era a menina que estava comigo, chamei Célia e as duas começaram a discorrer sobre de quem Célia era filha, neta e bisneta, na hora de irmos embora Célia diz “Tchau Dona Marina”, esta por sua vez foi categórica: “Dona Marina não, ‘tia Marina”.

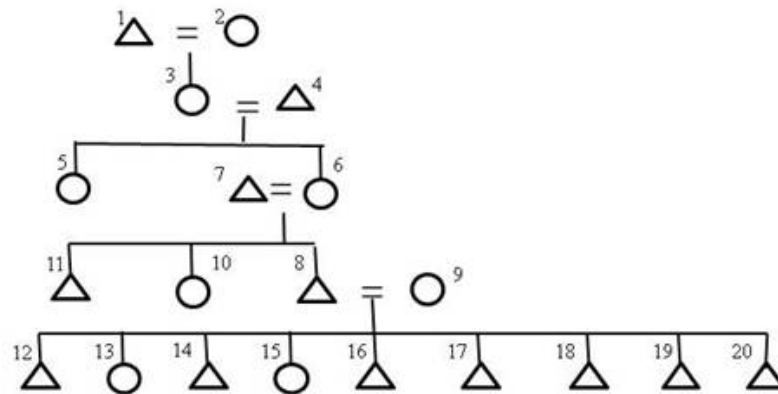
Já que nos referimos a Dona Marina, no diagrama abaixo, podemos verificar os seus laços de parentesco com o fundador do Talhado.



- |                                   |                           |
|-----------------------------------|---------------------------|
| 1. José Bento Carneiro (Zé Bento) | 8. Antonio Nascimento     |
| 2. Cecília Maria da Conceição     | 9. Maria                  |
| 3. Antonia Maria da Conceição     | 10. Nome não identificado |
| 4. Manuel Augusto                 | 11. Maria Caldas          |
| 5. Joaquina Bento de Maria        | 12. Demenor               |
| 6. Joana Maria                    | 13. Demenor               |
| 7. Dona Marina                    |                           |

Diagrama III: Ascendência e descendentes de Dona Marina

Depois do diagrama refere à ascendência e descendência de Dona Marina, apresentaremos o diagrama de Damião Gomes residente do bairro São Sebastião.



- |                                      |                    |
|--------------------------------------|--------------------|
| 1. José Bento Carneiro (Zé Bento)    | 11. Augusto        |
| 2. Cecília Maria da Conceição        | 12. Mateus Gomes   |
| 3. Antonia Maria da Conceição        | 13. Madalena Gomes |
| 4. Manuel Augusto                    | 14. Felipe Gomes   |
| 5. Marina Nascimento                 | 15. Ester Gomes    |
| 6. Josefa Antonia Maria da Conceição | 16. Estáquio Gomes |
| 7. Antônio Caboco (de fora)          | 17. Lucas Gomes    |
| 8. Damião Gomes                      | 18. Pero Gomes     |
| 9. Izabel                            | 19. Gabriel Gomes  |
| 10. Sofia                            | 20. José Gomes     |

Diagrama IV: Ascendência e descendentes de Damião Gomes

Com base no diagrama acima, a pesquisa de campo nos mostrou que além de Damião Gomes seus irmãos também residem no bairro São Sebastião. Da mesma forma, os filhos do casal Damião Gomes e Izabel, também residem no bairro com suas respectivas famílias. Outro exemplo semelhante pode ser encontrado por meio do diagrama II, pois os filhos do casal Carlos e Ângela constituíram suas famílias e continuam residindo no bairro São Sebastião.

Mesmo que atualmente, descrever as ligações de parentesco entre os descendentes de Zé Bento seja uma tarefa complicada e minuciosa, o “se pensar da mesma família” é um elemento aglutinador e importante na autodefinição do grupo. O reconhecimento enquanto primos e tios é a demonstração do reconhecer o outro como membro do grupo, e assim, pertencente à família.

Até aqui demonstramos o que significa descender de Zé Bento e pertencer a uma mesma família, porém estamos diante de 151 anos depois da chegada de Zé Bento ao Talhado e uma média de sete gerações, algo tão distante que a figura de Zé Bento se apaga da realidade dos mais novos. E a cada geração, se torna mais difícil uma descrição fidedigna em que um descendente consiga descrever toda sua acedência até chegar a Zé Bento.

Desse modo, a lembrança do fundador da comunidade está presente e é mantida na ideia de que todos são de uma família só, descende de um negro que chegou com sua esposa e Habitou a Serra o Talhado, o Zé Bento.

Tanto é assim, que os argumentos utilização na composição da autodefinição não implicam na descrição de como se descende de Zé Bento, mas na afirmação de que: - eu sou do Talhado, eu sou negro do Talhado. Isto ocorre, primeiro, como já exposto, pela dificuldade em descrever essa descendência, segundo, pelo processo de positivação do termo “negro do Talhado”, e terceiro, porque como vimos no primeiro capítulo, Zé Bento é reconhecido como o primeiro morador da Serra do Talhado e fundador da comunidade, então ser descendente de Zé Bento é ter a origem atrelada às terras do Talhado. Dessa forma, a Serra do Talhado é utilizada em termos de sentido simbólico.

Diante do apresentado, entendemos o porquê dos descendentes do Talhado que mora no bairro São Sebastião não se pensarem como pertencentes a essa localidade, pois, suas raízes estão na Serra do Talhado.

Poríamos pensar que talvez com o tempo e nas gerações futuras as ligações com o Talhado se diluam, porém como foi aqui argumentado, para ser do Talhado não é necessário ter nascido ou morado lá, o importante é acreditar na descendência que garante o pertencimento ao lugar de origem. Assim, pertencer ao Talhado passa pelo idioma do parentesco, e desse modo, é as relações de parentesco que renovam a crença no lugar de origem.

Demonstramos dois elementos que definem o pertencimento ao Talhado. Pois bem, ser do Talhado significa pertencer a um lugar – a Serra do Talhado – e mais, significa pertencer a uma família que tem como ancestral o casal, Zé Bento e Cecília. E assim, mesmo os que saem da Serra do Talhado para residirem em outras localidades, continuam compartilhando os laços de parentesco e a crença na origem comum.

Desse modo, a partir dos laços de parentescos e da crença no pertencimento ao Talhado caracterizamos o grupo pesquisado, formado no bairro São Sebastião, enquanto um grupo étnico descendente da Serra do Talhado.

Até aqui buscamos apresentar os elementos que caracterizam uma dada população como um grupo étnico, ou seja, o que faz com que os descendentes do Talhado se pensem e se sintam pertencentes a um grupo ao mesmo tempo em que exclui a presença de outras pessoas nesse grupo.

Tomando como parâmetro teórico a leitura que realizamos de Weber, e a partir desta, classificamos o grupo pesquisado enquanto um grupo étnico.

E, então, prosseguindo com a bibliografia a respeito dos grupos étnicos, entramos na discussão realizada por Fredrik Barth, em “Os grupos étnicos e suas fronteiras” (1969/2000). Fredrik Barth alerta para a importância de se entender “que apesar das categorias étnicas levarem em conta diferenças culturais, não podemos pressupor qualquer relação de correspondência simples entre as unidades étnicas e as semelhanças e diferenças culturais. As características a serem efetivamente levadas em conta não correspondem ao somatório das diferenças ‘objetivas’; são apenas aquelas que os próprios atores consideram significativas.” (BARTH, 1960/2000, p. 32)

Ou seja, diante do arsenal cultural, as características elencadas por um grupo para demarcar as fronteiras e para demonstrar as diferenças entre os de dentro e os de fora passa por aquilo que eles consideram importante e não necessariamente pelas diferenças efetivas; o mesmo ocorre com as características que os externos ao grupo elencam para especificá-lo.

No capítulo seguinte (IV), demonstraremos os elementos que demarcam as fronteiras étnicas entre os que se reconhecem e são reconhecidos como ‘negros do talhado’, entre os que se auto-definem ‘da pitombeira’ e os classificados como sendo ‘da cidade’.

Aqui, nos limitaremos a expor que independente do bairro onde se reside, seja o São José, o Frei Damião, o Nossa Senhora de Fátima ou o São Sebastião, as formas de se pensar como do Talhado são as mesmas, os elementos de ligação e as fronteiras étnicas também são iguais. Isso nos leva a pensar que os limites geográficos não modificam o se reconhecer do Talhado, por isso, mesmo tendo delimitado como área de pesquisa ao bairro de São

Sebastião, mantivemos contado com os moradores de outros bairros, reconhecidos como pertencentes ao Talhado, o que foi de grande importância para o entendimento de algumas questões.

Assim, sempre que se remete ao grupo do Talhado a representação de “beberrões e bagunceiros” é contraposta com a percepção de que o Talhado é o berço de duas tradições: a música e a cerâmica.

Considerado enquanto um povo festivo, a Serra do Talhado é marcada pelas festas produzidas em comemoração aos casamentos, aniversários ou a convite do dono da casa; como descreve Cavalcanti (1975):

Aos sábados e domingos, quase sempre, há bailes na casa de alguns deles, estes têm início às 18 horas do sábado, por exemplo, e prolongam-se até às 6 horas do domingo. Homens, mulheres e crianças participam. Para as danças, há um conjunto de sanfona, pandeiro e triângulo, além do zabumba, formado por elementos do grupo. (CAVALCANTI, 1975, p. 27)

No grupo se destaca a presença de tocadores de sanfona, zabumba, triângulo e cantores do tradicional ‘fórró pé de serra’.

Nóbrega, com base em uma entrevista com descreve a origem da tradição musical dos tocadores de fórró no Talhado e como está foi sendo passada de pai para filho. Descreve que o primeiro tocador de sanfona foi Zé Viado que veio e se casou com uma mulher do Talhado, e com ele alguns homens aprenderam a tocar o instrumento, e hoje o Talhado possui exímios sanfoneiros.

Em reportagem<sup>64</sup>, o jornalista Clécio S. Ferreira (1981) comenta sobre os aspectos culturais da Serra do Talhado.

O “esquecimento” cultural parece ser uma marca daquele grupo. Linduarte Noronha aponta a cerâmica utilitária como única expressão típica da criação local, mas a considera mais produto do que propriamente uma manifestação artística.

Entre os resultados das pesquisas que ali desenvolveu esse estudioso, destaca-se a constatação de que aquele povo não herdou uma cultura. Quase nada lhe restou da influência africana – afirma. “A música que eles cantavam na época em que estava lá – e talvez hoje ainda seja a mesma coisa – era Luiz Gonzaga, essas coisas; era música comercial.” (FERREIRA, 1981, 38-39)

---

<sup>64</sup> FERREIRA, Clécio S. A Cultura da Serra do Talhado. Revista Cultura (Ano X). Brasília: MEC, jul./set. 1981,

É compreensivo se buscar em grupos como do Talhado uma representação da África, porém destacar relações com o mundo afro implica em persistir no estigma que ainda recai em tais grupos, é preciso evitar, de modo enfático, essa ligação. Pois, a formação do grupo descendente do Talhado no Monte São Sebastião está diretamente ligada com a cultura brasileira, são perceptíveis os aspectos da cultura nordestina e paraibana.

Em contra ponto as ideias expressas no trecho acima, os estudiosos como Santos (1998), Nóbrega (2007), Souza (2008) e Almeida (2010), apresentam a habilidade musical dos do Talhado como uma característica dessa população.

Na cidade de Santa Luzia alguns são os comentários sobre os músicos do Talhado e das festas por eles animadas. Ou seja, a fama de exímios sanfoneiros é uma característica que os grupos externos ao Talhado utilizam para pensar essa comunidade.

Diante da relação de amizade construída durante os cinco anos em que ainda a Santa Luzia são constantes, fazer o trabalho de campo consiste em visitar algumas casas, o que de certa forma nos foi útil, pois acabamos por percorrer não apenas o cenário do bairro São Sebastião, mas também outros bairros que abrigam pessoas do Talhado. Durante uma visita a casa de Dona Débora, no bairro São José, ocorreu a seguinte situação: acompanhei Dona Débora até o depósito onde ela guarda as peças de cerâmica que serão vendidas, enquanto ela e seu Benjamim acomodavam as peças, Romeu – filho do casal – chega acompanhado de um rapaz e diz: - oi Eulália! Você sabe quem é ele? Está o reconhecendo? (era perceptível o orgulho em sua fala). Eu estando mal informada falei que não. A resposta de Romeu foi instantânea: É o vocalista “Dos Três do Nordeste”<sup>65</sup>. Era evidente que eu deveria saber disso, então, para ao tornar a situação mais constrangedora fiz expressão de surpresa – Ah! É mesmo.

Esta circunstância demonstra que a habilidade musical não é uma marca apreciada apenas pelo de fora, mas também destacada pelo próprio grupo.

Além “Dos Três do Nordeste”, muitos são os trios de forró formados por músicos do Talhado, como por exemplo, “O Trio Aruanda”.

---

<sup>65</sup>Tendo elencado o parentesco como um fator definidor dos de dentro e de fora, esclarecemos que o vocalista “Dos Três do Nordeste” é descendente de Paulino José e Maria Conceição que era filha de José Bento e Cecília.

Durante o período junino esses trios animam as noites da cidade de Santa Luzia, seja na programação oficial da prefeitura ou nos bailes promovidos por donos de estabelecimentos comerciais, em bailes privados, comemorações de escolas ou confraternizações de entidades.

Na época dos festejos juninos os descendentes do Talhado partilham a rotina da cidade e do bairro. As crianças que estudam nas escolas participam dos ensaios e apresentações de quadrilhas; entre os adultos e jovens as conversas se concentram na programação das festas, sobre as bandas contratadas para os clubes e festejos públicos.

Nesta época, durante uma visita a casa de seu Carlos, nosso anfitrião estava envolvido com a formação de um trio de forró com o qual ia tocar nos bailes; perguntei sobre a formação do trio e qual o instrumento que ele tocava; daí ele respondeu que tocava na zabumba, pois mesmo o pai dele sabendo tocar fole ele não chegou a aprender, mas que tinha muitas pessoas do Talhado que tocava sanfona.

Mais uma vez estive em uma situação em que as próprias pessoas do Talhado destacam a habilidade musical dos seus iguais.

É importante destacar que esta é uma habilidade que se constitui enquanto uma atividade masculina.

Por outro turno, os artefatos de argila cozida confeccionados pelas mulheres do Talhado é outra característica que permeia as representações sobre o Talhado.

Sobre as representações acerca da cerâmica, dos Santos em um texto experimental sobre a tradição do fabrico de cerâmica entre as mulheres do Talhado, expressa que para os turistas e visitantes, a cerâmica é uma arte – símbolo cultural – peças de decoração, mas para as louceiras as peças que produzem são utensílios domésticos ou mercadorias. (SANTOS, 2010, p. 6)

Também sobre a cerâmica Ferreira (1981) escreve que,

Para o comunicador social Osvaldo Trigueiro, o que se pode identificar como elemento afro no Talhado é realmente a cerâmica, que apresenta formas geométricas idênticas as encontradas em algumas regiões africanas, como Ganda. (FERREIRA, 1981, 38-39)

Como acertadamente demonstrada em Santos (2010), as representações produzidas pelos de fora consistem na identificação dos elementos artísticos; que evidentemente não deixam de existir. De modo que



os trabalhos acadêmicos – como documentários produzidos como requisito para conclusão do curso de comunicação – apontam para os caracteres artísticos das louceiras, as suas mãos hábeis.

Porém, sendo as mulheres as únicas com o ofício de fabricar a louça de barro, estas possuem suas próprias representações acerca de sua habilidade. Em conversas com as louceiras concluiu-se que o discurso interno consiste na dificuldade que é sobreviver da louça.

Aliado a essa constatação, as louceiras também possui um discurso elaborado para os veículos externos. A presidente da Associação das Louceiras, em reportagem para produção de um documentário, fala da necessidade de se preservar a cultura do fabrico da cerâmica.

Eu não pretendo deixar de fazer louça não, porque é uma terapia, é muito bom e jamais eu vou deixar a cultura morrer, porque se deixar..., se agente trabalha deixa a nossa cultura do nosso antepassado morrer, vai ficar cada vez mais pior; nasci bem dizer dentro de uma panela de barro e acho que vou morrer dentro de um panela de barro meu cachão vai ser de barro, porque eu gosto demais do barro. (...In: FONSECA. & DIAS. 2007)

Este é um discurso produzido para os veículos alheios a comunidade, de modo a valorizar as características de um grupo que sempre foi discriminado e pela primeira vez ver suas especificidades serem constantemente apreciados por estudiosos e jornalistas.

Da mesma forma que a música, a cerâmica é um elemento pelo qual a população do Talhado é pensada e se pensa.

Sempre que se fala sobre o Talhado a música e a cerâmica são exaltados pelos discursos de fora como símbolos cultural e artístico do Talhado. Procuramos mostrar que a música e a cerâmica são características utilizadas pelo grupo para demarcar um aspecto próprio, diferenciador e específico. De modo que, mesmo os que não são dotados dessas artes destacam aqueles que as possuem; e, assim, muitos falam: - eu não sei tocar sanfona nem fazer louça, mas meu pai ou minha avó sabia, ou alguém que é do Talhado sabe.

Assim, o grupo descendente do Talhado que reside no bairro São Sebastião compartilha essas percepções acerca da música e da cerâmica, bem como se utiliza desses elementos para se referirem sobre as especificidades de artistas que o Talhado produz.

Vale, então, ressaltar que sempre que se estuda um grupo classificado enquanto afro-descendente, como é o caso aqui pesquisado, um elemento marcante diz respeito à religião, ou melhor, a religião afro-descendente. Como descrito anteriormente, entre os descendentes do Talhado não se encontra a presença da prática ou devoção a essas religiões. A esse respeito surgem alguns comentários sobre alguém que já participou ou visitou um terreiro de candomblé, fala-se também sobre o fato de se conhecer uma mãe de santo, porém nenhuma prática atual pode ser observada. A descrição feita sobre o aspecto religioso dos descendentes do Talhado nos mostra que o grupo compartilha a religiosidade com os demais grupos.

É importante direcionar a atenção para os elementos religiosos para tornar claro que os mecanismos aferidores da identidade coletiva dos descendentes do Talhado não são cancelados pela ausência de religiões de matriz africana e pela presença de praticantes das religiões de origem cristã.

As reflexões feitas até o momento me fez perceber alguns dos elementos que compõem a atual situação da população descendente do Talhado que vive no bairro São Sebastião em Santa Luzia. Assim, como Fredrik Barth (2000 [1963]) ao analisar a organização do sistema tribal apresentou o que faz um Pathan viver e se pensar como diferente de um Baluchi; vimos que vivendo em semi-isolamento no alto da Serra do Talhado (como mostrou Cavalcante, 1970), ou mesmo quando passaram a vivenciar relações sociais mais próximas, os “negros do Talhado” são vistos e sem veem como pertencentes a “outra tribo”. Desta forma, de acordo com minhas observações, os descendentes do Talhado, que moram no Monte, são vistos e carregam todas as ideias que permeia a população do Talhado, o que faz deles um grupo étnico descendente do grupo étnico que a mítica da Serra do Talhado formou. Porém, esse grupo étnico agora se pensa também enquanto um grupo de direito, e assume uma nova posição política, para ações em específicos: a busca pela instauração de seus direitos enquanto descendentes de comunidades de quilombos.

## **Fabricando no barro a vida**

As histórias sobre a arte de fabricar objetos de barro confundem-se com a história da Serra do Talhado e a constante procura por parte de sua população por meios de sobrevivência.

No documentário “Aruanda” (1960), Linduarte Noronha classifica a produção de utensílios de barro como uma “indústria primitiva”, “onde a mulher é a única operária”, a confecção e a comercialização dos objetos de argila era a alternativa de sobrevivência da população do Talhado em épocas de seca, quando a agricultura se torna insuficiente.

A partir da regra de residência uxorilocal, Cavalcanti destaca que a mulher é retida dentro do grupo, o que garante a produção e reprodução social da comunidade. A propriedade da terra aliada à produção da cerâmica são os mecanismos que possibilitam a continuidade do grupo. (CAVALCANTI, 1975)

Dispondo de ferramentas metodológicas diferentes, Noronha e Cavalcanti, apresentam a Serra do Talhado da década de 60 e 70.

Ou seja, nos anos da pesquisa de Noronha e de Cavalcanti a produção da louça era realizada na própria Serra; as mulheres, com o ofício de fabricar a louça de barro, passavam toda a semana na confecção das peças, para no sábado descerem a serra em direção a feira da cidade de Santa Luzia, onde as peças eram vendidas. O transporte da louça da serra até a cidade era feito por jumentos. Cavalcanti (1975, p. 48) acrescenta que a louça poderia ser vendida a um intermediário, comerciantes de Santa Luzia ou de Patos que comprava toda a produção para revender as peças com uma margem de lucro de cem por cento.

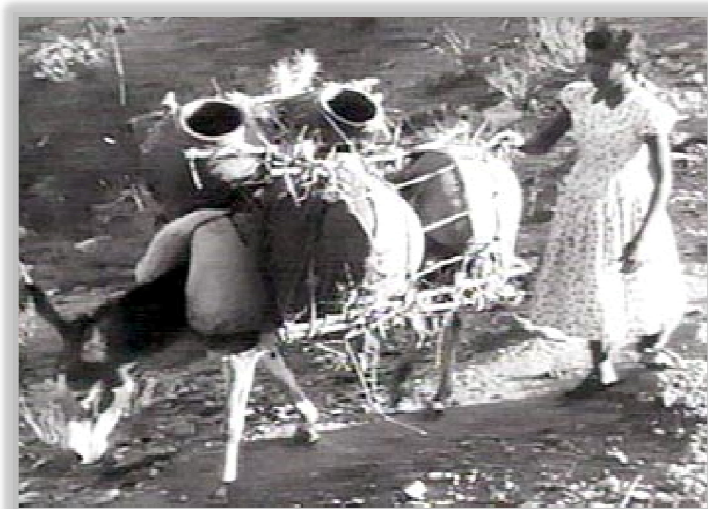


FIGURA VI: Descendo a Serra do Talhado com a Louça  
<http://oglobo.globo.com/blogs/docblog/posts/2007/03/23/aruanda-a-paraiba-de-linduarte-51983.asp>

Muitas histórias são narradas por louceiras sobre as andanças com destino a Santa Luzia e cidades vizinhas para vender a louça e sobre as vindas de volta ao Talhado; sobre as longas caminhadas durante madrugadas e noites pelas estradas que dão acesso ao Talhado e das privações sofridas nesses percursos.

Nos anos posteriores a 1980, quando se intensificou a saída do Talhado para zona urbana de Santa Luzia, muitas famílias, inclusive as famílias das louceiras, deixam a Serra e passam a residir em bairros periféricos de Santa Luzia.

Seja na Serra ou na cidade, a fabricação de utensílios de barro é um mecanismo para completar a renda da família. Dona Neusa, atualmente a louceira mais experiente, conta que quando saiu do Talhado para morar em Santa Luzia, no bairro São José, trouxe na mudança a matéria prima de seu ofício – o barro.

Como ocorria no Talhado, na cidade a louça é produzida nas próprias residências das louceiras; devido a grande maioria dos que vieram para Santa Luzia terem se instalado primeiro no bairro São José, um forno para queimar a louça foi construindo nas proximidades desse bairro.

Célia conta que quando criança os dias em que a louça era queimada era uma diversão, pois as crianças ajudavam, transportando a louça da casa de Dona Neusa até o forno, e mais tarde faziam o trajeto contrário, trazendo a louça queimada do forno até a casa de Neusa, onde seria guardada.

Atualmente as louceiras dispõem de um lugar apropriado para a fabricação da louça, conhecido como o “Galpão”, este foi construído nas proximidades do antigo forno, no bairro São José, e nele as mulheres louceiras exercem seu ofício. O Galpão serve também como sede da “Associação de Louceiras Negras do Quilombo Urbano da Serra do Talhado”.

Para que uma peça de cerâmica fique pronta faz-se necessário a realização de vinte e um procedimentos. O processo de confecção da cerâmica é o seguinte: (1º) ocorre a extração do barro e o (2º) transporte do mesmo para o galpão; (3º) o barro é pisado com pedaço de madeira, (4º) peneirado, (5º) molhado e (6º) amassado; em seguida, (7º) inicia-se a modelagem, é feito um bolo de barro com o qual se começa a modelar a peça, retirando o barro do centro para as bordas, (8º) deixa descansar; o próximo passo (9º) é realizado com um facão a raspagem, que consiste na retirada do excesso de barro; para alisar a peça (10º) passa-se uma faca de pau e (11º) um pedaço de pires; (12º) depois com o auxílio de faquinha as bordas são aparadas; (13º) um pedaço de couro ou borracha de sandália é passado para ajeitar as bordas; (14º) a peça é colocada para secar e em seguida (15º) retira-se o pé, isto é, o excesso de barro localizado no fundo da peça é removido com uma faca; (16º) o acabamento é feito com a faca de pau e depois (17º) a peça é alisada com uma pedra; (18º) mais uma vez é preciso esperar a peça secar; depois de secas, as peças são levadas para o forno, onde serão queimadas; (19º) colocam-se as peças dentro do forno e as cobrem com pedaços de louças quebradas; (20º) para queimar é necessário controlar a quantidade de fogo, inicia-se com o fogo de gravetos, para esquentar o forno aos poucos, e depois, faz-se aumentar o fogo colocando um volume maior de lenha; por fim, (21º) as peças são retiradas do forno e colocadas para esfriar; estando prontas para a comercialização.

As peças comumente produzidas são panelas, pratos, fogareiros, conjuntos para feijoada, potes, tigelas,oringas, cuscuzeira, oratório, chaleiras, jarros para planta, frigideiras, miaeiro (cofrinho para guardar moedas), travessa; e atualmente há quem produza peças decorativas, quando estas são encomendadas.

Com a concentração da produção da louça no Galpão, a matéria prima – o barro – tem que ser transportada em caminhão, retirado de sítios da região e levados até o Galpão, onde é realizado os procedimentos para a confecção da cerâmica. Mesmo assim, com o dispêndio no transporte do barro, a atividade das louceiras na cidade torna-se mais fáceis, pois a fabricação e a comercialização das peças acontecem no próprio Galpão, sem a necessidade de deslocarem-se transportando as peças de uma feira a outra.

Sobre a comercialização das peças, uma lógica própria permeia a “Associação das Louceiras”; grande parte da louça produzida é vendida no atacado a um comerciante de Patos, este, encomenda as peças e no dia combinado vem buscar a mercadoria que será vendida no comércio de Patos. Porém as 20 louceiras que trabalham no Galpão vendem sua produção para Neusa e é ela quem repassa para o comerciante de Patos. Isso ocorre porque a relação estabelecida permite que quando as louceiras precisem de dinheiro e não possuem louça pra vender, Neusa antecipa o pagamento de uma compra, só depois as peças são produzidas e o empréstimo é pago. Sobre o aspecto financeiro, o rendimento é individual, isto é, cada louceira ganha de acordo com a sua produção.

Outra lógica interna consiste na habilidade e especificidade das louceiras. No tocante a habilidade, existe aquela louceira que fabrica as melhores peças, ou que é especialista na produção de uma dada peça. Um louceira experiente explica que as peças não são iguais, uma louça bem produzida depende da quantidade de barro utilizado e do capricho na moldagem e no acabamento da peça. No que se refere a especificidade, é incrível como cada louceira conhece sua peça e as peças produzida por outra louceira. Tanto é assim, que durante a queima da louça, acontece que as peças de uma única louceira não sejam suficientes para completar uma fornada, de modo que esta é completada com peças de outra louceira, isto significa, que peças de diferentes louceiras são colocadas juntas para serem queimadas, depois que o forno esfria e se começa a retirar as peças, todas sabem de quem é cada peça.

Diante dos meus olhos leigos, todas as peças são iguais, todas excepcionalmente bem confeccionadas.

Sobre isso, a seguinte frase demonstra a habilidade e especificidade de uma louceira: “pode colocar um fogareiro de Marta entre mil fogareiros que eu sei qual é o dela”.

Sendo uma atividade exclusivamente feminina, aprende-se a ser louceira com os ensinamentos de outra louceira. Desde Cecília, a primeira louceira do Talhado, que o ofício das louceiras vem passando de geração pra geração; mães que ensinam as filhas, sobrinhas e noras, e assim. O diagrama abaixo ilustra seis gerações de louceiras:

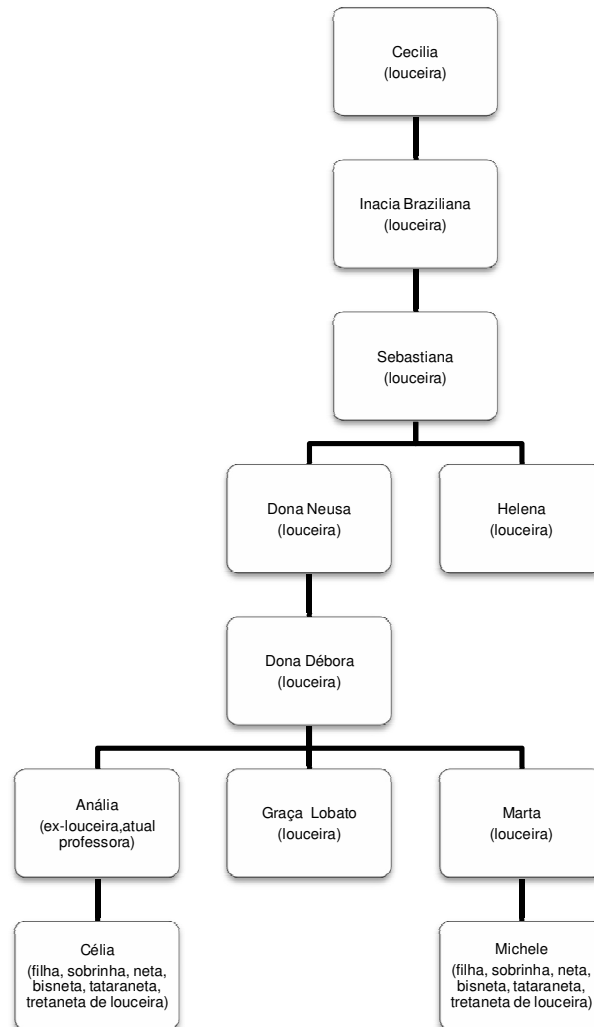


Diagrama V: Seis Gerações de Louceiras da Serra do Talhado

Em um texto, produzido dos Santos, ela demonstra a escassez de louceiras presente em sua geração, e escreve:

Eu apesar de ser Filha, Neta, Bisneta, Trineta, Tataraneta, Quinta e Sexta Neta de Louceiras, não sei fazer louça, pois não houve interesse de minha parte em aprender e nem tão pouco de minha avó, de minha mãe e tias em quererem me ensinar. Talvez essa arte um dia seja lembrada por todos de minha geração, em memórias. Talvez alguém de minha geração se interesse em aprender como fabricá-las. (SANTOS, 2010, p. 10)

Demonstra que durante muitos anos a produção de louça é a alternativa das mulheres do Talhado em busca de sobrevivência; Dona Débora, em muitas de nossas conversas sobre a produção da louça, argumenta que a única coisa que ela sabia fazer era a louça e foi isso que ensinou para as suas filhas.

A partir de conversas com as louceiras é possível elencar a necessidade e a falta de oportunidade como os fatores motivadores para que aprendessem a fazer louça e continuassem nessa produção; falam ainda sobre o quão é árduo o trabalho de fabricação de tais peças e da dedicação que as mesmas requerem, resultando em uma precária remuneração. Por isso, não desejam que suas filhas sejam louceiras, e temem que a falta de oportunidade as transforme também em louceiras, preferindo e estimulando que elas estudem.

O desejo de condições melhores para as filhas é confundido com desinteresse das artesãs em ensinar e das jovens em aprender, o que de alguma forma abre a possibilidade para que essa arte não se perpetue nas gerações seguintes.

Porém, não é por falta de aprendizagem que a tradição no fabrico de utensílios de barro das mulheres do Talhado vai acabar. O convívio e o trânsito pelo Galpão possibilitam o aprendizado. A constante presença de crianças brincando e mexendo com o barro, a ajuda disponibilizada na produção, em formar os bolos de barro para modelar as peças, em alisar e na queima, já torna o ambiente propício à aprendizagem; então, mesmo que no futuro essas crianças não venham a exercer o ofício, não significa que não conheçam e dominem a técnica.

Mesmo que o fabrico da louça de barro seja caracterizado pelas louceiras como uma atividade árdua, as mesmas valorizam seu ofício e dão “graças as Deus” por terem a arte de confeccionar cerâmica. Sendo na serra ou na área urbana, os artesanatos de argila têm uma grande importância para as mulheres do Talhado, pois em alguns casos garante a sobrevivência de muitas famílias. Essa valorização é expressa em uma frase dita e repetida por Dona Débora: “Feliz de quem tem uma arte, seja ela qual for: A minha é ser louceira”.



## **IV**

# **Emergência étnica e direito quilombola**

#### **4.1. A constituição de uma comunidade quilombola própria**

No decorrer dos últimos anos, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião veem enfatizando os elementos do parentesco que os ligam com a Comunidade de Serra do Talhado, e, por meio, ou melhor, respaldados neste argumento, estão reivindicando o reconhecimento da identidade quilombola e a emissão pela FCP da Certidão de Remanescente das Comunidades de Quilombo, como também os direitos a ela inerentes.

Para entendermos o enunciado acima é preciso ter em mente a seguinte descrição: A Serra do Talhado, ao ser certificada enquanto área quilombola passa a usufruir de políticas públicas destinadas a tais comunidades, o mesmo ocorre com a Comunidade Urbana de Serra do Talhado e com a Comunidade de Pitombeira. Porém, nem todos os que se pensam e são reconhecidos enquanto sendo do Talhado estão inseridos no cadastro das políticas destinadas aos quilombolas. Isso ocorre porque no momento da certificação da Serra do Talhado, muitas famílias já estavam morando na zona urbana de Santa Luzia, ou seja, fora da Serra do Talhado, fora da área quilombola. Com a certificação do quilombo urbano, outro número de famílias passou a ser beneficiário das políticas para quilombo. Mesmo assim, a certificação do São José como área quilombola não englobou todos aqueles que saíram do Talhado, de modo que muitos moradores do Monte que compartilham da descendência do Talhado não são oficialmente reconhecidos enquanto quilombolas, ou melhor, enquanto sujeitos de direito quilombola.

Como em uma sinopse; os moradores do bairro São Sebastião que se reconhecendo como descendentes, e, portanto pertencentes ao Talhado, querem também ser reconhecidos como sujeitos de direito específico, e para isso faz-se necessário serem reconhecidos enquanto quilombolas pelo poder público. Porém, estamos diante de uma área urbana, e até onde a história da escravidão no Brasil nos permite acompanhar, entende-se que as trajetórias dos quilombolas e as formações dos quilombos são realidades quase que exclusivamente do mundo rural. No entanto, como relacionar o referido bairro com os ainda denominados antigos quilombos?

A pesquisa de cunho antropológico, desenvolvida junto à população do Monte de São Sebastião, permitiu a articulação de elementos e circunstâncias que nos torna apto a responder como e quais as conjunturas que fizeram com que um grupo de moradores, de uma área urbana, o Monte, se identificasse como quilombolas, e passassem a almejar o reconhecimento público e jurídico dessa área como quilombo.

De acordo com os dados obtidos por meio da observação participante, e apresentados no capítulo anterior, averiguamos que a vinda de pessoas que desceram a Serra do Talhado e se instalaram no bairro São Sebastião, acabou por gerar um grupo no Monte, formado por pessoas que compartilham histórias de vida, que possuem laços de parentesco e que se pensam como originários da Serra do Talhado. Tendo em vista que a Serra do Talhado é reconhecida pelo poder público enquanto um quilombo, então, os que compartilham sua história também querem ser reconhecidos pelo Estado enquanto quilombolas; mesmo tendo saído da serra e estando, atualmente, morando na área urbana.

Mesmo estando cientes de sua condição, e sabendo da coerência de seus argumentos na fundamentação de sua identidade quilombola, a população do Monte não possui o conhecimento específico, ou seja, não possuem os conhecimentos jurídicos e burocráticos, de como proceder para requerer o registro no livro de cadastro geral da FCP e expedição de Certidão como Comunidade Remanescente de Quilombo. Desse modo, a atuação de mediadores, especificamente da AACADA e do ProPAC, é de grande importância, tanto para explicar como acontece as certificações como para orientar nos procedimentos necessário.

De modo geral, o artigo 68 da CF de 1988 conferiu direitos territoriais às comunidades quilombolas, mas a aplicação desse artigo constitucional está sujeitada ao decreto 4.887 de 2003 e a uma série de processos burocráticos instados em instituições públicas; além do mais, muitas comunidades quilombolas desconhecem sua condição e seus direitos, como também são alheias aos mecanismos jurídicos. Tendo os movimentos sociais, o movimento negro, as entidades religiosas e as ONGs o conhecimento e os manejos necessários, esses mediadores conseguem, com o consentimento da comunidade, iniciar o processo de certificação e fazer com que outras providências sejam tomadas na garantia dos direitos dos remanescentes de quilombo.

Diante deste cenário, podemos entender e explicar a situação dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião, pautando-nos na proposta de José Maurício Arruti (2006), que definindo um modelo descritivo das etnogêneses, objetiva se aproximar de um quadro de referência do *processo de formação quilombola*. Processo este quadripartido entre nomeação, identificação, reconhecimento e territorialização. (ARRUTI, 2006, p. 45).

Chamaremos de *processo de nomeação* o movimento de instituição de uma categoria jurídica ou administrativa que, englobando uma população heterogênea com base em determinadas características comuns, a institui como um sujeito de direitos e deveres coletivos e como um objeto de ação do Estado. (ARRUTI, 2006, p. 45)

Chamaremos de *processo de identificação* o movimento de passagem de desconhecimento à constatação por parte dos sujeitos sociais atingidos por um tipo de situação de desrespeito com caráter coletivo, instituindo, assim, tal coletividade como gente de pertencimento identitário e como sujeito de direitos, moralmente motivado para a mobilização contra tal desrespeito. (ARRUTI, 2006, p. 45)

Chamaremos de *processo de reconhecimento* o movimento de passagem de desconhecimento à constatação pública de uma situação de desrespeito que atinge uma determinada coletividade, do que decorre a admissão de tal coletividade como sujeito (políticos e de direito) na esfera pública e de tal desrespeito como algo que deve ser sanado ou reparado. (ARRUTI, 2006, p. 45)

Finalmente, chamaremos de *processo de territorialização* (e retomando as formulações de Pacheco de Oliveira), o movimento de reorganização social, política, ecológica e cultural de uma coletividade que está em processo de fixação e limitação espacial por meio da sua objetificação jurídico-administrativa (ARRUTI, 2006, p. 46)

Como o próprio Arruti esclarece: cada um dos quatro “processos encontra-se empiricamente imbricados aos outros, mas podem ser relativamente autonomizados para efeitos de análise.” (ARRUTI, 2006, p.45). Portanto, em respeito aos dados obtidos na pesquisa e ao objetivo desta dissertação, restringiremos nos esforços analíticos apenas em três dos processos de formação quilombola: o de nomeação, e de identificação e o de reconhecimento; reservando o processo de territorialização para outro momento mais oportuno. Especificamente, descrevemos os processos de identificação e de reconhecimento vivenciados no contexto dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião.

De acordo com a definição dos processos que compõem o *processo de formação quilombola* indicada por Arruti (2006), e tendo como referência a situação dos descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião, compartilhamos com a discussão realizada por Arruti sobre o *processo de nomeação*.

Nesse processo de nomeação, Arruti procura demonstrar como determinadas e atuais comunidades passaram a ser classificadas enquanto remanescentes de quilombo a partir de uma categoria jurídica.

Sendo assim, Arruti (2006) demonstra que a “categoria ‘remanescentes de quilombos’ é um exemplo privilegiado de como o poder simbólico de nomeação depositado no Estado pode, ao menos em partes, criar as próprias coisas nomeadas”, Contudo, a categoria ‘remanescentes de quilombos’ presente no artigo 68 do ADCT da CF/1988 e suas atuais conjunturas, “é um exemplo também de como tais criações, por estarem fundadas no campo

prático-discursivo do Direto, dependem de um universo de intérpretes que ultrapassa, em muito, o campo de ação do próprio Estado” (ARRUTI, 2006 p.121). Ou seja, o Estado nomeou e reuniu em uma categoria um conjunto de comunidades, e fez isso, classificando-as enquanto remanescentes de quilombo. Porém,

Se o reconhecimento das comunidades negras rurais como quilombolas deu significado a uma demanda pela pluralização dos diretos, sustentados na observação da diversidade histórica, étnica e cultural da população compreendida pelos limites territoriais do Estado brasileiro – uma subversão relativa das práticas divisórias inicialmente apontadas –, a necessidade de atrelar tal reconhecimento a um ato de nomeação do Estado, no entanto, levou também a converter aquela subversão inicial em um processo de fixação e cristalização de novas identidades – não só administrativas e legais, mas também políticas e étnicas. (ARRUTI, 2006 p.122)

Compete-nos, então, seguindo o modelo de Arruti (2006), descrever o processo de reconhecimento e de identificação vivenciados pelos descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião.

Diante das situações observadas, entre os descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião, foi possível perceber que os órgãos estatais competentes, ao nomear a Serra do Talhado e a Comunidade Urbana de Serra do Talhado enquanto remanescentes de quilombo, acabou por gerar algumas situações e a configurar um contexto no qual as questões e as disputas acerca da ideia de quilombo começaram a emergir entre os moradores do Monte, que denominamos de descendentes do Talhado.

Sendo assim, descreveremos como esse grupo, do bairro São Sebastião, que se reconhece enquanto ‘pertencente e/ou descendente da Serra do Talhado’ começam a se identificar com o discurso quilombola; ou seja, descreveremos o *processo de identificação* dos descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião.

O movimento de identificação dos descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião está diretamente atrelado ao processo de reconhecimento da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, pois foi com a certificação dessas duas comunidades que a população que se reconhece enquanto do Talhado começou a conhecer e a se familiarizar com a nova nomenclatura – quilombo e quilombolas. Pelas discussões apresentadas no capítulo II apreendemos que foi após a emissão das Certidões que se inicia o processo de identificação, ou seja, aos poucos é que se começa a entender e a fazer uso do discurso quilombola, tanto como uma forma de posituação da identidade de “ser do Talhado”, como enquanto uma forma de reconhecer e

demonstrar uma situação de desrespeito social; situação esta que deve ser reparada pelo poder público.

Em certa medida, o movimento do processo de identificação com as ideias de quilombo, foi vivenciado por todos aqueles que se reconhecem como pertencentes ao Talhado – ou, nos termos mais corriqueiros, por todos que se veem como sendo “negros do Talhado”.

O processo de reconhecimento da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado se efetivou devido à atuação dos mediadores, ou como dito anteriormente, daqueles que possuem um arsenal jurídico, com os quais se tornam eficientes na concretização de ações burocráticas.

Assim, a Certidão da Comunidade de Serra do Talhado foi emitida por meio da atuação de mediadores como o Movimento Negro Brasileiro, a FCP, o Pacto do Vale do Sabugy e os políticos de Santa Luzia, sendo que o requerimento enviado a PCP foi assinado pela então vereadora, Emília Ribeiro. Em entrevista concedida a nossa pesquisa, Emília Ribeiro conta que sua participação na militância em favor dos direitos da população negra de Santa Luzia se dar desde sua juventude, mas foi como legisladora, enquanto vereadora, e com a articulação com instituições e militantes da causa quilombola que ela conseguiu instaurar a discussão e solicitar a certificação da Serra do Talhado como comunidade remanescente de quilombo.

Na parte de legislação propriamente dita quando eu entrei no poder legislativo, eu já comecei a ir direto em busca do que podia subsidiar essa discussão, se existia alguma atribuição (...) legisladora trabalha geralmente com lei, então quando eu entrei na câmara eu já tinha o pensamento de poder fazer alguma coisa por eles, (...) eu não queria nada que não tivesse poder de lei, formal. O que eu queria na verdade era poder afirmar políticas públicas que tivesse realmente condição de trazer insumos para essa comunidade, de modo geral, pra que ela fosse (...) se potencializando. Aí foi quando eu comecei a ter contato com as instituições, com João Balula, com o Movimento Negro da Paraíba, com a Fundação Cultural Palmares, e a Fundação Cultural Palmares nos proporcionou, a mim, a (cita nomes de pessoas do Talhado), (...), tantos outros o deslocamento da gente daqui de Santa Luzia para outros quilombos em outros estados, pra gente poder ver e trazer de lá conhecimento pra cá pra Santa Luzia (...) eu diria que foi a minha vida de parlamentar que me motivou a conhecer a legislação, e a trajetória que a Fundação Cultural Palmares proporcionou aos quilombolas de Santa Luzia como a mim também como vereadora da causa a fazer esse deslocamento daqui para outros estados e vendo lá nos outros estados quilombos, a gente via em seminário, nas discussões, estudava muito, lendo passava noites debatendo nos grupos já mais organizados como o caso de Morro Alto no Rio Grande do Sul, (...), Serra da Barriga em Maceió, em Alagoas, tanto outros (...). Como legisladora eu fiz intercambio com as comunidades que foi nos dando, apoiando na... e a gente foi buscar quem já tinha construído lutas (...) e que se

assemelhava com a história de Santa Luzia (...) (Emília Ribeiro, entrevista concedida em 27 de maio de 2010)

Toda essa discussão com instituições e militantes culminou com a busca por parcerias para a discussão e para a orientação de como proceder na efetivação desse processo de reconhecimento.

E na câmara dos vereadores nós levantamos, fizemos um convite a Fundação Cultural Palmares, e junto com o SEBRAE nós iniciamos uma grande discussão sobre como fazer o processo de reconhecimento da Serra do Talhado aqui em Santa Luzia. (...) (Emília Ribeiro, entrevista concedida em 27 de maio de 2010)

Em 2002 nós já estávamos iniciando essa grande discussão, já consequência de muitos debates, muitas participações (...). Depois desse seminário ficou..., que teve a participação efetiva do povo do Talhado, das professoras do Talhado, agente de Saúde, (...),enfim, nós começamos a perceber que existia neles um sentimento muito grande de, de..., e tem realmente essa identidade afirmada pelo poder público. E aí é onde se amarra a grande discussão, quem não reconhece o Talhado é poder público, até então, eles se reconhecem negros (...) e são extremamente resistentes, (...) (Emília Ribeiro, entrevista concedida em 27 de maio de 2010)

Colocamos na câmara, depois do seminário, um requerimento convidando a Fundação Cultural Palmares, que em um primeiro momento já tinha passado aqui pelo município de Santa Luzia através da diretora de patrimônio afro-cultural, no momento do seminário e que já tinha se comprometido a vim ao município nos ajudar com esse processo, (...) ela teve aqui, teve um papel importante nessa história (...) ela teve em Santa Luzia e foi afirmando compromissos com as instituições, foi nos ajudando a divulgar, a como realizar o processo. (Emília Ribeiro, entrevista concedida em 27 de maio de 2010)

Então, a certificação da Serra do Talhado pela FCP foi o resultado de uma série de discussões e conjunturas, entre as quais se inclui instituições públicas e políticas, pois como a própria Emília Ribeiro pronuncia “quem não reconhecia o Talhado era o poder público”. Assim, as ações desses mediadores tornam pública a situação da Serra do Talhado.

aí veio a preocupação, a nossa preocupação, dos grupos que até então apoiava, alguns professores negros, a Irmandade do Rosário, o Grupo de Consciência Negra do município teve um papel importante também, todas essas unidades, elas tiveram um papel fundamental no processo de reconhecimento do Talhado. Porque discutia firmemente, se não, de nada adiantaria uma vereadora sozinha conversando igual a um rádio de pilha, não ia adiantar se não tivesse essas instituições apoiando, não só apoiando, (...) todas essas instituições não só apoiaram como foram os verdadeiro atores, construtores da ideia da certificação do Talhado. (Emília Ribeiro, entrevista concedida em 27 de maio de 2010)

Em 2005, um ano depois da emissão da Certidão da Comunidade de Serra do Talhado, através da orientação da presidente da AACADE a representante, em nome da Associação das Louceiras, requereu junto a FCP a certificação da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, localizada no bairro São José.

A presidente da Associação das Louceiras conta que o requerimento enviado à FCP foi escrito junto com a presidente da AACADE, debaixo de uma árvore - um juazeiro – em frente ao Galpão das Louceiras: “era eu contado minha história, e a presidentes da AACADE escrevendo”. E mais, a presidente esclarece também que participou durante muito tempo da CECNEQ, e com a ajuda dessas duas entidades (AACADE e CECNEQ) muitos anseios da comunidade foram concretizadas, como também direitos, antes desconhecidos, foram conquistados; e assim, reconhece: “a CECNEQ foi minha escola, mas hoje eu ando com minhas próprias pernas, mas não nego que aprendi com a CECNEQ.” Ou seja, foi com a AACADE e a CECNEQ que a presidente da Associação da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, aprendeu a se movimentar entre os processos burocráticos, a requerer e a implantar projetos sociais.

Não podemos esquecer a Certificação da Comunidade de Pitombeira. Porém, não podemos apresentar detalhes sobre a Comunidade de Pitombeira, tendo em vista que nossa pesquisa não se estendeu para essa localidade. Contudo, a pesquisa de nossa amiga Jordânia de Souza Araújo desenvolvida junto aos moradores da Pitombeira, nos autoriza a expor que Emília Ribeiro, João Balula e militantes do extinto GCNRP em apoio aos moradores da Pitombeira realizaram reuniões tendo como pauta a possibilidade do reconhecimento da Pitombeira como área de remanescentes de quilombo, como também, para a orientação na produção do documento enviado a FCP requerendo o registro no livro de cadastro geral e emissão da Certidão como Comunidade Remanescente de Quilombo.

Em entrevista com a presidente da AACADE e com um dos fundadores dessa Associação<sup>66</sup>, em decorrência da pesquisa para construção do texto monográfico<sup>67</sup>, no qual procuramos descrever como a atuação de agentes da AACADE promoveu a emergência e certificação de comunidades remanescentes de quilombo na Paraíba, tendo como exemplo etnográfico o caso da comunidade Grilo<sup>68</sup>, localizada no município de Riachão do Bacamarte,

---

<sup>66</sup> Entrevista realizada no dia 2 de junho de 2008, na ocasião estava acompanhada dos amigos, Luiz Rivadávia Prestes de Almeida e Jordânia de Araújo Souza.

<sup>67</sup> Grilo: Um Exercício Antropológico sobre o Processo de Emergência de uma Comunidade Quilombola na Paraíba. Texto produzido sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Mércia Rejane Rangel Batista.

<sup>68</sup> O processo de auto-reconhecimento da localidade do Grilo foi iniciado a partir de discussões fomentadas pelos membros da AACADE, através de visitas e reuniões, com o intuito de



explanada sobre sua atuação e sobre a situação de algumas comunidades quilombolas na Paraíba no processo de auto-reconhecimento, a presidente da AACADE esclarece que também participou das discussões com os moradores da Pitombeira sobre o auto-reconhecimento dessa comunidade. Relata que como João Balula já havia visitado a Pitombeira, ele comentou com os agentes da AACADE, tendo em vista que eles estavam trabalhando com os processos de auto-reconhecimento de comunidades quilombolas na Paraíba, então, algumas relações foram estabelecidas com os representantes da Pitombeira – Zélia Barbosa, Zito e seu Diniz – que passaram a participar de reuniões e eventos promovidos pela AACADE, e esta por sua vez começou a participar dentro da Pitombeira dos trabalhos destinados a solicitação a FCP, por parte da comunidade, da emissão da Certidão enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo.

Essa referência a AACADE nos permite lembrar as discussões realizadas mediante tal pesquisa, que apresentou a descrição do desempenho de mediares na Paraíba que buscavam caracterizar o processo de certificação enquanto um processo de auto-reconhecimento. Assim, destacamos duas entidades que trabalham no cenário de reivindicação dos direitos das comunidades quilombolas na Paraíba, a AACADE e a CECNEQ/PB, esta fundada a partir do empenho de membros da AACADE.

A associação AACADE surgiu a partir da iniciativa de um grupo formado por professores, educadores populares, assistentes sociais, agentes de saúde e voluntários que se dedicavam a prestar assessoria à população do campo, em especial a trabalhadores e famílias sem terra. Iniciando suas atividades no ano de 1997 na região de Alagoa Grande, suas ações estavam voltadas diretamente para as comunidades rurais da região. Em seguida, essa entidade amplia seu campo de atuação, prestando apoio e assessoria às comunidades afro-descendentes, passando assim, a atuar em outras regiões do estado da Paraíba.

As primeiras comunidades rurais negras que os membros da AACADE tiveram conhecimento foram Caiana dos Crioulos e Serra do Talhado, a primeira devido ao fato de terem trabalho nas proximidades do município de Alagoa Grande e a segunda por ser uma comunidade muito conhecida na Paraíba, por ter sido enfoque como objeto do filme Aruanda e da cerâmica que é produzido pelas mulheres da comunidade.

Partindo da situação de Caiana dos Crioulos, a AACADE ‘desperta para a singularidade dessa comunidade’, e começa a promover atividades voltadas

---

instaurar entre os moradores desta localidade a percepção de que formam uma comunidade negra rural e quilombola e, por isso, são portadores de direitos específicos. A Certidão da Comunidade Grilo foi publicada no DOU no dia 12 de maio de 2006.

às comunidades negras, especificamente, se dedica em mapear, localizar e conscientizar as comunidades quilombolas da Paraíba, além de viabilizar, junto a FCPalmares, os processos de auto-reconhecimento e implementação de políticas públicas nessas comunidades. Os trabalhos desenvolvidos pela AACADE têm o propósito de conscientização, visto que, comumente as comunidades quilombolas não compartilham a ideia de serem comunidades específicas, diferente das demais. De forma, que o termo quilombola surge como uma nova denominação para qualificar uma situação já vivenciada, a de comunidade, com o diferencial de que, ao se utilizar essa nova denominação, essas comunidades passam a usufruir dos direitos que lhes foram negados historicamente. Assim, podemos dizer que a AACADE se atribui a tarefa de construir junto às comunidades quilombolas uma agenda reivindicatória de seus direitos.

De acordo com sua sigla, a AACADE é uma organização comprometida com o desenvolvimento do meio rural, das comunidades afro-descendentes e dos assentamentos, “tendo como base fundamental as especificidades culturais, étnicas, de gênero e geração.” (Documento AACADE<sup>69</sup>).

A CECNEQ é uma entidade que congrega e representa as comunidades negras e quilombolas da Paraíba, criada em outubro de 2004 em uma reunião provida pela AACADE, na cidade de João Pessoa, no Mosteiro de São Bento.<sup>70</sup> A constituição da CECNEQ se deu com o intuito de reunir os representantes das comunidades, até então contactadas pela AACADE, para se discutir a realidade vivenciada por estas e para obter informações acerca da existência de outras comunidades. Assim, desde sua formação, a Coordenação Estadual<sup>71</sup>, orientada pela AACADE, vem trabalhando com o desígnio de instituir uma articulação entre as comunidades, de modo a se ter uma entidade competente em discutir e encaminhar reivindicações aos poderes públicos nos níveis federal, estadual e municipal.

Segundo a AACADE e a CECNEQ o desencadeamento dos processos de auto-reconhecimento só foi possível devido o trabalho realizado. Inicialmente na busca por informação sobre a existência de sítios, fazendas e/ou povoados em que morassem famílias que, na sua maioria, fosse composta por pessoas negras, e posteriormente na realização de reuniões, nas quais se discutia e se avaliava junto às comunidades as razões para se enviar

---

<sup>69</sup> Este documento intitulado “Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-Descendentes / AACADE – PB” é um folder produzido pela AACADE para apresentar um pouco da história, os objetivos e as ações desta entidade.

<sup>70</sup> Este foi o I Encontro das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba, no qual participaram em torno de representantes de 12 (doze) comunidades.

<sup>71</sup> A CECNQ/PB só é instituída juridicamente em 2008, tornando-se a representante oficial das comunidades quilombolas da Paraíba.

a documentação solicitando a Fundação Cultural Palmares o registro da comunidade enquanto remanescente de quilombos.

Podemos dizer que esse processo não é automático, de se chegar à comunidade discorrendo sobre os benefícios que o auto-reconhecimento da condição quilombola trará e as pessoas aceitarem de imediato, pois o preconceito vivenciado por essas comunidades não é vencido ou superado através da implementação de alguns programas de governo.

A mais recente atribuição da CECNEQ consiste em exercer uma articulação entre o INCRA, as prefeituras e as comunidades para elaboração do RTID. O requerimento da abertura do processo administrativo para legalização do território quilombola na Paraíba, no âmbito do INCRA, é efetivado em acordo com a CECNEQ, tendo em vista a situação de cada comunidade, isto é, priorizando as comunidades que apresentam os problemas mais críticos.

Esta conjuntura de agentes mediadores é composta pela ideia de uma luta que passa pela arena política, capaz de garantir a plena institucionalização dos direitos. Para muitos, como se está lidando com populações que foram mantidas em condição de exclusão, a mediação pode ser plenamente legitimada, quase uma tutela.

Retomando o foco; as Certidões da Comunidade de Serra do Talhado, da Comunidade Urbana de Serra do Talhado e da Comunidade de Pitombeira, conferiu a essas comunidades o direito a políticas públicas, como distribuição de cestas básicas, programa do leite, bolsa família, construção de cisternas, construção e reforma de casa, dentre outras. Então, após 2004 e nos anos seguintes, boa parte das políticas públicas destinadas a comunidades quilombolas já vinham sendo aplicadas nessas comunidades, e simultaneamente a efervescência das ideias e questões sobre quilombo.

Em resumo, a atuação de mediadores que concretizou a certificação das comunidades quilombolas da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, e assim o reconhecimento na esfera pública de tais situações de desrespeito, também garantiu a aplicação de políticas públicas que objetivava sanar essas situações.

Atrelado ao processo de reconhecimento da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado gerou-se entre a população que se pensa como originários do Talhado o processo que Arruti denominou de *processo de identificação*, isto é, a população pertence ao Talhado foi aos poucos assimilando a conjuntura, na qual estão inseridos, constatando sua

situação de desfavorecidos, e se vendo enquanto sujeitos de direitos, direitos esses que devem ser reivindicados.

A esse respeito, apesar de alguns lapsos cometidos na escrita da dissertação (2007), Nóbrega produz um discurso para uma equipe de filmagem de um documentário (FONSECA & DIAS, 2007), bastante coerente com a situação da população do Talhado.

Essa construção dessa identidade quilombolas, ela acontece de forma externa, tá certo (?!), e através de mediadores e aí eu diria que grupo ainda não tem esse conhecimento, mas está começando a se familiarizar com esses termos, quilombo, com essa ideia de quilombo, de quilombola. O próprio reconhecimento ele não é uma iniciativa direta da comunidade dizer olha nós somos quilombolas. A princípio há uma criação acadêmica que ganha força pela imprensa e que outras pessoas tomando conhecimento disso passam a mediar esse processo, até que a comunidade assume de forma estratégica e desigual, hoje você ver pessoas se assumindo quilombola, tem pessoas que ainda não se assumiram quilombolas e pessoas que estão em silêncio porque não estão entendendo o que significa ser quilombola. (... in FONSECA. & DIAS, 2007)

Então, identificando-se com o discurso quilombola, as pessoas do Talhado começam – na expressão de Nóbrega – a assumir essa identidade de forma estratégica e desigual; com o termo, de forma estratégica, possamos entender que a comunidade começa a fazer uso do caráter político da identidade quilombola.

Porém, após a efetivação do processo de reconhecimento, questões começam a surgir: Por que outras situações de desrespeito vivenciadas por pessoas do Talhado também não são sanadas pelo poder público? Por que só alguns têm direitos e outros não, se todos são de “um mesmo tacho”?

Ou seja, o reconhecimento pelos órgãos públicos da situação da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, ao mesmo tempo em que torna pública a situação dessas duas comunidades, coloca em evidência outras situações, a de moradores de outros bairros periféricos da cidade de Santa Luzia que se pensam enquanto pertencentes a Serra do Talhado, no entanto, continuam desconhecidas pelos órgãos públicos. Este é o caso dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião que vieram morar no bairro São Sebastião por **n** motivos, uns ganharam suas casas, outros compraram, outros por já terem parentes morando lá, outros ainda por já terem nascido lá, muitos vieram devido ao êxodo rural ocasionado pela falta de trabalho, seja pela escassez de terra, pela seca ou pelo declínio dos plantios de algodão; temos depoimentos de pessoas que residem no bairro São Sebastião a mais de 20 anos.

Então, se moradores do bairro São José foram reconhecidos como remanescentes de quilombo devido a sua ligação com a Serra do Talhado, por que moradores de outros bairros, também vindos do Talhado, a exemplo do São Sebastião, do Frei Damião e do de Nossa Senhora, não foram também reconhecidos?

Recapitulando; sabe-se que as políticas públicas usufruídas pelos quilombolas da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado se dar por meio do processo de reconhecimento culminado com a publicação no DOU da Certidão enquanto Remanescentes de Comunidade de Quilombo. Então, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião que compartilham o pertencimento ao Talhado questiona – se também somos do Talhado por que não usufruímos dos direitos e benefícios que as pessoas do Talhado e do São José usufruem?!

Desde as primeiras visitas ao bairro São Sebastião e desde as primeiras investidas na realização da pesquisa de campo, percebemos que foram questões como aqueles que impulsionaram o interesse dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião de serem reconhecidos como remanescentes de quilombo.

Porém, com a emergência da reivindicação dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião – no bairro São Sebastião – outras questões começam a surgir: E a situação de pessoas vindas do Talhado que passaram a morar em outros bairros de Santa Luzia? Existe a possibilidade desses bairros também serem reconhecidos como área de remanescentes de quilombo?!

E para os santa-luzienses surge a questão de: quantas outras comunidades quilombolas vão surgir na pequena cidade de Santa Luzia?! Será que os bairros Frei Damião e Nossa Senhora de Fátima vão um dia reivindicar a identidade quilombola? Como muitos pensam, elementos eles tem?

Dando continuidade; os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião ao se identificarem com o discurso quilombola e ao perceberem que também podem ser reconhecidos como remanescentes de quilombo, assim, como a Comunidade Urbana de Serra do Talhado, então, começam a procurar meios de requer da FCP o registro no livro de cadastro geral e expedição de certidão como comunidade remanescente de quilombo, bem como a almejem que sua situação de desrespeito seja também reparada.

Segundo as histórias contadas durante o processo em que se reivindicou a Certidão da Comunidade Urbana de Serra do Talhado cogitou-se a possibilidade de também reivindicar a Certidão para o grupo de moradores do bairro São Sebastião, tendo em vista a constante argumentação de que esse

bairro é o que congrega o maior número de pessoas do Talhado. Porém, os mediadores que atuaram nesse processo em certa medida ignoraram a situação.

Recentemente, quando essa questão é levantada as explicações oferecidas consistem na afirmação de que os descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião negavam sua identidade, não queriam ser “negros do Talhado”, não queriam ser quilombola.

Como já discutido nessa dissertação, a observação e a pesquisa nos fez entender que o termo “negro do Talhado” é uma referência cunhada de forma pejorativa e a interconexão entre as expressões “negro do Talhado” e “quilombolas” gera situações em que ambos denunciam um grupo alvo de discriminação, e assim, rejeita-se e nega-se não a identidade ou o Talhado como lugar de origem, mas sim, esquiva-se da constante desqualificação pelo fato de pertencer a um lugar. E mais, durante o processo de identificação com o discurso quilombola, percebe-se também um processo de positivação da identidade do “ser do Talhado”, do ser “negro do Talhado”; na auto-afirmação, a junção “eu sou do Talhado e eu sou quilombola” é frutífera, pois ela impulsiona o processo de positivação por meio da desvinculação das ideias que sempre desqualificaram a população do Talhado, abrindo espaço para as especificidades da identidade de pertencer ao Talhado que garantem a visibilidade e o acesso a políticas públicas.

Porém, nesse processo, a definição das palavras quilombo e quilombolas assumem a sua função. Contudo, como se auto-afirmar fazendo uso de termos que se desconhece o significado – o que é quilombo?! O que é ser quilombola?! Mas aos poucos as palavras vão criando sentido, as conversas com os pesquisadores, jornalistas e mediares, a participação em encontros e reuniões vão produzindo os elementos que permitem coligar sentidos, realizar associações e assim especular uma definição.

Conversando com Dona Ângela e com Fernanda, eu questiono o que é quilombo, o que elas entendem por quilombo e se veem o Talhado como um quilombo; Dona Ângela diz que o Talhado é um quilombo por causa da distância, do quilômetro; realizando uma nítida associação entre as palavras quilombo e quilômetro, mas mesmo com a inocência de suas palavras, expõe a ideia de que quilombo é sempre associado a um lugar distante, de difícil acesso. Fernanda corrigindo sua mãe, explica que não, que acredita que quilombo é o lugar que os negros iam para fugir da escravidão, e que o Talhado é um quilombo porque os antigos devem ter sido escravos e devem ter fugidos e se escondido no Talhado.

No decorrer de nossa conversa, tornou-se perceptível que Dona Ângela e Fernanda também reconhecia o sentido da nova conjuntura do termo quilombo, de que muitos, mesmo sendo do Talhado, não eram reconhecidos e nem tinha os direitos como quilombola. Segundo as palavras de Dona Dona, seu marido, Carlos, sempre esteve no Talhado e até participou do filme Aruanda, porém, nunca teve direito a nada.

De qualquer forma, não podemos mensurar o querer das pessoas, muito menos as ideias e assimilações por elas utilizadas quando, provavelmente, foram inquiridas sobre a possibilidade de serem certificados enquanto remanescentes de quilombo, nem sobre que condições que tal indagação foi realizada; ou se realmente houve a indagação: – “você(s) quer(s) ser quilombola(s)?”, sucedida de uma resposta na negativa. O que podemos fazer nesse momento é descrever os acontecimentos que presenciamos ou que nos foi narrado, e assim, apresentar os mecanismos utilizados pelos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião no *processo de reconhecimento*.

Estando o processo de identificação dos descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião condicionado as circunstâncias da certificação pela FCP da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, o mesmo acontece com o processo de reconhecimento, pois esse último é reivindicado e justificado através das relações de parentesco mantidas com a Serra do Talhado.

De acordo com a definição dada por Arruti (2006, p. 45), o *processo de reconhecimento* consiste no momento em que a esfera pública toma conhecimento da situação de desrespeito sofrida por uma coletividade, ou seja, quando um determinado grupo se apresenta enquanto sujeito político e de direito, e que pela sua ação política os seus direitos começam a ser ratificados.

Tendo em vista que a esfera pública, mas especificamente, os órgãos competentes, ainda não tomaram conhecimento da situação dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião, então, iremos descrever as ações empreendidas por estes e pelos mediadores, na objetivação de que esse reconhecimento venha a acontecer. E assim, já que o reconhecimento dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião ainda não foi oficializado, a exemplo de Arruti (2006), optamos por denominar o movimento aqui descrito de *processo de reivindicação do reconhecimento*.

Entendendo por *processo de reivindicação do reconhecimento* todas as ações políticas, jurídicas e comunitárias que objetivam reivindicar uma nova condição, no caso dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião a condição de Comunidade Remanescente de Quilombo. Ou seja, todos os procedimentos que antecipam o reconhecimento propriamente dito.

Durante nossa estadia entre os moradores do bairro São Sebastião, nossa pesquisa se direcionou no sentido de obter informações sobre como as pessoas vindas do Talhado se auto-definiam e como estava ocorrendo a reivindicação pelo reconhecimento enquanto quilombolas. Portanto, as conversas, observações e entrevistas se orientavam sob esse intuito.

Assim sendo, durante o período de pesquisa, foi possível presenciar a atuação de mediadores como o representante do ProPAC<sup>72</sup> – Diocese de Patos, Luíza (descendente do Talhado empenhada nas questões quilombolas), e agentes da AACADE, na formação e legalização da Associação Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião e para conseguir o registro na Fundação Cultural Palmares enquanto comunidade remanescente de quilombo.<sup>73</sup>

Esmeralda, nossa principal informante, dentro do bairro São Sebastião, sobre o processo de reconhecimento oficial deste bairro, é solteira, mãe de duas filhas e de um filho, residindo com duas netas no bairro São Sebastião, na Rua Augusta da Silveira Paula, exerceu desde criança o ofício de louceira, primeiro na Serra do Talhado, depois quando veio morar na zona urbana de Santa Luzia fabricava a louça em sua própria residência, até que o Galpão das Louceiras foi construído no bairro São José, onde trabalhou durante muitos anos na confecção de louça de barro. Conforme, as histórias narrada por Esmeralda, ela por fazer parte da Associação das Louceiras foi registrada na Comunidade Urbana de Serra do Talhado,<sup>74</sup> já que foi essa associação que requereu a emissão da Certidão de Comunidades Remanescentes de Quilombo. E assim, devido sua atuação, tanto na Associação das Louceiras quanto nas reuniões sobre comunidades quilombolas e morando no bairro São Sebastião, Esmeralda conta que desde sempre se preocupou com a situação

---

<sup>72</sup> Programa de Promoção de Ação Comunitária da Diocese de Patos

<sup>73</sup> Até meados de setembro de 2011, quando finda a escrita desta dissertação, a Certidão da Comunidade Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião ainda não tinha sido emitida pela FCPalmares.

<sup>74</sup> O reconhecimento de pertencimento ao Talhado ultrapassa os limites geográficos, oficiais e jurídicos, pois estando a Comunidade Urbana de Serra do Talhado, localizada no bairro São José, auto-reconhecida e incorporando programas provenientes das políticas públicas, o que vemos é que algumas pessoas, mesmo morando no bairro São Sebastião, no Frei Damião, no N.º S.º de Fátima, participam de atividade – como membros da Associação de Louceiras – e recebem os benefícios agenciados na Comunidade Urbana de Serra do Talhado. Ou seja, mesmo estando em bairros distintos, na verdade o que prevalece na composição da comunidade quilombola são elementos que demarcam o pertencimento ao Talhado, a saber, os laços de parentesco que expressam o compartilhamento da crença na origem comum atrelada a Serra do Talhado. De modo que as pessoas podem migrar entre os bairros da cidade, e até para fora da cidade sem que com isso deixem de ser reconhecidos como do Talhado, e conseqüentemente como quilombolas, porém, o poder público ao reconhecer uma comunidade quilombola está reconhecendo uma localidade e seu conjunto de moradores, e devido a essas conexões alguns dos que se pensam do Talhado não foram incluídos no cadastro enquanto quilombolas.



das pessoas do Talhado que viviam no Monte: “sempre quis que as pessoas daqui tivessem o mesmo direito que as pessoas do São José, têm tanta gente aqui que precisa.” E esse desejo a fez por várias vezes questionar pessoas como agentes da AACADE e a própria Maria Bernadete, diretora da FCP a época, sobre a possibilidade de reconhecer o Monte São Sebastião como uma área que congrega descendentes de quilombo, ou melhor, descendentes do quilombo da Serra do Talhado.

Pautados no argumento da significativa quantidade de moradores vindos do Talhado, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião indignam-se ao não reconhecimento, por isso que se escuta: “tem mais gente aqui do Talhado do que no Bairro São José”. Comentando sobre esse assunto, a presidente da AACADE ressalta que em 2005 a Certidão que reconheceu a Comunidade Urbana de Serra do Talhado poderia ter sido emitida de maneira a registrar as duas comunidades, a Comunidade Urbana de Serra do Talhado e a Comunidade Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião.

Não saberíamos, neste momento, especificar o período exato em que os membros da AACADE entraram em contato com as comunidades quilombolas no município de Santa Luzia. Sabe-se que o requerimento enviado à FCP para emitir a Certidão de Auto-Reconhecimentos da Comunidade Urbana de Serra do Talhado em 2005 foi construído pela presidente da Associação das Louceiras em parceria com um dos membros da AACADE.

Especificamente, de certa maneira, desde 2008, a proximidade entre a AACADE e Esmeralda objetivava construir as peças necessárias ao reconhecimento dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião.

a gente até ta pra ir no sertão, tem um reunião, porque tem outro bairro, que eles chama o Morro (em referencia ao Monte), é São Sebastião, (...) que é uma pessoa que trabalha lá no galpão, ela nos procurou que elas querem formar uma associação lá no bairro (...). A princípio ela não tem bem clareza do que possa ser, mas ela quer ver se sai um pouco daquela situação de lá. (presidente da AACADE, entrevista concedida realizada no dia 2 de junho de 2008)

Esmeralda explica que sempre participou das discussões sobre os quilombolas em Santa Luzia, e por inúmeras vezes acompanhou a presidente da Associação das Louceiras, ou mesmo a representou em reuniões e encontros entre comunidades de quilombo. Nessas ocasiões, afirma que procurava saber o que seria preciso fazer para certificar o bairro São Sebastião enquanto uma área quilombola, da mesma forma como foi feita com o bairro São José. Segundo Esmeralda, as respostas eram as mesmas: - “é só ter alguém para enfrentar, assumir a liderança”; ao mesmo tempo em que seu

nome era sugerido, e a sua resposta era sempre a mesma: - “não, eu não, eu não sei ler, isso é para quem sabe ler”.

A articulação de Esmeralda com instituições não governamentais – a exemplo da AACADE – resulta na composição de uma liderança, pois essas articulações inseriram Esmeralda em um circuito mais amplo de informações sobre as questões de comunidades quilombolas. Assim, as informações adquiridas são repassadas aos demais por meio da oralidade informal, de modo que, quando se quer saber de algo em específico sobre o processo de certificação ou algo relacionado aos quilombolas do Monte, é Esmeralda quem é acionada. Ou seja, Esmeralda acaba sendo a detentora das informações, como também fomentadora das reivindicações dos direitos dos quilombolas, assumindo os trabalhos em prol da certificação dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião enquanto quilombolas.

Então, os moradores do bairro São Sebastião que se reconhecem enquanto pertencentes ao Talhado estão, por meio da atuação de Esmeralda e mediadores, reivindicando o reconhecimento de sua situação de remanescentes de quilombo.

Na atual conjuntura de emergência de comunidade quilombolas e cumprimento de requisitos burocráticos para a obtenção do reconhecimento os líderes comunitários começam a assumir alguns novos papéis. A própria composição de líderes começa a perpassar lógicas hodiernas.

No advento de associações de comunidade quilombolas, essas novas lideranças na maioria dos casos assumem o cargo de presidente da associação e as demandas dessa posição, em assuntos na maioria das vezes burocráticos.

A dissertação de Cavalcanti (1975) ao tratar da organização política da comunidade do Talhado, apresenta a composição e obrigações da figura do chefe.

Além de uma situação definida no campo das relações de parentesco, observamos certos requisitos indispensáveis para que um indivíduo se torne um chefe. Em razão da própria situação de homogeneidade que caracteriza o grupo, a ascensão social de um indivíduo deve-se a qualidades pessoais, tais como aquisição de mais conhecimentos ou riqueza, o que demonstra poder de iniciativa e decisão

(...)

O chefe funciona como o patrão por excelência para os indivíduos do grupo e se estabelece com elo entre a sua comunidade e os centros de poder exteriores à mesma, numa tentativa de conservar a unidade e traços distintivos da comunidade, protegendo- das ameaças externas.

(...)

Ser bom, generoso, emprestar dinheiro em ocasiões de plantio, doenças ou funerais, resolver problemas de disputas internas, estabelecer contatos com indivíduos ou instituições fora do seu grupo, são alguns atributos indispensáveis ao “chefe”. (CAVALCANTI, 1975, p. 67)

Essa liderança, a chefia, constituída pelas formas tradicionais passa a conviver com a constituição das novas lideranças quilombolas, ou em alguns casos assumindo-a.

No caso aqui apresentado, vemos entre a população do Talhado a composição de novas lideranças, as funções antes desempenhadas pelo “chefe” são agora também atribuições compartilhadas entre os (as) presidentes das associações quilombolas.

Assim, Esmeralda exercendo atualmente o papel de liderança, em representatividade dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião, vem buscando parceria com membros da AACADE<sup>75</sup> com o intuito de obter informações e orientação sobre os procedimentos necessários para se reivindicar junto a Fundação Cultural Palmares a emissão da Certidão de Auto-Reconhecimento enquanto Remanescente das Comunidades dos Quilombos.

Durante o ano de 2009, Esmeralda agendou e organizou reuniões entre os membros da AACADE e os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião; nessas reuniões foram explicados os procedimentos e o significado do auto-reconhecimento.

No dia 12 de setembro de 2009 no período da tarde, em uma casa desocupada, acontece com a presença de agentes da AACADE uma reunião com os descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião, na qual foi explicado que é a partir da certificação de uma comunidade quilombola que alguns direitos podem ser acionados, mas para que isso possa acontecer é necessário que eles queiram ser reconhecidos enquanto quilombolas.

Nesta ocasião, a presidente da AACADE explica a nós pesquisadores<sup>76</sup>, que muitas vezes, é necessário que primeiro cheguem às políticas públicas para que essas comunidades comecem a acreditar que possuem direitos, porém, o direito as políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas só são requeridas por meio da certidão.

---

<sup>75</sup> Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes. Para informações sobre a atuação da AACADA entre as Comunidades Quilombolas na Paraíba, ver: ARAÚJO, Eulália Bezerra. (2008). E também, ARAÚJO, Eulália Bezerra; BATISTA, Mércia Rejane Rangel. (2008).

<sup>76</sup> Eu, Eulália Bezerra, Luiz Almeida e Jordânia de Souza.

Em 24 de setembro de 2009, outra reunião acontece durante a noite, em frente à casa de Esmeralda, onde as pessoas, especificamente, os descendentes do Talhado do Monde São Sebastião, sentadas em cadeiras conseguidas entre os vizinhos e dispostas uma atrás da outras e a presidentes da AACADE, Esmeralda, Luíza e mais algumas pessoas sentadas em cadeiras de frente para os demais; nessa reunião a presidente da AACADE explana sobre a importância, ou melhor, necessidade da formação de uma associação que possa responder e pleitear de forma consistente os direitos de quilombo; Explica que a associação é composta por uma diretoria, mas todos tinham que participar e trabalhar junto com a diretoria; vigorou a ideia de que eram eles que tinham que se reconhecerem e se empenharem, mas tinham que ter certeza se eram isso que queriam, porque ela só podia ajudar, eles são quem tem assumir o comando.

Em decorrência dos primeiros procedimentos em prol da reivindicação da certificação, uma situação de desconforto é instaurada pela divulgação de alguns rumores, especulando que a nova comunidade quilombola iria usurpar os direitos já conquistados e implantados na Comunidade Urbana de Serra do Talhado.

Prosseguindo com a descrição dos procedimentos burocráticos; Outra articulação aconteceu com o representante do ProPAC<sup>77</sup>, que atuou na regularização da Associação Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião e de seu Estatuto.

Uma terceira reunião acontece em 17 de outubro de 2009 com o objetivo de nomear os membros que comporão a primeira diretoria da Associação Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião, esteve presente a presidente da AACADE e o representante do ProPAC, que ponderaram sobre as discussões feitas por ocasião de reuniões anteriores sobre a necessidade de se criar uma entidade e sobre a responsabilidade da associação.

No dia 15 de maio de 2010 o representante do ProPAC juntamente com Luíza realizam uma reunião na casa de Esmeralda com as pessoas indicadas para ocuparem os cargos da diretoria da Associação Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião. Nesta reunião o representante do ProPAC lê a ata da reunião supra descrita, porém explica que na ata precisa conter o nome completo e o número do RG e do CPF dos integrantes da diretoria, informações que ele não dispunha<sup>78</sup>. Então, programam o envio dessas informações e uma próxima reunião é agendada para o dia 21 de maio<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> Programa de Promoção de Ação Comunitária da Diocese de Patos

<sup>78</sup> Nesta reunião alguns comentários foram tecidos, dentre eles o de que um agente da AACADE requeria agilidade do representante do ProPAC na legalização da associação, pois

Assim, a Associação Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião foi registrada em Cartório no dia 21 de setembro de 2010, a partir da Ata da Assembléia de Constituição que ocorreu no dia 17 de outubro de 2009. O Estatuto Social, da referida Associação, foi registrado em Cartório no dia 24 de setembro de 2010.

Robustecendo as ideias que viemos afirmando, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião almejam que a FCP lhes conceda a Certidão de Remanescentes de Comunidades de Quilombo. Agora, para receber a Certidão de Auto-Reconhecimento faz-se necessário requerer à FCP o registro no livro de cadastro geral e a expedição de Certidão como Comunidade Remanescente de Quilombo, e esse requerimento é feito através do preenchimento e envio para a FCP de uma ficha que contém questões como: “A comunidade se define como grupo remanescente das comunidades dos quilombos?”; “Quem foram os primeiros habitantes quilombolas?”.

Estando em Santa Luzia, durante o mês de janeiro de 2011, para continuidade da pesquisa de campo, fui instada a colaborar com a confecção desse documento, e assim fiz. O preenchimento da ficha foi fundamentado nas informações e reflexão presentes nesta dissertação, de modo a argumentar que um grupo de moradores do bairro São Sebastião se auto-reconhecem enquanto quilombolas por se pensarem enquanto pertencentes a Serra do Talhado.

Porém, é relevante ressaltar que mesmo fazendo referência a Comunidade Serra do Talhado e a Comunidade Urbana de Serra do Talhado – por já estarem reconhecidas – os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião almejam serem reconhecidos enquanto uma comunidade quilombola própria.

A necessidade do cumprimento de um rol burocrático gera a seguinte situação: foi o pertencimento ao Talhado, uma identidade étnica constituída pelos laços de parentesco e relações com o lugar de origem, que gerou a identificação dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião com o discurso quilombola, só que esse auto-reconhecimento precisa ser reconhecido pelas instâncias cabíveis do poder público.

---

para a consolidação de alguns encaminhamentos necessitava do registro em cartório da Associação Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião.

<sup>79</sup> Nesta reunião foram combinados os detalhes para a participação de Esmeralda, Fernanda e Cláudia, em uma reunião na cidade de Tavares na Paraíba, no dia seguinte. As lideranças e os que participam de forma efetiva são postos em um circuito de encontros e reuniões, que explanam sobre a conjuntura da situação quilombola e instauram uma constância de reivindicações. Durante os períodos de permanência entre os descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião algumas dessas reuniões foram agendadas.

Entendendo que a FCP e os demais órgãos estatais, não dispõem de um arsenal documental que indique todos os focos de possíveis comunidades quilombolas, faz-se necessário que essas comunidades se faça conhecer. Porém, a certidão lavrada pela FCP é uma Certidão de Auto-Reconhecimento, ou seja, ao solicitar a emissão da Certidão de Auto-Reconhecimento, a comunidade está ao se auto-reconhecendo enquanto comunidade quilombola e está requerendo que os órgãos públicos a reconheça, ou melhor, tomem conhecimento de sua situação.

Além da Certidão de Remanescentes de Comunidades de Quilombo, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião almejam as políticas públicas destinadas a tais comunidades.

Uma das primeiras reivindicações é a construção do Galpão onde se possam fabricar os utensílios de barro, pois, à distância e a quantidade de mulheres que se deslocam durante a semana do Monte para o São José, fez com que a ideia da construção de Galpão, onde as mulheres louceiras do Monte pudessem fabricar suas peças, fosse cogitada por diversas vezes.

Atualmente, doente e aposentada Esmeralda não mais fabrica louça, mas ainda nutre o desejo de que um Galpão para o fabrico de louça seja construído no bairro São Sebastião.



Figura VII: Terreno para construção do Galpão  
(Fotos: Eulália Bezerra)

As fotos acima demonstram um terreno pertencente à prefeitura de Santa de Luzia, no qual através de doação se tem o projeto de construir o Galpão para a confecção de louça de barro. Segundo as informações dadas

por Esmeralda, o então prefeito de Santa Luzia se prontificou em conceder a doação do terreno e o agente da AACADE em conseguir as verbas necessárias para a construção do Galpão.

Em consequência da reivindicação pelo reconhecimento enquanto quilombolas, em minhas primeiras visitas, ao Monte, presenciei a chegada de quilos de feijão e de farinha para serem distribuídos entre as pessoas do Talhado. Esmeralda, a responsável para fazer a distribuição, organizou um mutirão para a composição das cestas, visto que o alimento veio em sacas, especificamente 16 de feijão e 8 de farinha<sup>80</sup>.

Estive presente no primeiro dia em que as cestas foram entregues; as pessoas vinham – a grande maioria mulheres – portanto o documento de identidade, este era entregue a Fernanda que em uma folha de papel escrevia o nome e o número do RG da pessoa que em seguida assinava (ou gravava as digitais) e recebia duas sacolas, uma contendo 8 quilos de feijão e outra com 4 quilos de farinhas. As assinaturas recolhidas tinham por propósito, além de organizar, por meio de registro, a distribuição das cestas, também realizar o levantamento de quantas pessoas, mais ou menos, participaria da Associação Quilombola do Monte São Sebastião.

Durante esses acontecimentos, alguns moradores do bairro questionavam a Esmeralda sobre o fato dela está distribuindo feijão; em exemplificação, estava indo eu e Esmeralda, em direção à casa de Dona Ângela, quando uma senhora do outro lado da rua grita: “-Esmeralda tu ‘tá dando feijão?”, e Esmeralda do lado de cá responde: “- Não meu fio, é só p’ro pessoal do Talhado, p’ros quilombolas do Talhado”; ouvi essa frase por diversas vezes durante aqueles dias.

De acordo com o que essa dissertação vem explanando, o termo quilombo mesclou-se a identificação daqueles que pertencem ao Talhado, e assim, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião estão fazendo uso da identidade quilombola em prol da reivindicação de seus direitos. Contudo, é visível a distinção na utilização dos dois termos – “negro do Talhado” e “quilombola”. Ou seja, eles sabem perfeitamente que é através da categoria quilombo, que ações de políticas públicas, como, cestas básicas, casas, banheiros e as cisternas, são instaurados.

Por fim, vendo a articulação dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião que vislumbra a instauração de seus direitos, enquanto remanescente de comunidades quilombolas, destacamos uma característica apresentada por Weber ao tratar de grupos étnicos. Segundo Weber, o

---

<sup>80</sup> Com 60 kg cada.

sentimento de pertencimento a um grupo étnico – “comunhão étnica” – fomenta relações comunitárias, inclusive as políticas, porém sobre outro ponto, a comunidade política, isto é, a necessidade de se organizar para ação, em decorrência da conquista de algum objetivo, também desperta “a crença na comunhão étnica”, ou em alguns casos a reforça.

A comunhão étnica (no sentido que damos) não constitui, em si mesmo, uma comunidade, mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias. Fomenta relações comunitárias de natureza mais diversa, mas sobretudo, conforme ensina a experiência, as políticas. Por outro lado, é a comunidade política que costuma despertar, em primeiro lugar, por toda parte, (...), a crença na comunhão étnica, sobrevivendo esta geralmente à decadência daquela (...). (WEBER, 2004, p. 270)

Assim, em virtude das atuais articulações políticas que os descendentes do Talhado, que moram no Monte, estão efetivando, são perceptíveis a constituição de uma comunidade para ação.

Desse modo, a nossa pesquisa nos fez entender que um grupo de moradores do bairro São Sebastião reivindica a identidade quilombola por se pensarem enquanto descendentes da Serra do Talhado. E assim, no advento de políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas a linguagem do parentesco é acionada pelos descendentes do Monte São Sebastião para fundamentar a reivindicação do registro no livro de cadastro geral e expedição de Certidão como Remanescente das Comunidades de Quilombo e o acesso as políticas públicas. Temos aqui a presença de sujeitos que ao compartilharem uma identidade étnica passam a ser também pensados na categoria de sujeitos de direito.

E mais, desde o primórdio das histórias, contadas, sobre a Serra do Talhado sua população é posta a construir fronteiras étnicas – nos termos de Fredrik Barth (1998). A emergência das questões sobre quilombo e a sua certificação enquanto comunidade quilombola projeta a renovação das fronteiras, ou melhor, reforça-as sob novos símbolos. Os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião são representantes e vivenciam os sentidos e significados que a Serra do Talhado produz na demarcação de suas fronteiras, entre os que são do Talhado e aqueles que não são. Porém, a mais nova classificação – quilombo – e a reivindicação instauradas pelos moradores do Monte que se pensam como do Talhado suscitam a fixação de quem pode e de quem não pode, de quem quer e de quem não pertencer a Comunidade Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião.



## 4.2. As formas de pertencer à nova comunidade quilombola

Conhecendo o espaço físico, e sabendo das disposições de grupos distintos residindo no bairro São Sebastião, resta-nos responder as seguintes questões: Sendo o bairro São Sebastião uma área urbana formada por uma população de origem social diversificada e, mais ainda, se percebendo de modo diverso, como explicitar os nexos que são acionados para gerar processos de identificação com o Talhado? Como se reconhecem e são reconhecidos os quilombolas? Enfim, quais as formas de pertencer existente no Monte de São Sebastião?

Entre os residentes no bairro São Sebastião, foi possível perceber categorias de pertencimento que de certa forma fragmenta e explica o universo pesquisado. Com intuito de descrever tal universo, podemos dizer que entre os moradores do Monte existe os que se reconhecem e são reconhecidos enquanto “os da cidade de Santa Luzia”, “os da Pitombeira” e “os negros do Talhado”.

A categoria “ser da cidade” engloba o conjunto de pessoas que sempre moraram na área urbana de Santa Luzia, já a categoria “ser da Pitombeira” engloba todos aqueles que por algum motivo possuem uma ligação com esta localidade, ou melhor, se reconhecem como sendo da Comunidade de Pitombeira. Entendendo que nossa pesquisa busca apreender a visão de mundo que as pessoas que se pensam do Talhado possuem, e como as ideias aqui construídas são fruto dessa visão de mundo, então, “ser da cidade” e “ser da Pitombeira” são categorias para identificar os que não são do Talhado.

Uma de nossas informantes expressa tal concepção quando questionada sobre quem mora no Monte – ah tem gente de todo lugar, tem muita gente de Santa Luzia morando aqui no Monte; e aponta para casas que são de proprietários dos denominados cidadãos de Santa Luzia.

Temos aqui identidades distintas que se constituíram em função das relações sociais estabelecidas ao longo do tempo. Ou nas palavras de Frederik Barth, “quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se caracterizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos” (Barth, 2000, p. 32). Isto é, as características fundamentais para a identificação de um grupo étnico passam a ser a auto-atribuição e a atribuição pelos outros<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Fredrik Barth aborda a etnicidade enquanto forma de interação social. Para Barth, a etnicidade se manifesta durante a intensificação dos contatos inter-étnicos e essa intensificação ocasiona os processos de inclusão e exclusão dos indivíduos, então, o estudo empírico das fronteiras étnicas demonstram que não é o isolamento que fará com que as diferenças culturais persistam, pelo contrário, elas podem permanecer apesar do contato inter-

O termo ‘negros do Talhado’ foi uma expressão cunhada de forma pejorativa para classificar as pessoas do Talhado. Nossos informantes explicam que sempre que acontecia alguma desavença ou confusão, ouvia-se a expressão “só sendo negro do Talhado”. Percebemos que as ideias que predominam na identificação que os santa-luzienses possuem das pessoas do Talhado, eram compendiadas na tal expressão, “negros do Talhado”; fórmula esta sempre empregada de maneira negativa.

Porém, como apresentado, a Certidão da Serra do Talhado como área quilombola e a certificação da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, ao assimilar os “negros do Talhado” à ideia de quilombo e de quilombolas, gerou também uma positividade da identidade de ser do Talhado; isto é, a visibilidade dada ao grupo a partir da nomeação enquanto quilombo produziu uma transformação no uso e no significado das palavras “negros do Talhado”.

A expressão “negros do Talhado” que antes era pronunciada de maneira estigmatizada para desqualificar um grupo, é agora re-significada por esse grupo que a assumi de modo positivo, para afirmar e demarcar o pertencimento a uma comunidade.

Almeida (2010) nos disponibiliza a transcrição de uma entrevista concedida aos antroponautas, na qual é mostrado a valorização das pessoas do Talhado de serem negras antes e depois da Certidão de Auto-Reconhecimento.

Acho que a pessoa que ontem respondeu a essa sua pergunta foi (...). Segundo (...) ela dizia ‘a gente já se orgulhava, só que com o reconhecimento a gente passou a ser chique’. Então essas pessoas elas se sentem mais valorizadas; elas se acham, entre aspas, mais chique por serem quilombolas, claro elas tinham orgulho [ou podem agora dizer que tinham orgulho, mesmo que a vida não tenha sido assim] mas elas não deixavam exposto como elas deixam hoje, entendeu? (in ALMEIDA, 2010, p. 66. entrevista concedida aos antroponautas em agosto de 2009)

Ao ponto, que é comum ouvir a frase: - hoje todo mundo quer ser do Talhado; como agora ser do Talhado é algo “chique”, valorizado, então os que antes negavam essa identificação começam a assumir seu pertencimento ao Talhado; e os que já se declaravam “negros do Talhado” passam a ostentá-la com orgulho, em um nítido processo de positividade de uma identificação estigmatizada.

---

étnico, não desaparecendo mesmo com as mudanças e assimilações. Assim, Barth concebe grupo étnico como um tipo organizacional de interações sociais que determinam a auto-atribuição dos indivíduos, os quais passam a acionar a identidade como mecanismo de categorizar a si aos outros.

Só que ser do Talhado não implica necessariamente em ser quilombola e ser quilombola não implica em ser do Talhado.

As Certidões emitidas pela FCP que certificaram a Serra do Talhado, a Comunidade Urbana de Serra do Talhado e a Comunidade de Pitombeira como remanescente de quilombo acabou de certa forma certificando seus moradores enquanto quilombolas. Com isso, apreende-se que ser quilombola significa pertencer, ou de forma mais explícita, está registrado em uma dessas três comunidades.

Porém, as três comunidades mesmo compartilhando a identidade de quilombola se distinguem entre si; sabem-se quem é quilombola do Talhado e quem é quilombola do São José, mesmo essas duas comunidades compartilhando um pertencimento comum; as distinções se estendem mais efetivamente aos quilombolas da Pitombeira.

O primeiro elemento que podemos levantar é que mesmo compartilhando a identidade quilombola, o Talhado, o São José e a Pitombeira possuem trajetórias distintas. Mesmo que existam discursos que argumente uma proximidade de parentesco entre o Talhado e a Pitombeira, até onde se sabe, Zé Bento apenas esteve primeiro na Pitombeira antes de estabelecer-se no Talhado, não se fixou, não deixou descendente, e nem os moradores da Pitombeira se pensam como descendentes de Zé Bento<sup>82</sup>; como acontece entre as pessoas do Talhado que concebem Zé Bento como um ancestral comum. E mais, cada uma dessas comunidades possui uma associação própria com seus representantes e suas próprias demandas.

A pesquisa de campo, desenvolvida entre os moradores do bairro São Sebastião nos permite vislumbrar em um mesmo ambiente a articulação dos elementos acima descritos. Neste bairro encontramos pessoas da Pitombeira, encontramos louceiras que mesmo morando no São Sebastião são registradas no Quilombo do São José pela ligação que tem com o Galpão das Louceiras, localizada neste último, e temos um expressivo contingente de pessoas que mesmo se reconhecendo como do Talhado não são reconhecidas como quilombola; pelo mesmo no seu aspecto estatal.

---

<sup>82</sup> Os moradores da Pitombeira se pensam como descendentes de Simplício, Inácio Felix, Severino e Gonçalo Fogo; por falta de informações não podemos nos aprofundar nas categorias de pertencimento existentes na Pitombeira. A pesquisa que está sendo desenvolvida por Jordânia de Araújo Souza entre os moradores da Pitombeira nos dará subsídios mais contundentes a respeito esta questão.

Segundo a proposição demonstrada no capítulo anterior, à demonstração do pertencimento ao Talhado se dar a partir da relação de parentesco que se constrói e se mantém aliada ao local de moradia originária.

Tanto é assim, que Cavalcanti (1975), mesmo não nomeando, afirma que “todos os irmãos de Cecília são lembrados, embora o mesmo não aconteça com os de J.B.C.” (Zé Bento) (CAVALCANTI, 1975, p. 73). Nóbrega (2007) identifica Gabriel como sendo um destes irmãos de Cecília. “De fato, Joaquim Carneiro ainda é lembrado na memória do Brito e lá podemos encontrar descendentes da Família Gabriel, nome de um dos seus filhos”. (NÓBREGA, 2007, p. 51). Embora a comunidade do Brito possua laços de parentesco com o Talhado, os moradores da referida comunidade não são identificados como sendo do Talhado, fato esse que corrobora a hipótese antes levantada de que o pertencimento ao Talhado alia relações de parentesco e o lugar de origem. Ou seja, o pertencimento ao Talhado não é constituído apenas por laços consanguíneos, mas por laços específicos de parentesco: são do Talhado os que descendem de Zé Bento e Cecília e possuem uma ligação com a Serra do Talhado, seja a existência de um parente – pai, avô, tio ou tia – que vive ou que viveu no Talhado; faz-se necessário manter um elo com a parte física do Talhado, seja ele real ou constituído na memória.

Supondo que a comunidade do Brito venha a ser reconhecida como área quilombola, e que para isso seja utilizado como argumento sua ligação com o Talhado, as duas comunidades passarão a compartilhar a identidade de quilombolas, mas as distinções permanecerão.

Contudo, todas essas concepções geraram um grupo no São Sebastião que atualmente busca seus direitos como Remanescentes das Comunidades de Quilombos. Pois ser do Talhado, e se reconhecer enquanto tal, não implica necessariamente em ser quilombola. As pessoas podem até dizer “eu sou do Talhado, eu sou quilombola”, mas sabem também que esta última afirmação só terá caráter oficial com a Certidão emitida pela FCP.

Como sabemos as certidões emitidas pela FCP não certifica pessoas e sim comunidades, então, os moradores do bairro São Sebastião que se reconhecem como descendentes do Talhado e assim compartilham laços de parentescos estão pelo idioma do parentesco fundamentando suas reivindicações junto a FCP.

Assim, caso a FCP, ou, gostaria de dizer, quando a FCP emitir a Certidão da Comunidade Quilombola Talhado Urbano do Bairro São Sebastião, como identificar os que serão quilombolas? A resposta é a seguinte: Sendo os descendentes do Talhado que moram no São Sebastião que estão se

declarando quilombolas, então, serão estes os que se sentirão contemplados quando esta Certidão for expedida.

Porém, independente de serem reconhecidos ou não como quilombolas, a categoria predominante no exercício da autodenominação é o “ser do Talhado”; além do mais, essas suas categorias “quilombola” e “ser do Talhado” se distinguem no aspecto de que ser quilombola é uma identificação que deve ser confirmada/reconhecida pelo Estado, enquanto ser do Talhado é uma identificação dada pela ancestralidade compartilhada por seus pares.

E essa ancestralidade é tão marcante na identidade do grupo que mesmo aquele ou aquela que casa-se com um do Talhado é sempre considerado como de fora. Desse modo, um cônjuge pode ser identificado como quilombola, mas nunca será reconhecido como “do Talhado”, de modo que, o possível fim de uma aliança conjugal significa também a dissociação do ser quilombola, ressalvados os casos em que o casal concebe filhos; como na maioria das vezes são as mulheres que ficam com os filhos, se for ela de fora, argumenta-se que a mesma permanece quilombola devido à relação com os filhos.

Outro aspecto distinto no “ser quilombola” e “ser do Talhado” é que ser identificado como quilombola é está atrelado a localidade certificada enquanto remanescente de quilombo, enquanto que ser do Talhado significa participar de uma rede de parentes que ultrapassa os limites geográficos, de modo que um negro do Talhado será sempre reconhecido pelos seus semelhantes como negro do Talhado, independente de onde este esteja morando.

Contudo, os fatos até então apresentados propiciam a renovação e reafirmam a importância simbólica e política dos laços de parentesco. Assim, os moradores do bairro São Sebastião, descendentes do Talhado, almejam que a FCP lhe concedam a Certidão de Auto-reconhecimento como Remanescentes de Comunidades de Quilombo.

# CONCLUSÃO

O exercício de pesquisa antropológica realizado entre os moradores do bairro de São Sebastião, no município de Santa Luzia, na Paraíba, teve por objetivo dissertar sobre como em articulação com instituições e militantes, em papéis de mediadores das causas quilombolas, a população que denominamos de descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião instaurarão um processo de reivindicação da identidade quilombola, como também o reconhecimento pela esfera pública dessa identidade.

A atuação de mediadores entre as comunidades quilombolas na Paraíba desencadeou a emissão de Certidões em que o Estado passa a reconhecer tais comunidades enquanto comunidades remanescentes de quilombo e objeto de políticas públicas. A ação dos mediadores também desencadeou a reivindicação pelo cumprimento dessas políticas públicas. Porém, a certificação de um grande número de comunidades quilombolas, antes permanecidas no anonimato, despertou algumas pré-noções sobre a emergência de comunidades quilombolas na Paraíba, especificamente, aqueles em que se acredita que as reivindicações por uma identidade específica provem do interesse pelas políticas públicas.

No início de nossa pesquisa confesso do temor sentido em se concluir que tais ideias poderiam ser plausíveis, pois como demonstrar que uma população se declara e se pensa enquanto comunidade, enquanto unidade em prol de benefícios que poderiam ter por outras vias?!

Mas, como o ato de pesquisar é revelador, percebemos e concluímos que os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião vão continuar a se pensarem como irmãos, como parentes e como originário da Serra do Talhado independentemente da aquisição ou não de cestas básicas, pois, o grupo existia antes do advento das conquistas de direitos para comunidades quilombolas, e continua existindo independente das políticas públicas.

Porém, as circunstâncias que presenciamos e nos foi relatada nos fez entender que uma comunidade étnica quando posta em uma conjuntura, não apenas de conflito, mas também de aspiração, se organiza em uma comunidade para ação, que Weber (1922-ed. 2004) nomeou de comunidade política. Então, não são as políticas públicas em si que impulsionam essa emergência, mas o anseio de que sua situação seja reconhecida e a cidadania garantida.

A Comunidade da Serra do Talhado reivindicou seu reconhecimento enquanto remanescente de quilombo, não por compartilhar um conhecimento histórico do termo quilombo, mas por compartilhar uma situação de desrespeito

com seus direitos enquanto cidadãos. Mesmos que essas discussões tenham sido implementadas pelos mediadores, era a população do Talhado que vivenciava essa situação e se reconhecia nos discursos proferidos pelos mediares. Essas concepções se refletem em frases ditas por moradores do Talhado, do tipo: “registraram como quilombo porque disseram que as coisas iam melhorar aqui na Serra.” Ou seja, mesmo sem a certeza da mudança, ou a listagem das políticas públicas vislumbra-se a plenitude da cidadania.

Já os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião ao se pensarem enquanto pares dos então reconhecidos remanescentes de quilombo, moradores da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, e ao mesmo tempo entenderem a partir do *processo de identificação* de que não usufruem dos direitos que seus semelhantes usufruem, então, os questionamentos sobre a situação de desrespeito começam a surgir e trazer consequências. Assim, ao identificarem que seus direitos não são respeitados, eles se organizam em comunidade política para reivindicar o cumprimento da lei.

Em resumo, o texto da dissertação apresentou um cenário em que a certificação da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado enquanto remanescente de quilombo passa a denominar uma população como quilombola, porém, nem todos os que se pensam como originários do Talhado são dessa forma reconhecidos, e este é atualmente o caso dos descendentes do Talhado do Monte São Sebastião. Por não estarem morando, na época da certificação, nem na Serra do Talhado, nem no bairro São José, os moradores do bairro São Sebastião, que compartilham o pertencimento ao Talhado, foram excluídos da categoria de quilombolas e conseqüentemente dos direitos exclusivos as comunidades quilombolas. Assim, aqueles que em nossa pesquisa denominamos de descendentes do Talhado do Monte São Sebastião reivindicam o reconhecimento de sua identidade quilombola por se pensarem enquanto originários e pertencentes da Serra do Talhado.

Esse sentimento de pertencimento é construído a partir da ideia de que a população do Talhado é composta por uma única família, de modo que todo mundo é parente. Então, ser descendente de Zé Bento – o primeiro habitante e fundador do Talhado – e ter uma relação de parentesco ou de herança com a Serra do Talhado são os elementos constitutivos do pertencimento ao Talhado.

O pertencimento ao Talhado também é marcada pelo compartilhamento da discriminação sofrida pelos demais grupos que compõem a sociedade santa-luziense. O termo “negros do Talhado” expressa a distinção entre quem é de quem não é do Talhado; termo este utilizado para denominar os do Talhado de uma forma pejorativa, mas que agora é re-significado e positivado



pelos do Talhado, de modo, a demonstrar uma nova posição, de reivindicadores de sua cidadania.

Ou seja, percebemos durante a pesquisa que estamos diante de um quadro no qual os laços de parentesco, a relação com um território específico – a Serra do Talhado – e o sentimento de pertença foi atravessado durante bastante tempo pela estigmatização da identidade na qual a cor e a localização foram destacadas. ‘Negro do Talhado’ era marca negativa e excludente. Agora, temos um processo de deslocamento e de inversão. Ao mesmo tempo, outros atores passam a participar do mesmo cenário.

Ao nomear os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião, buscamos demonstrar que este grupo mesmo se constituindo na cidade, nos perímetros do bairro São Sebastião, isto é, fora da Serra do Talhado, continuam compartilhando o pertencimento ao Talhado, e assim se autodenominado. Ou seja, não importa o espaço geográfico, os elementos étnicos presente na identidade de “ser do Talhado” não se diluem com a mudança de locais.

A formação do grupo que denominamos de descendentes do Talhado do Monte São Sebastião ocorre devido aos processos migratórios e ao êxodo rural sofrido e vivenciado pelos moradores da Serra do Talhado. A dificuldade de se viver em um terreno tão áspero como o Talhado, a escassez de terra, as secas, o declínio das plantações de algodão, que resultam na falta de trabalho são os principais motivos que resulta na migração e na egressão da Serra, de modo que a descida da serra é associada à busca por melhoria de vida, e consequentemente pela possibilidade de trabalho.

Saindo do Talhado e instalando residência no bairro São Sebastião, com o tempo um considerado número de moradores deste bairro é composto por um grupo que compartilha a ideia de uma origem comum, ligada a história da Serra do Talhado. Então, devido ao *processo de identificação* com o discurso quilombola produzido devido aos efeitos ocasionados com a Certificação da Serra do Talhado e da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, um grupo que classificamos como descendentes do Talhado do Monte São Sebastião passam a se pensar também enquanto descendente de quilombo e sujeitos de direitos.

Identificando-se com o discurso quilombola e orientados por agentes mediadores, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião começam a reivindicar o reconhecimento público de sua condição de comunidade remanescente de quilombo. Esse processo de reivindicação do reconhecimento pela legitimidade de sua identidade quilombola é pautado com

base nos elos de origem e de parentesco que os ligam com a Serra do Talhado.

Pois, mesmo estando na cidade e compartilhando o ambiente, o cotidiano, as concepções e as práticas do universo urbano, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião se reconhecem e são reconhecidos por todos os elementos e fronteiras étnicas que a Serra do Talhado produziu. Essas fronteiras étnicas demarcam quem pertence e quem não pertence ao Talhado, e no advento da emergência e reconhecimento de uma comunidade quilombola, demarca quem pode e quem não pode participar e pertencer ao quilombo, mas especificamente, pertencer a Comunidade Quilombola Serra do Talhado do Bairro São Sebastião. Assim, a composição da comunidade quilombola perpassa pela lógica da autodenominação e da identidade étnica.

Além, de compartilharem a imagem de pertencerem ao Talhado, os descendentes do Talhado do Monte São Sebastião também compartilham as histórias de vida presentes nas histórias do Talhado, compartilham as histórias de seus avôs/avós, pais/mães, tios/tias e irmãos/irmãs na constante busca por sobrevivência que conduziram muitos a migrarem. A constituição do grupo de descendentes do Talhado formado no Monte de São Sebastião compartilha a lembrança da egressão que os trouxeram até o bairro São Sebastião na área urbana de Santa Luzia.

Ao concluir que o grupo pesquisado formou-se a partir de processo migratório e do êxodo rural, – saindo do Talhado e fixando residência do bairro São Sebastião –, indicamos os movimentos de migração como um elemento de multiplicação e formações de comunidades quilombolas em localidades que antes nem se pensava como um pólo possível de constituição de um quilombo – neste caso uma área urbana.

Então, reforçando a ideia de que as comunidades quilombolas podem se constituir fora do seu lugar de origem, realçamos que o Monte São Sebastião não é a Serra do Talhado, nem em concepções territoriais, nem históricas, porém, para alguns moradores desde bairro, se pensar enquanto oriundo do Talhado é a categoria predominante no exercício da autodenominação, mesmo estando fora dos limites da Serra do Talhado.

No mais, nas pesquisas antropológicas sobre comunidades quilombolas, e nos processos de reconhecimento, a questão da migração, da egressão e do êxodo rural são pontos importantes na discussão e investigação, pois em alguns casos é a saída de uns que permite a permanência de outros, e assim, a existência e continuidade da comunidade. Em outros, no qual nossa pesquisa se aplica, os processos de migração, de egressão e do êxodo rural fomentaram

a constituição de grupos ligados pela ideia do pertencimento em locais distintos e distantes do local de origem.

As histórias de vidas ouvidas nas longas conversas que tivemos com pessoas do Talhado, sobre como sobreviveram naquela terra inóspita, sobre o trabalho em terras de outros sítios da região, e os dados obtidos na pesquisa de campo na comunidade do Grilo, nos faz levantar algumas ideias acerca da comunidade quilombolas na Paraíba. Tendo como referencia o texto de Almeida (2002), no qual explana sobre a importância de se refletir como essas comunidades se mantiveram autônomas, conseguindo sobreviver e se manter em meio a um sistema que os perseguiram ou os ignorava; vemos que na Paraíba, as então nomeadas comunidades quilombolas possuem uma forte ligação com sistemas de produção agrícola, definido regionalmente de assujeitados, rendeiros, alugados, meeiros e moradores. Entendemos que foi por meio desses mecanismos que os 'remanescentes de quilombo' (no sentido de herdeiros da escravidão) conseguiram sobreviver na Paraíba ao descaso do poder público à sua condição de cidadão sem cidadania, ou seja, foram a estratégia encontrada e usada para sobreviverem ao fim da escravidão e ao sistema que os excluía.

Trabalhos como os de Barbosa (1975) e Lima (1992), respectivamente na Serra do Talhado e em Pedra D'água, caracterizaram enquanto camponesas comunidades hoje reconhecidas enquanto quilombolas.

Nos casos de muitas comunidades quilombolas do Brasil, as certificações são resultados de longos processos pela posse da terra ocupada, as certificações de comunidades quilombolas na Paraíba, não segue essa lógica, com as algumas exceções, as comunidades quilombolas não buscam sua certidão, ou melhor, seu reconhecimento por questões territoriais, mas sim, mais motivados por uma busca por cidadania aguilhada nos discursos dos militantes e mediadores. Mesmo sendo a terra escassa ou pouco produtiva, e mesmo sendo as então comunidades quilombolas da Paraíba vítimas de sistemas de espoliação como, por exemplo, o arrendamento ou o sistema de morador, os conflitos territoriais, não são ainda, o foco da questão.

A população do Talhado sempre teve sua terra, isto é, a terra pertencente a princípio a Zé Bento e que depois foi sendo dividida entre os herdeiros, não impediu que muitos tivessem que sair para trabalhar em terras alheias e se submeterem as condições mencionadas acima. Até hoje, as terras do Talhado são terras que pertencem aos descendentes e herdeiros de Zé Bento, porém, esta não garante a manutenção da comunidade, sendo necessária a migração, a egressão do Talhado.

Atualmente alguns sítios que compõem o Talhado ou estão desabitado ou com a produção agrícola e pecuária com pouca expressão. Porém, mesmo não morando ou não trabalhando nas terras do Talhado, a relação com essas terras é explicada pela imagem de ser o lugar de origem, de onde se é herdeiro, mesmo que essa herança signifique uma mínima fatia – a Serra do Talhado é o lugar de onde se veio e para onde se pode voltar.

Outro tema discutido e que conclui o percurso de nossa dissertação refere-se à emergência de comunidades quilombolas, e segundo o caso pesquisado, a emergência do grupo denominado de descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião. Descrevemos como este grupo por se pensar enquanto pertencentes a Serra do Talhado reivindicam aos órgãos públicos que os reconheçam enquanto remanescentes de quilombo e garantam seus direitos enquanto quilombolas.

No *processo de reivindicação pelo reconhecimento* a participação dos mediadores é de suma importância, primeiro porque os direitos destinados às populações de comunidade quilombolas, muitas vezes são direitos que a própria população desconhece, ou como acontece em muitos casos na Paraíba não entendem como direito. Por exemplo, o artigo 68 do ADCT da CF/1988 confere direitos territoriais às comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras, porém o acionamento desse artigo é entendido por algumas comunidades quilombolas da Paraíba (a exemplo da comunidade do Grilo) como um mecanismo de se apossar de terras alheias. E segundo, pelo fato de desconhecerem as ferramentas jurídicas para se movimentar em meio aos processos burocráticos. São os mediadores que desempenham o papel tanto de explicar a essas comunidades que elas são objeto de políticas públicas e que são sujeitos de direito, como de desenredar as exigências burocráticas própria da jurisprudência de comunidades remanescente de quilombos.

O processo de reivindicação pelo reconhecimento instaurado pelos descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião é resultado do *processo de identificação* vivenciado por este grupo, no qual a conjuntura da certificação da Serra do Talhado e as relações de parentesco existentes entre descendentes do Monte de São Sebastião e o lugar de origem – a Serra do Talhado – que os fazem se autodenominarem enquanto do Talhado, ou melhor, enquanto, “negros do Talhado”, os fizeram também assimilar e se auto-identificar com o discurso quilombola. E é devido a essa relação de parentesco que os descendentes do Talhado do Monte de São Sebastião juntamente com os mediadores organizam as ferramentas necessárias a reivindicação da Certidão da Comunidade Quilombola Serra do Talhado do Bairro São Sebastião.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

**AACADE.** Documento da AACADE. João Pessoa – Paraíba.

**ABREU**, Dariana Nogueira de. **RIBEIRO**, Suellen Cristine Isidoro. Cinema Novo: revelação da identidade brasileira, mas para quais brasileiros? XIII Encontro de História Anpuh – Rio. 2008. Disponível em: [http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213054185\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_Anpuh%28final%29.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213054185_ARQUIVO_Artigo_Anpuh%28final%29.pdf) (acesso em 2/07/2011 às 21h02min).

**ALMEIDA**, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, E. C. (org.), Quilombos, identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

**ALMEIDA**, Luiz Rivadávia Prestes. TALHANDO UM GRUPO ÉTNICO: O processo de recomposição identitária nas comunidades quilombolas de Serra do Talhado. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campina Grande/PB: UFCG-CH, 2010.

**ARAÚJO**, José Jacinto de. Santa Luzia sua história e sua gente. João Pessoa 1996.

**ARAÚJO**, Eulália Bezerra. Grilo: um exercício antropológico sobre o processo de emergência de uma comunidade quilombola na Paraíba. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Campina Grande/PB: UFCG-CH, 2008.

**ARAÚJO**, Eulália Bezerra; **BATISTA**, Mércia Rejane Rangel. Quilombos na Paraíba: notas sobre a emergência de uma comunidade quilombola. In: ARIÚS, revista de ciências humanas e artes. v. 14, n. 1/2 (jan./dez. 2008). Campina Grande: EDUFCG, 2008.

**ARRUTI**, José Maurício. Mocambo. Antropologia e História do processo de formação quilombola. São Paulo: EDUSC, 2006.

**BARCELLOS**, Daisy Macedo et al. Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

**BARTH**, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. E. Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

**BARTH**, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (org). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Tradução de Jonh Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

**BARTH**, Fredrik. Processos étnicos na fronteira entre os Pathan e os Baluchi. IN: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Organização e apresentação de Tomke Lask. Trad. J. Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

**BAUMAN**, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2005.

**BLANCO**, Cristina. Las Migraciones Contemporáneas. Madrid: Alianza Editorial 2000.

**BOURDIEU**, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

**BOURDIEU**, Pierre et al. A Profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

**CAVALCANTI**, Josefa Salete Barbosa. Talhado: um estudo de organização social e política. Dissertação de Mestrado apresentada à UFRJ em 1975.

**CUCHE**, Denys. A Noção de Cultura nas Ciências Sociais. Trad. Viviane Ribeiro. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.

**CUNHA**, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

**GALLIZA**, Diana de Soares. A Escravidão na Paraíba. In: IHGP. A Paraíba nos 500 Anos do Brasil: Anais do Ciclo de Debates do IHGP. João Pessoa/PB. Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000. Disponível em: <http://www.ihgp.net/pb500.htm> (acesso em 11/02/2011 às 23:48).

**GOMES**, Flávio dos Santos. Ainda sobre os Quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria H. Tavares & FRY, Peter (org.). Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Hucitec, 1996.

**LASK**, Tomke (org). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Tradução de Jonh Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

**LEITÃO**, Deusdedit. Santa Luzia: aspectos históricos. (Palestra pronunciada durante as comemorações do centenário de emancipação política do município, em 1971).

**LEITE**, Ilka Boaventura Leite. O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia. Florianópolis: NUER, 2002.

**LÉVI-STRAUSS**, Claude. Tristes Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

**LIMA**, Elizabeth Christina de Andrade. OS NEGROS DE PEDRA D'AGUA: UM ESTUDO DE IDENTIDADE ÉTNICA. História, Parentesco e Territorialidade numa Comunidade Rural. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande – PB: Universidade Federal da Paraíba, 1992.

**MALINOWSKI**, Bronislaw. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Trad. Anton P. Carr e Lígia A. P. Mendonça. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

**MATTA**, Roberto da. Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira. In: Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

**MEDEIROS**, Sonia Martins de. Memórias dos Meios de Comunicação em Santa Luzia: das estradas à internet. Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* no Curso de Especialização em Assessoria de Comunicação. Patos/PB: FIP, 2007.

**MEDEIROS**, Bartholomeu Theotônio de. Antes que o Tempo Destrua a Lembreça. João Pessoa: Gráfica e Editora Mangabeira Ltda 2008.

**MELO**, Josemir Camilo de & **NÓBREGA**, Joselito Eulâmpio da. Quilombo do Talhado em Santa Luzia – PB, uma auto-identidade quilombola ou um processo identitário construído pelo outro? [S.l.: s.n], 2006.

**MENEZES**, Marilda Aparecida. Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

**MOBRAL**. Livro do Município de Santa Luzia. João Pessoa: UNIGRAF, 1984. (Coleção Livros do P Municípios, - 001).

**MOURA**, Gabriele Rodrigues de. **COSTA**, Karine Lima da. **PRESTES**, Roberta Ribeiro. Uma câmera na mão, uma ideia na cabeça: Glauber Rocha e o Cinema Novo na década de 1960. Revista Historiador Número 03. Ano 03. Dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador> (acesso em 3/07/2011 às 01:19).

**NÓBREGA**, Joselito Eulâmpio da. Comunidade Talhado: um grupo étnico de remanescente quilombola: uma identidade construída de fora? Dissertação apresentada no Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. Campina Grande/PB, UEPB, 2007.

**O'DWYER**, Eliane Cantarino (org.). Quilombos, identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

**OLIVEIRA**, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: O Trabalho do Antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998.

**POUTIGNAT**, Poutignat. **STREIFF-FENART**, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. E. Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA**. O Município de Santa Luzia e sua Evolução (anotações feitas na atual administração, abril - 1939). João Pessoa: Imprensa Oficial, 1939.

**SANTOS**, José Vandilo dos. Negros do Talhado: estudo sobre a identidade étnica de uma comunidade rural. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Sociologia Rural. Campina Grande/PB: UFPB, 1998.



**SANTOS**, Maria Janaina Ferreira dos. JANAINA: Filha, Neta, Bisneta, Trineta, Tataraneta, Quinta e Sexta Neta de Louceiras. (Texto Experimental) Santa Luzia – PB: [2010] Fotocopiado (arquivo pessoal).

**SANTOS**, R. L. da S.; **LEITE**, R. Introdução. In: CANTANHEDE FILHO, A.; CARNEIRO, A. F. T.; AYALA, C.... *et alii*. O Incra e os desafios para regularização dos territórios quilombolas. Brasília: MDA : Incra, 2006.

**SILVA**, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições Metodológicas para a Análise das Migrações. In: DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri & TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (org). Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

**SIMONARD**, Pedro. Origens do Cinema Novo: A Cultura política dos anos 50 até 1964. Acheegas.net – Revista de Ciência Política, número 09, julho de 2003. Disponível em: [http://www.acheegas.net/numero/nove/pedro\\_simonard\\_09.htm](http://www.acheegas.net/numero/nove/pedro_simonard_09.htm) (acesso: 2 de julho de 2011 as 23:02).

**SOUZA**, Jordânia de Araújo. A Construção da Identidade Quilombola no Bairro São José – Santa Luzia – PB. Monografia de graduação em Ciências Sociais. Campina Grande/PB: UFCG-CH, 2008.

**WEBER**, Max. Relações comunitárias étnicas. Cap. IV, pp. 267-277. In: Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v. I. Trad. R. Barbosa e K. E. Barbosa. 4ª ed. (1ª Ed. 1922) Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004.

#### **REPORTAGENS DE REVISTA OU JORNAL**

**BARBOSA**, Severino. No Planalto da Borborema: Quilombo do Talhado: 1500 descendentes do negro Zé Bento fazem a sua própria e rudimentar civilização. Diário de Pernambuco – Primeiro Caderno. Recife: 27 mar. 1960, p. 15. Fotocopiado.

**FELIX FILHO.** Os quilombos Sobrevivem no Sertão da Paraíba. Jornal do Brasil – Caderno B – Rio de Janeiro: 30 jun. 1980, p. 3-5. Fotocopiado.

**FERREIRA,** Clécio S. A Cultura da Serra do Talhado. Revista Cultura (Ano X). Brasília: MEC, jul./set. 1981. Fotocopiado.

**TAVARES,** Carlos. Quilombo do Talhado – Cem Anos de Solidão. Revista Em Dia, [S.l.] 1988. Fotocopiado.

### **FONTES ÁUDIO VISUAL**

**FONSECA,** Daniele. **DIAS,** Ilana. Talhado uma relação com o presente. Documentário realizado como trabalho de conclusão do curso de comunicação social / Jornalismo das faculdades Integradas de Patos. 2007.

**NORONHA,** Linduarte. Arruada. Documentário Brasileiro. Comunidade Talhado – Santa Luzia – PB. Produção: Instituto Joaquim Nabuco e Pesquisas Sociais – PE. 1960.

**NÓBREGA,** José Aderivaldo Silva da. Talhado. Documentário Curta Metragem produzido pra o Projeto Revelando os Brasis, 2008.

### **CONSTITUIÇÕES, LEIS E DECRETOS**

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm) (site consultado no dia 10/10/08)

BRASIL, Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regula o artigo 68 do ADCT, Disponível em <http://www.planalto.gov.br> (site consultado no dia 10/10/08)

Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis02.pdf> (site consultado no dia 10/03/2010).

### **SITES VISITADOS**

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.palmares.gov.br/>

<http://www.transportes.gov.br/>

[www.annuaire-mairie.fr/photo-santa-luzia-pb.html](http://www.annuaire-mairie.fr/photo-santa-luzia-pb.html)

<http://www.ihgp.net/index.html>


<http://www.ibge.gov.br/home/>

# **Anexos**

Anexo A:

APROVADO Por 22 Votos  
 Contra 00 Votos.  
 Sala das Sessões, em 24 de 10 de 2003  
 Presidente

Estado da Paraíba - LUZ  
 Recebido em 24 de 10 de 2003  
 Anadeiza de Assis Medeiros  
 SECRETÁRIA GERAL

 **ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA**  
 Casa Doutor Francisco Seráfico da Nóbrega Filho

**REQUERIMENTO Nº 059 / 2003**

Autor: Terezinha Alves da Nóbrega  
 Assunto: solicitação

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, na forma regimental e depois de ouvido o plenário, que seja encaminhado ao Ministro da Cultura Gilberto Gil como também a Fundação Palmares em Brasília-DF., e ainda a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, apelo no sentido de reconhecer a comunidade Talhado de área Quilombola.

**JUSTIFICATIVA VERBAL**

Santa Luzia-PB, 24 de outubro de 2003.

  
 Terezinha Alves da Nóbrega  
 Vereadora

<b>ANDRADE 2º OFÍCIO</b> SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL Maria Terezinha da Conceição Nóbrega TITULAR Lúcia Messias de Assis Medeiros SINDICADA Rua Abdon Nóbrega, 55 - Centro CEP 56.600-009 - Santa Luzia-PB	<b>AUTENTICAÇÃO</b>	
	Conferi com o Original, dou Fé.	
	Em Testeº <u>Assis</u>	da Verdade
Santa Luzia, <u>31</u> de <u>07</u> de 2007		

Anexo B:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA CULTURA  
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES  
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

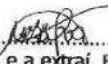
Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade Quilombo de SERRA DO TALHADO**, localizada no município de Santa Luzia (Sabugi) no sertão do Estado da Paraíba, com a população estimada em 200 (duzentas) pessoas, cujo ancestral foi o fugitivo de caçadores de escravos José Bento Carneiro, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, Registro n. 019, f.20, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Requerimento n. 016/2004, assinada pela vereadora Terezinha Alves Nóbrega da Câmara Municipal de Santa Luzia-PB

Processo n. 01420.000195/2004-41

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.).........., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 16 de Abril de 2004.

O referido é verdade e dou fé

  
**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail: [chefiadedegabinete@palmares.gov.br](mailto:chefiadedegabinete@palmares.gov.br) <http://www.palmares.gov.br>



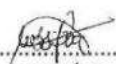
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA CULTURA  
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES  
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade Urbana de Serra do Talhado**, localizada no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 003, Registro n. 238, f. 44, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Processo nº 01420.001.306/2005-18

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **20 de junho** de 2005.

O referido é verdade e dou fé

  
**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail: [chefiadegabinete@palmars.gov.br](mailto:chefiadegabinete@palmars.gov.br) <http://www.palmars.gov.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA CULTURA  
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES  
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Pitombeira**, localizada no município de Várzea, Estado da Paraíba, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 003, Registro n. 221, f. 27, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): João Bosco de Oliveira CPF/MF nº 467.238.894-87  
 Maria Madalena de Oliveira CPF/MF nº 018.425.824-37  
 Geraldina Máxima da Silva CPF/MF nº 132.188.594-68  
 Ladislau Ricarte da Silva CPF/MF nº 072.853.764-85  
 Lindalva Máxima da Silva CPF/MF nº 034.172.354-13


Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a/extrai. Brasília, DF, **12 de maio** de 2005.

O referido é verdade e dou fé


**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106/(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail: [chefiadegabinete@palmares.gov.br](mailto:chefiadegabinete@palmares.gov.br) <http://www.palmares.gov.br>





ESTADO DA PARAÍBA  
**1.º Ofício - "Cartório Inácio Machado"**  
 SANTA LUZIA - PARAÍBA  
 MARIA DALVA MACHADO ARRUDA — Tabeliã e Escrivã  
 Oficial do Registro Geral de Imóveis e de Protestos de Letras  
 NEUSA ALIETE DE LUCENA NÓBREGA — Escrevente Compromissada  
 MARIA LIRA DE MEDEIROS CAMPINA — Escrevente Compromissada



C E R T I D ã O

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo os livros de registros de imóveis existentes neste Cartório, verifiquei que no Livro 3-E às Fls 01, consta a transcrição do teor seguinte: "Nº DE ORDEM: 1987. DATA: 30 de outubro de 1941. CIRCUNSCRIÇÃO: Santa Luzia. DENOMINAÇÃO 'OU RUA E Nº: Sem denominação. CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Uma quadra de terra com uma posse antiga de casa de taipa no lugar 'NASCENTE DO CRUZEIRO', ao pé desta cidade, onde já se acham construídos os alicerces da referida Capela de São Sebastião, limitando-se dita quadra de terra ao poente até as águas do açude público desta Vila (hoje cidade) e parte de seu sangrador, ao nascente e sul até as cercas do cercado do cidadão Manoel Emiliano de Medeiros, ao norte na estrada de rodagem, contendo dita quadra, mais ou menos, cem braças em quadra. NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE: PATRIMÔNIO DE SÃO SEBASTIÃO. NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: DONA MARIA OLINDINA DA GLÓRIA NÓBREGA, viúva, proprietária, residente na então Vila de Santa Luzia, hoje cidade de igual nome. TÍTULO: Doação. FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO: Certidão extraída por mim em data de 27 de outubro de 1941 referente ao teor da escritura pública de 22 de dezembro do ano de 1931, / lavrada pelo então Tabelião Público Inácio Machado da Nóbrega. VALOR DO CONTRATO: 200\$000 (Duzentos mil Réis). CONDIÇÕES DO CONTRATO: Sem condição. AVERBAÇÕES: (Em branco)".

Era o que se continha em dita transcrição acima copiada do seu próprio original, dou fé.

Santa Luzia 26 de março de 1986

Anexo F:



